



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA**

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EAD**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
EM REDE NACIONAL**

**VANILDO SANTOS**

**O EXERCÍCIO DA ORALIDADE COMO COMPETÊNCIA LABORAL NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO**

**Dissertação de Mestrado**

**Florianópolis - SC  
2019**

**VANILDO SANTOS**

**O EXERCÍCIO DA ORALIDADE COMO COMPETÊNCIA LABORAL NA  
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, EPT, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Paulo Roberto Wollinger,  
Dr.

**Florianópolis - SC  
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Santos, Vanildo  
O EXERCÍCIO DA ORALIDADE COMO COMPETÊNCIA LABORAL  
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO / Vanildo Santos ;  
orientação de Paulo Roberto Wollinger. - Florianópolis,  
SC, 2019.  
120 p.

Dissertação (Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado)  
- Instituto Federal de Santa Catarina, Centro de  
Referência em Formação e Educação à Distância -  
CERFEAD. Mestrado Profissional em Educação Profissional  
e Tecnológica. Departamento de Formação de Formadores.  
Inclui Referências.

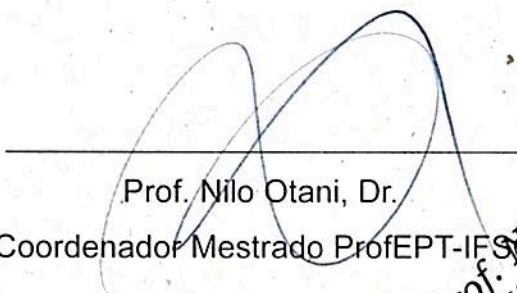
1. Oratória. 2. Comunicação. 3. Mídias Digitais.  
I. Wollinger, Paulo Roberto. II. Instituto Federal de  
Santa Catarina. Departamento de Formação de Formadores.  
III. Título.

## VANILDO SANTOS

### O exercício da oralidade como competência laboral na Educação Profissional de Nível Técnico

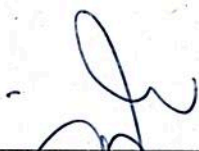
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (Cerfead/IFSC).

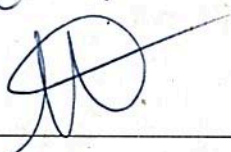
Florianópolis, 29 de Maio de 2019.

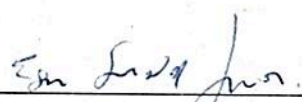
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Nilo Otani, Dr.  
Coordenador Mestrado ProfEPT-IFSC

**Prof. Nilo Otani**  
SIAPE 1530532  
D.O.U. nº 129 de 08/09/2013  
CERFEAD - IFSC

#### BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo Roberto Wollinger, Dr (Orientador)  
IFSC – CERFEAD

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Olivier Allain, Dr. (Membro Interno)  
IFSC – CERFEAD

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Egon Sewald Júnior, Dr. (Membro Externo)  
IFSC – Campus Florianópolis

## VANILDO SANTOS

### O exercício da oralidade como competência laboral na Educação Profissional de Nível Técnico


Este produto educacional foi julgado, validado e aprovado para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Centro de Referência em Formação e EaD do Instituto Federal de Santa Catarina (Cerfead/IFSC).

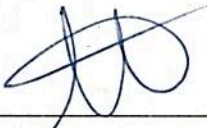
Florianópolis, 29 de Maio de 2019.

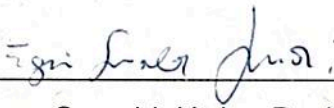
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Nilo Otani, Dr.  
Coordenador Mestrado ProfEPT-IFSC

Prof. Nilo Otani  
SIAPE 1530532  
D.O.U. nº 129 de 08/09/2013  
CERFEAD - IFSC

#### BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo Roberto Wollinger, Dr (Orientador)  
IFSC – CERFEAD

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Olivier Allain, Dr. (Membro Interno)  
IFSC – CERFEAD

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Egon Sewald Júnior, Dr. (Membro Externo)  
IFSC – Campus Florianópolis

*Dedico este trabalho a memória de meu pai o Sr. Alcebíades Santos, que foi companheiro, amigo, profissional altamente qualificado. Ele me ensinou a ser um homem digno, responsável, íntegro e trabalhador e ficará guardado sempre em minha memória as suas boas obras.*

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, a Deus por dar a oportunidade de vir a este mundo aprender e se desenvolver. A meu pai que com muita garra ajudou a me criar. A minha mãe que sempre esteve do meu lado, incentivando, gratificando, ajudando de alguma forma. Aos meus irmãos pelo apoio e consideração deixados. Aos professores, coordenadores, orientadores e diretores do IFSC que desde 2004 estamos juntos, aprendendo, orientando e me direcionando em decisões importantes. Aos profissionais onde trabalhei e fiz estágios pela importante participação na minha formação tanto profissional quanto de caráter. A minha companheira, amiga que esteve ao meu lado o tempo todo compreendendo cada decisão que eu tomava. Ao meu filho por ser tão animado e divertido que me forneceu força necessária para ser ainda melhor. Aos colegas que me aturaram nesse período, me forneceram dicas e parcerias. As instituições sociais que participo ou participei pela enorme contribuição dessa etapa. E aos internautas que forneceram inúmeras informações seja em forma de tutoriais, vídeo-aulas, palestras, conselhos. Ao pessoal da ONG, JCI instituição ao qual sou muito grato de fazer parte. E todos demais familiares e amigos que direta ou indiretamente me ajudaram a seguir esse caminho.

*Se falares a um homem numa linguagem que ele compreenda, a tua mensagem entra na sua cabeça. Se lhe falares na sua própria linguagem, a tua mensagem entrará diretamente no coração. (Nelson Mandela)*



## Resumo

Esta pesquisa, visa buscar informações sobre o uso da oratória como competência laboral, no ensino técnico de nível médio. Realizando análise de documentos, verificando informações de profissionais, discentes e docentes. E sobretudo com verificação de dados legais, encontrados em Decretos, Leis, Resoluções e outros documentos normativos. Outro ponto abordado são as mídias digitais, como elas se relacionam e são armazenadas. Foram examinadas quais alterações de procedimentos ocorreram devido às evoluções técnicas, tanto para criação, quanto para o armazenamento de conhecimento, em formato digital. Análises sobre a formação das grades curriculares, diretrizes e bases educacionais dos cursos técnicos foram estudados, com ênfase para o tema: oralidade. Destas verificações surgiram, as ideias para criação de um produto educacional, que apresenta características variadas sobre a possibilidade de uma inserção, melhor distribuída, das competências linguísticas orais nos cursos técnicos. Outra área explorada, que ajudou no fortalecimento da oralidade, corresponde a evolução das formas de armazenamento, registros e autenticidade dos dados digitais. Através delas, os registros audiovisuais podem ser gravados e compartilhados. Leis e Normas que acompanharam essas mudanças foram investigadas, visando mais credibilidade para os registros públicos, em geral. Também foram levantados os impactos nas áreas ambiental, financeira, inclusão social, e na ampliação do ensino a distância. Concluiu-se que, mesmo não sendo obrigatória, a oralidade pode ser determinante no sucesso profissional do discente.

**Palavras-chave:** Oratória. Comunicação. Mídias Digitais.

## **Abstract**

This research aims to seek information about the use of oratory as a labor competency, in the technical education of medium level. Performing analysis of documents, verifying information from professionals, students and teachers. And especially with verification of legal data, found in Decrees, Laws, Resolutions and other normative documents. Another point addressed is digital media, how they relate and are stored. It was examined which procedural changes occurred due to the technical evolutions, both for creation and for the storage of knowledge, in digital format. Analyzes about the formation of the curriculum, guidelines and educational bases of the technical courses were conceived. With emphasis on the theme: orality. From these verifications came the ideas for creating an educational product, which presented varied characteristics about the possibility of a better distributed insertion of oral language skills in technical courses. Another area explored, which helped to strengthen orality, corresponds to the evolution of the forms of storage, registration and authenticity of digital data. Through them, audiovisual records could be recorded and shared. Laws and Norms that accompanied these changes were investigated. In order to extract, what benefits have they brought, for example, more credibility for public records in general. The impacts in the environmental, financial, social inclusion, and the extension of distance education were also raised. It was concluded that the orality can be determinant in the professional success of the student, but not necessarily required.

**Keywords:** Oratory. Communication. Digital Media.

## Lista de ilustrações

Figura 1 – UNESP - Apostila de comunicação . . . . .	26
Figura 2 – Marco da Cidadania Ativa . . . . .	29
Figura 3 – Final - Projeto Oratória nas Escolas 2018 . . . . .	31
Figura 4 – De quem deve ser a fortuna? . . . . .	41
Figura 5 – Exemplo de Documento Digital . . . . .	50
Figura 6 – Programa Papel Zero da CPRM . . . . .	52
Figura 7 – Programa Governo Sem Papel . . . . .	53
Figura 8 – Programa Governo Sem Papel - Vídeos . . . . .	53
Figura 9 – Programa Governo Sem Papel - Apresentação de vídeo . . . . .	54
Figura 10 – Tutoriais IFSC - Departamento de Compras . . . . .	56
Figura 11 – Ferramentas Audiovisuais . . . . .	57
Figura 12 – Youtube x Vimeo . . . . .	59
Figura 13 – Assistente do Google . . . . .	60
Figura 14 – Localização do Servidores - Google . . . . .	62
Figura 15 – Repositório de áudios - USC . . . . .	63
Figura 16 – Integrações da BNCC de 2016 . . . . .	83
Figura 17 – Certificado - Curso de Oratória . . . . .	90
Figura 18 – Ementa - Curso de Oratória . . . . .	91
Figura 19 – Projeto Integrador - Eletromecânica - IFSC Campus Chapecó . . . . .	93

## Lista de quadros

Quadro 1 – Grade Curricular - Curso Técnico em Telecomunicações . . . . .	23
Quadro 2 – Grade Curricular do Curso de Eletrotécnica . . . . .	25
Quadro 3 – *Densidade: número de celulares a cada 100 habitantes. . . . .	39
Quadro 4 – Participantes da pesquisa que se declararam usuários de mídias sociais . . . . .	58
Quadro 5 – Base Nacional Comum Curricular - 2017 . . . . .	79
Quadro 6 – Eixo Oralidade - Língua Portuguesa 1.º ano . . . . .	84
Quadro 7 – Organização Curricular - Curso Técnico em Meio Ambiente . . . . .	94
Quadro 8 – Tempo máximo permitido . . . . .	117

## Lista de gráficos

Gráfico 1 – Projeção: Evolução da Educação a Distância . . . . .	64
Gráfico 2 – Curso Técnico a Distância - 2017 . . . . .	69
Gráfico 3 – Curso Técnico Presencial - 2017 . . . . .	69
Gráfico 4 – Curso Técnico a Distância - 2018 . . . . .	70
Gráfico 5 – Curso Técnico Presencial - 2018 . . . . .	70
Gráfico 6 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 6 . . . . .	72
Gráfico 7 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 7 . . . . .	72
Gráfico 8 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 8 . . . . .	73
Gráfico 9 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 9 . . . . .	73
Gráfico 10 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 10 . . . . .	74
Gráfico 11 – Satisfação com o curso . . . . .	89
Gráfico 12 – Relevância . . . . .	89
Gráfico 13 – Dinâmica e Logística . . . . .	90

## Lista de tabelas

Tabela 1 – Total de Participantes - Pesquisa GT Moodle - IFSC . . . . .	66
Tabela 2 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 8 . . . . .	67
Tabela 3 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 9 . . . . .	67
Tabela 4 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 7 . . . . .	68
Tabela 5 – Matriz Curricular Curso Técnico em Eventos . . . . .	87

## Lista de abreviaturas e siglas

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
AC	Autoridade Certificadora
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
AC Raiz	Autoridades Certificadoras Raiz
ANS	Acordo de Nível de Serviço
AR	Autoridades de Registro
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEO	Chief Executive Officer (Chefe do Executivo)
CERFEaD	Centro de Referência em Formação e Educação a Distância
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Código de Processo Civil (Portugal)
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (Serviço Geológico do Brasil)
CTIC	Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAQ	Frequently Asked Questions (perguntas frequentes)
FIC	Formação Inicial e Continuada

GT	Grupo de Trabalho
GTI	Gestão da Tecnologia da Informação
ICP	Infra-Estrutura de Chaves Públicas
IES	Instituições de Ensino Superior
IFC	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Catarinense
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFSC	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
IGEOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
IX	Século 9
JCI	Junior Chamber International (Câmara Júnior Internacional)
LMS	Learning Management Systems
MAC OS	Sistema Operacional Macintosh
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
NR	Norma Regulamentadora
ODBC	Open Data Base Connectivity
ONG	Organização não-governamental
PDF	Portable Document Format
PI	Projeto Integrador
PL	Presidente Local (JCI)
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PN	Presidente Nacional (JCI)
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
RG	Registro Geral



RSS	é a sigla em inglês para Rich Site Summary ou Really Simple Syndication, ou seja, uma forma simplificada de apresentar o conteúdo de um site.
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SC	Santa Catarina
SEASC	Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SLA	Service Level Agreement
SNPD	Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
TA	Tecnologia Assistiva
TAE	Técnico-administrativo em Educação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TV	Televisão
UC	Unidade Curricular
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
URL	Uniform Resource Locator ou Localizador Padrão de Recursos.
USC	Universidade do Sagrado Coração
VP	Vice-presidente (JCI)
VPN	Vice-Presidente Nacional (JCI)

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>20</b>
1.1	O medo de falar em público	26
1.2	Buscando alternativas para uma melhor comunicação	28
1.3	Sobre o pesquisador	30
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>32</b>
2.1	A comunicação na educação profissional	32
2.2	Objetivo Geral	33
2.3	Objetivos Específicos	33
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>35</b>
3.1	Justificativa da metodologia	35
3.2	Caracterização da pesquisa	36
3.3	Atividades da pesquisa	37
<b>4</b>	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>39</b>
4.1	A relação próxima entre a técnica e a linguagem: variações de interpretação	40
4.2	A linguagem e o sucesso profissional	45
4.3	Legislação sobre armazenamento de dados digitais	46
4.4	A equiparação dos documentos digitais com os impressos e físicos.	48
4.4.1	Equiparação da voz com documentos	49
4.4.2	Programas de eliminação do papel	50
4.4.3	O uso de tutoriais em vídeo	54
4.5	Relação entre a oralidade e as mídias digitais	57
4.5.1	Oralidade e inclusão social	60
4.6	O uso das tecnologias da informação e comunicação na educação profissional	61
4.6.1	As tecnologias da informação e comunicação na educação a distância	64
4.7	Entrevistas	71
4.7.1	Entrevistas com os discentes participantes do Concurso Nacional Oratória nas Escolas - JCI 2018	71
4.7.2	Entrevista com os profissionais	74
4.7.3	Entrevistas com os docentes	76
4.8	Documentos norteadores da Educação Básica	79
4.8.1	A evolução das Bases Nacionais Comuns Curriculares	81
4.8.2	Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2015	81

4.8.3	Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2016 . . . . .	82
4.8.4	Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2017 . . . . .	84
<b>5</b>	<b>O PRODUTO EDUCACIONAL . . . . .</b>	<b>85</b>
5.1	Formatos de componentes curriculares . . . . .	85
5.2	Unidade Curricular . . . . .	86
5.3	Oficinas de oratória - Caso JCI e IGEOF . . . . .	88
5.4	Tema transversal . . . . .	91
5.5	Projeto Integrador - PI . . . . .	92
5.6	Atividades de extensão . . . . .	95
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . .</b>	<b>97</b>
6.1	Oralidade como ampliação interdisciplinar da comunicação . . .	97
6.2	As mídias digitais e a evolução das formas de armazenamento. .	97
6.3	A inclusão social e a opinião de discentes, docentes e profissio- nais . . . . .	98
6.4	Disponibilização do Produto Educacional . . . . .	98
6.5	Concluindo . . . . .	99
	<b>Referências . . . . .</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE A – Participantes do Concurso Oratória nas Escolas</b>	<b>107</b>
A.1	Qual seu nome completo? . . . . .	107
A.2	Qual sua data de nascimento? . . . . .	107
A.3	Qual seu e-mail? . . . . .	107
A.4	Qual seu telefone para contato? . . . . .	107
A.5	Qual a escola que estudas? . . . . .	107
A.6	Qual seu professor responsável? . . . . .	108
A.7	Qual a sua idade? . . . . .	108
A.8	No seu desenvolvimento em oratória, o que tu consideras mais importante para a tua formação estudantil? Escolha uma das op- ções abaixo. . . . .	108
A.9	Qual a principal motivação da tua participação? . . . . .	108
A.10	O que o aprendizado em oratória pode representar na tua futura profissão? . . . . .	108
A.11	Os prêmios contribuem para tua participação? . . . . .	108
A.12	O que a JCI em parceria com a ACIF, prefeitura e outros parcei- ros, através do concurso, podem contribuir com tua formação profissional? . . . . .	109

	<b>APÊNDICE B – Entrevista com os profissionais e docentes. . .</b>	<b>110</b>
<b>B.1</b>	<b>Você considera que o documento impresso, tem o mesmo valor que um documento em formato de áudio ou vídeo? . . . . .</b>	<b>110</b>
<b>B.2</b>	<b>Um curso técnico que não possui em sua grade curricular/ppc um componente curricular de oratória (e proximidades) deve disponibilizá-los? . . . . .</b>	<b>110</b>
<b>B.3</b>	<b>A desenvolvimento da competência linguística deve estar presente na grade curricular ppc/do curso? . . . . .</b>	<b>110</b>
<b>B.4</b>	<b>Existem diversas grades curriculares diferentes para cursos diferentesNo que se refere a competência linguística, considerar que deveria haver um padrão? . . . . .</b>	<b>111</b>
<b>B.5</b>	<b>Falar em público é importante para todas as pessoas para obter o sucesso de todo profissional? Comente a relação com sua profissão. . . . .</b>	<b>111</b>
<b>B.6</b>	<b>Em sua atuação profissional, dos alunos que obtiveram mais sucesso na carreira, que características destaca? . . . . .</b>	<b>111</b>
	<b>ANEXO A – REGULAMENTO CONCURSO ORATÓRIA NAS ESCOLAS . . . . .</b>	<b>112</b>
<b>A.1</b>	<b>DOS OBJETIVOS . . . . .</b>	<b>112</b>
<b>A.2</b>	<b>DA PARTICIPAÇÃO . . . . .</b>	<b>112</b>
<b>A.3</b>	<b>DAS ETAPAS . . . . .</b>	<b>113</b>
<b>A.4</b>	<b>DA ORGANIZAÇÃO . . . . .</b>	<b>114</b>
<b>A.5</b>	<b>DO FORMATO DO CONCURSO . . . . .</b>	<b>114</b>
<b>A.6</b>	<b>DO JULGAMENTO . . . . .</b>	<b>115</b>
<b>A.7</b>	<b>DA COMISSÃO JULGADORA . . . . .</b>	<b>118</b>
<b>A.8</b>	<b>DA PREMIAÇÃO . . . . .</b>	<b>119</b>
<b>A.9</b>	<b>VIGÊNCIA . . . . .</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O que significa uma comunicação eficiente, sem ruídos, que atinge o resultado esperado? Quais impactos positivos ela pode trazer se bem executada? Quais os negativos quando ocorrem falhas neste processo? Buscando respostas para tais perguntas, fica evidente que se comunicar bem é algo imprescindível para o sucesso de qualquer profissional, principalmente, para os da área educacional. A comunicação e as ações envolvidas em torno dela, passam a ser peça fundamental para transmissão de conhecimentos aos discentes. De acordo com Silva et al. (2007, p. 273):

A comunicação é um processo no qual ocorre a emissão, recepção e a compreensão das mensagens, que podem ser verbais (linguagem escrita e falada) e não-verbais. A comunicação envolve relações interpessoais e frequentemente, podem ocorrer problemas, dificuldades e restrições, de maneira que a mensagem enviada não é decodificada corretamente.

Assim sendo, o aperfeiçoamento da oratória envolve elementos diversos como: a fala, a postura, o tom de voz, a respiração entre outros. Torna-se necessário para evitar dificuldades na transmissão dos conhecimentos e melhor entendimento do que está sendo explicado. Segundo o dicionário *on-line* (MICHAELIS, 2018): um dos significados para palavra oratória é: “arte e prática de falar em público”. Este conceito será comumente usada neste trabalho. Outro significado é o descrito para a palavra oratória que está associada à “retórica”. Complementando, segundo (RODRIGUES, 2019) o conceito de oratória pode também ser definido como um conjunto de habilidades capazes de diferenciar um discurso comum de um memorável. É só falar? Apenas ficar de pé? Só gesticular? Não, oratória é muito mais do que isso, ela é a arte de falar com eloquência.

Considerando a arte falar em público, isto é, a oratória, há outro ponto importante a ser avaliado, que se chama *competência linguística*. Esse tema não trata exclusivamente do uso da oratória, mas a inclui como parte importante da oralidade. Segundo (VERONEZ, 2016 apud CHOMSKY, 1978, p.1134):

A competência linguística, então, é definida, pelo autor, como o conhecimento (mental e inato) que o falante-ouvinte possui da sua língua, enquanto que o desempenho se define pelo uso efetivo da língua em situações concretas. Este desempenho, entretanto, não reflete, dentro da realidade dos fatos, a competência.

Desta forma, a competência linguística pode ser um fator determinante, especialmente pelo uso efetivo da língua em situações concretas, por exemplo, as ações realizadas no trabalho. Conforme Duarte e Feitosa (1998) é praticamente impossível desvincular a linguagem do trabalho independente da modalidade, seja ela oral ou escrita. Eles consideram que ela é essencial tanto no desenvolvimento das atividades, como nas relações sociais envolvidas.

A competência linguística é um tipo de comunicação. Conceito esse que de acordo com (MOLINA, 2019) é pressuposto sempre na existência de dois polos. Aquele que emite a informação e outro que a recebe. O veículo utilizado para a comunicação pode fazer com que esses papéis sejam intercambiáveis ou não. No entanto, ela frisa que, para que haja comunicação, deve haver, pelo menos, dois seres envolvidos, fazendo uso dos seus elementos.

Outros dois conceitos importantes que podemos levantar são os de expressão e oralidade. Expressão poderão existir diversas. Neste trabalho focaremos na expressão que pode auxiliar na fala e na comunicação, que é a expressão corporal. Conforme (GEIS, 2003) definiu a expressão corporal é a manifestação de sentimentos sejam mentais ou físicos. A linguagem do nosso corpo é a comunicação não-verbal, gestual incluindo posturas e movimentos. As formas mais comuns da expressão corporal são realizadas pelo corpo, pela voz, entre outros elementos como: o som, o ritmo, a postura, o movimento, o espaço e o tempo.

Já a oralidade é conceito muito mais abrangente, pois, pode englobar diversos conceitos como oratória, voz, mensagem e inclusive elementos tecnológicos. A oralidade usada no ensino, de acordo com (SILVA; LIBERATO, 2015), tem um valor fundamental. Podemos dizer que os aspectos orais não constituem o foco do ensino escolar, em detrimento a escrita. No que se diz respeito a aplicação de práticas pedagógicas de alguns docentes, já que não tratamos de ensinar a falar e sim, apenas ensinar escrever e a ler. Como se “o aprender a ler e escrever” fosse mais significativo do que o “aprender a falar”. E aprendizado desse conceito fosse função de outro grupo social.

Essas relações podem ser melhoradas com o avanço das técnicas de linguagem. De acordo com Kanski (2012, p. 27) o homem precisou desenvolver algo:

[...] para viabilizar a comunicação entre os seus semelhantes, o homem criou um tipo especial de tecnologia, a “tecnologia da inteligência”, como é chamada por alguns autores. A base da tecnologia de inteligência é imaterial, ou seja,

ela não existe como máquina, mas como linguagem. Para que essa linguagem pudesse ser utilizada em diferentes tempos e espaços, foram desenvolvidos inúmeros processos e produtos.

Assim sendo, a linguagem, a técnica, a tecnologia e principalmente a competência linguística passaram a serem fatores determinantes na sociedade, inclusive no mundo do trabalho. O ensino técnico profissional é uma forma de preparar o discente para estes desafios. Portanto, é necessário que estes aspectos estejam incluídos em sua formação e as escolas precisam estar preparadas para realizar esse desenvolvimento.

Na atuação profissional de um discente formado no ensino técnico, pode existir, se não for trabalhado, um distanciamento, entre o colaborador, que é aquele que detém o conhecimento específico sobre certo material, serviço ou técnica, e a pessoa do cliente, que fará uso disto. A linguagem usada para que ambos possam se entender deve conter elementos que permitam a compreensão, tanto pelo profissional que detém a técnica, quanto a situação descrita pelo cliente. A grande dificuldade, encontrada pelos técnicos, é descrever o problema usando uma linguagem pela qual o cliente entenda, sem que haja perda de informações nessa transação. De acordo com Pinto (1960, p.118) “a educação não precede o desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mutuamente”.

Um exemplo, que corrobora com a situação é o encontrado na matriz curricular do curso técnico em telecomunicações do IFSC<sup>1</sup>. Curso ministrado na modalidade subsequente, que está sendo ofertado pelo câmpus de São José - SC. Conforme o exposto no quadro 1 a seguir que descreve a mesma grade curricular.

<sup>1</sup> Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Quadro 1 – Grade Curricular - Curso Técnico em Telecomunicações

## ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

### MATRIZ CURRICULAR

	Unidades Curriculares			
	120 horas	60 horas	60 horas	60 horas
<b>1ª Fase</b> 300 horas	<b>Projeto Integrador I:</b> Uso das redes e sistemas de telecomunicações	<b>Eletricidade e Instrumentação I</b>	<b>Eletrônica Digital</b>	<b>Matemática para Telecomunicações</b>
<b>2ª Fase</b> 300 horas	<b>Projeto Integrador II:</b> Infraestrutura física das redes de telecomunicações	<b>Eletricidade e Instrumentação II</b>	<b>Redes de computadores</b>	<b>Princípios de Telecomunicações</b>
<b>3ª Fase</b> 300 horas	<b>Projeto Integrador III:</b> Instalação e configuração de equipamentos e sub-sistemas de rede	<b>Eletrônica Aplicada</b>	<b>Telefonia I</b>	<b>Comunicações Sem Fio</b>
<b>4ª Fase</b> 300 horas	<b>Projeto Integrador IV:</b> Convergência de redes de telecomunicações	<b>Fundamentos do Trabalho</b>	<b>Telefonia II</b>	<b>Projeto de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações</b>
<b>1200 horas</b>	<b>Carga horária total do curso</b>			

O trabalho da Comissão de Reestruturação do Curso Técnico foi fundamentado nas pesquisas do ambiente interno e externo do IF-SC relacionados com a oferta do Curso Técnico em Telecomunicações.

PPC - Curso de Telecomunicações Câmpus São José - IFSC

Ao analisar o quadro é notável que não há registro, pela descrição da grade curricular, de alguma disciplina, durante todo o curso, que trabalhe além da parte da tecnológica e tecnicista. A parte comunicação humana, que também é uma técnica, aparentemente está sendo ignorada, até mesmo elementos de empreendedorismo, não estão descritos. Mesmo que ao longo do PPC<sup>2</sup> deste curso, terem sido apresentadas consultas públicas e levantamento de necessidades técnicas. O que está na grade curricular é um curso voltado apenas para abastecer as necessidades das empresas da região. Sabemos que os discentes têm potencial para trabalhar autonomamente, estabelecer sociedades e até criar seus próprios negócios. Conforme está descrito no projeto de reestruturação do próprio PPC:

A reestruturação curricular do curso Técnico Subsequente em Telecomunicações, visa adaptar o currículo ao perfil dos alunos ingressantes no ensino noturno e ao perfil requerido pelas empresas para atuação na área de telecomunicações. (ALVES et al., 2012, p.2)

A grade citada anteriormente é de uma Instituição Federal que se baseia em documentos do Ministério da Educação e algumas diretrizes nacionais para formação

<sup>2</sup> Projeto Pedagógico do Curso



PPC do curso. Assim sendo, não transparece com clareza, que haja no exemplo citado, algo que diretamente contribua com o desenvolvimento do discente em comunicação, o que pode prejudicá-lo. Segundo, Ribeiro (2015, Min, 1) “[. . .] à medida que a pessoa sobe na escala da vida, o que ela mais precisa é de comunicação”. Ele cita que os profissionais que conhecemos e consideramos como os melhores, não são necessariamente os que possuem os melhores conhecimentos técnicos, mas normalmente, são os que nos comunicam melhor esses conhecimentos. Seguindo essa linha de pensamento, é estranho identificar que nesse curso técnico, da rede federal de ensino, não haja nenhuma menção, na nomenclatura de sua grade curricular, para esse fim. Se o discente, em sua formação, além de adquirir o conteúdo técnico seria desejável que este também possa realizar um treinamento em atividades como: oratória, conversação, debate, apresentações, negociações entre outras práticas. De forma ampliada e integrada. As instituições tendem a formar técnicos que poderão divulgar melhor seu trabalho. Isso pode ajudar inclusive na ampliação da probabilidade de permanência no curso e êxito em sua profissão. Apesar desse tema ser algo complexo como indicou Dore, Araújo e Mendes (2014, p.386)

[. . .] a evasão é um fenômeno complexo, multifacetado e multicausal, atrelado a fatores pessoais, sociais e institucionais, que podem resultar na saída provisória do estudante da escola ou na sua saída definitiva do sistema de ensino.

Por outro lado, o IFSC também ministra cursos, cujas unidades curriculares, mesmo as focadas em atividades mais técnicas, possuem comunicação em suas grades. Segundo o PPC do Curso Técnico em Eletrotécnica Subsequente, a unidade curricular (UC) está disponível:

Quadro 2 – Grade Curricular do Curso de Eletrotécnica

**V – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO****28. Matriz Curricular:**

Fase	Componente Curricular	CH	CH	CH
		Teórica	Prática	Total
1ª	Desenho Técnico	12	28	40
	Circuitos Elétricos I	110	10	120
	Instrumentação e Medidas Elétricas I	18	22	40
	Eleticidade e Eletromagnetismo	62	18	80
	Instalações Elétricas I	20	20	40
	Segurança e Higiene do Trabalho	40	0	40
	<b>Carga Horária Total da Fase:</b>	<b>262</b>	<b>98</b>	<b>360</b>

Fase	Componente Curricular	CH	CH	CH
		Teórica	Prática	Total
2ª	Circuitos Elétricos II	80	0	80
	Projetos Elétricos I	30	50	80
	Eletrônica Digital Aplicada	15	25	40
	Máquinas Elétricas I	24	16	40
	Instalações Elétricas II	20	20	40
	Instrumentação e Medidas Elétricas II	18	22	40
	<b>Carga Horária Total da Fase:</b>	<b>187</b>	<b>133</b>	<b>320</b>

Fase	Componente Curricular	CH	CH	CH
		Teórica	Prática	Total
3ª	Comandos Industriais I	28	52	80
	Máquinas Elétricas II	24	16	40
	Projetos Elétricos II	30	50	80
	Comunicação	40	0	40
	Instalações Elétricas III	20	20	40
	Gerência Empresarial	40	0	40
	<b>Carga Horária Total da Fase:</b>	<b>182</b>	<b>138</b>	<b>320</b>

Fase	Componente Curricular	CH	CH	CH
		Teórica	Prática	Total
4ª	Eletrônica Analógica	40	40	80
	Máquinas Elétricas III	24	16	40
	Sistemas de Potência	65	15	80
	Manutenção Industrial	24	16	40
	Comandos Industriais II	28	52	80
	<b>Carga Horária Total da Fase:</b>	<b>181</b>	<b>139</b>	<b>320</b>

<b>Carga Horária Total</b>	<b>1320 h</b>
Observações:	

Sistema de Informações Gerenciais do IFSC - SIG

Neste exemplo, a UC está localizada no terceiro período, e possui quarenta (40) horas de carga horária com aulas exclusivamente teóricas. Me pergunto como é possível estudar comunicação, somente na teoria? Uma vez que, para poder ministrar uma UC, será preciso comunicar-se na prática. Como é necessário conhecer elementos de comunicação, para ensinar algo sobre esse tema, acredito que seja desejável realizar

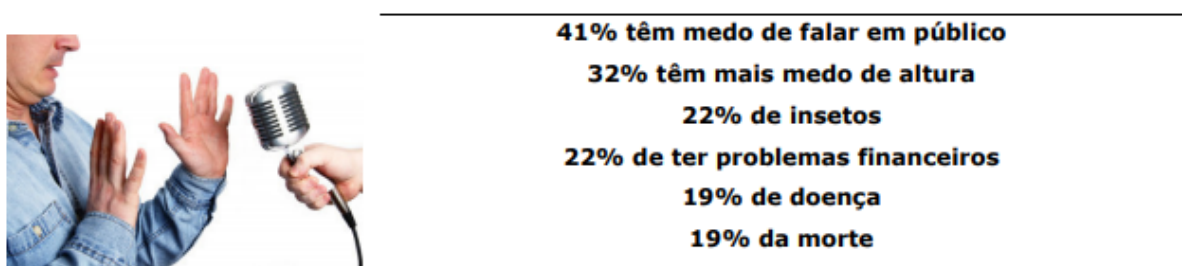
uma revisão para que haja um equilíbrio entre a teoria e a prática. Dito isso, constata-se, nesta pequena mostra, que não há unanimidade na construção dos PPC dos cursos técnicos. Os profissionais, independentemente da área de atuação, precisarão se comunicar eficientemente, alguns mais do que outros. Mas todos necessitarão.

Desta maneira, é preciso avaliar na elaboração dos PPC's quais as diretrizes curriculares nacionais, visando encontrar possíveis tendências, expectativas e necessidades do mundo do trabalho. Observando a atuação de profissionais que passaram por algum processo seletivo pelo qual precisarão se expressar bem e terão que realizar seu “*marketing* pessoal”, busca-se verificar nesses profissionais, cujas atividades eles venham a desenvolver dentre as quais qual deveria ser o modo mais assertivo? Arrisca-se caso eles só venham a ter conhecimentos técnicos não relacionados a linguagem a alguma falha na apropriação desse conhecimento, o que pode gerar insatisfações. Observar se essas ações podem prejudicar o profissional ou forçá-lo a buscar ajuda em espaços fora da instituição de ensino, demonstrando deficiências em sua formação. Isso pode prejudicar a reputação de um curso, além da fragilidade formativa do aluno.

## 1.1 O medo de falar em público

De acordo com a reportagem mostrada pela revista Exame, que menciona uma matéria do programa “fantástico” da emissora de TV, Rede Globo. Nela afirma-se que um Estudo de 2015 do jornal britânico “*Sunday Times*” o “receio de falar em público” é o maior medo de 41% dos entrevistados (das 3 mil pessoas ouvidas no Reino Unido), ficando à frente de ter problemas financeiros (22%), medo de doenças e até da morte (19%), (EXAME, 2017). Portanto, é interessante que o ensino identifique essa necessidade na formação técnica, já que os discentes em algum momento de suas carreiras poderão precisar se apresentar em público.

Figura 1 – Qual é seu pior medo?



A dificuldade de se apresentar não é única competência comunicacional que pode ser desenvolvida, haja vista que existirão profissionais que não precisarão se apresentar a grandes plateias. Todavia, esses poderão usar outras competências linguísticas, como a negociação, a liderança, a venda de produtos ou serviços e ainda esclarecimentos pelos trabalhos prestados. Conforme indica a Resolução n.º 2 de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio, em seu Art.º 11, item c, considera: “a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania”. E também na letra b do item III: “conhecimento das formas contemporâneas de linguagem”, (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.4). Estes itens não deveriam ser ignorados na formação dos PPC’s dos cursos técnicos uma vez que estão presentes nessa DCN da educação básica.

No ensino técnico, normalmente ocorrem momentos, através dos quais, os alunos estão sendo preparados para o mundo de trabalho. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), muito do aprendizado discente é focado na técnica, nos números, no desenvolvimento de um produto, um sistema ou um serviço. E não na comercialização e divulgação dos mesmos.

Desta forma, os alunos aprendem como fazer a atividades para qual cursaram, mas em poucos momentos são efetivamente preparados para venderem o que aprenderam. Neste caso, o desenvolvimento da comunicação, de uma oratória concisa, clara e segura sobre a atividade realizada, pode ser um fator determinante para o sucesso de um profissional ao longo de sua carreira. Segundo (MACHADO, 2019), saber falar bem é fator decisivo para o sucesso no mundo do trabalho. A oratória não é privilégio de alguns e sim, a prática regular de técnicas, estratégias e persuasão.

Conforme exemplos citados anteriormente, não há um padrão para a construção dos PPC’s dos cursos técnicos. Apesar de existirem Leis, Normas e outras recomendações para que as matrizes curriculares sejam equilibradas. Assim sendo, pode-se incluir o desenvolvimento da oratória em todos os currículos dos cursos técnicos sem restrições. Muitos dos profissionais saem preparados para prestar um bom serviço ou desenvolver um produto, mas com grandes dificuldades para vendê-los ou apresentá-los pois, necessitam ter que complementar seu desenvolvimento de outras formas. Isso acaba atrasando sua evolução e a apresentação apropriada dos produtos ou serviços: algo que pode fazer toda a diferença nos resultados e exige uma preparação.

Segundo Kahney (2008), Steve Jobs, quando atuava na empresa Apple<sup>3</sup> na qual era o CEO<sup>4</sup>, quando tinha algum produto para lançar, ele gastava semanas se preparando para apresentá-lo ao mundo. E de que forma era apresentado? Usando sua eloquente oratória, somada a elementos de som, imagens, *slides*, em resumo: recursos para facilitar a expressão desenvolvida por Jobs.

Os grandes produtos de sucesso produzidos pela *Apple* eram ansiados por seus compradores, que desejavam intensamente ouvir seu representante explicar como funcionava e o que esperar do produto. Depois decidiam ou não, se comprariam. Jobs afirmou: “As pessoas não sabem o que querem até que você mostre a elas”, (KAHNEY, 2008). Se o discente não obtiver o treinamento suficiente para vender seu produto, corre o risco de não vendê-lo ou não conseguir prestar seu serviço. Neste exemplo, ele pode acabar se tornando um profissional incompleto, dependendo da área de atuação, sendo incapaz de exercer suas atividades plenamente, pois, ainda necessita ter mais vivência com a comunicação e as relações interpessoais, e assim conseguir vender seu produto ou serviço. Caso não haja esta formação, o profissional poderá depender de outra pessoa para apresentar seus produtos. Mesmo assim ele terá, através da linguagem, que repassar essas informações para essa pessoa “mais preparada”, de toda forma será preciso conhecê-los e saber como transmiti-lo da melhor forma, ou seja, “não há para onde correr”.

## 1.2 Buscando alternativas para uma melhor comunicação

Encontrando dificuldade em seus primeiros passos como profissional, o indivíduo munido do desejo de prosperar, acaba tendo que procurar alternativas para sanar suas deficiências. Essa busca pode ser realizada em cursos de aperfeiçoamento, instituições, ONG<sup>5</sup>s, como a *Junior Chamber Internacional* (JCI), uma instituição não-governamental que observou essa dificuldade nas escolas de ensino fundamental e resolveu intervir. A instituição é formada por voluntários jovens de 18 a 40 anos, espalhados pelo mundo, que visa realizar mudanças positivas na sociedade, através do marco da cidadania ativa, ver figura 2.

<sup>3</sup> Empresa americana de eletrônicos em geral

<sup>4</sup> Chief Executive Officer (Chefe do Executivo)

<sup>5</sup> Organização não-governamental

Figura 2 – Marco da Cidadania Ativa



Fonte: Site JCI - Brasil

Visando “resolver esse problema” a instituição desenvolveu o Concurso Oratória nas Escolas, cujo foco principal é incentivar os alunos das escolas nas cidades em que a instituição atua a se desenvolverem em oratória e comunicação, principalmente.

Segundo o Manual de Normas do Projeto (anexo A), esta ação tem como objetivos: Brasil (2018, Art. 1)

- I - Valorizar a oratória, como forma de crescimento individual, aprimoramento e treinamento.
- II – Discutir temas de relevância nacionalmente e internacionalmente
- III - Comprovar que a geração de oportunidades práticas, caracteriza-se como forma indiscutível de preparar e treinar novas lideranças.
- IV - Manter vivo o gosto pela arte milenar da oratória.
- V - Ensejar intercâmbio entre juniores e Organizações Locais de todo o território nacional e mundial.

Além dos objetivos do manual temos outros que indiretamente podem ser alcançados. Tais como: integração das escolas participantes, aproximação com prefeitura local, estabelecimento de parcerias, captação de recursos, expansão da rede de membros e apoiadores, entre outros. Esse é um exemplo de instituição em que discentes acabam precisando buscar apoio, caso exista a necessidade de complementar seu desenvolvimento comunicacional.

### 1.3 Sobre o pesquisador

Sou formado em Gestão da Tecnologia da Informação (GTI) pelo IFSC em 2016. Desde 2015, atuo com servidor do IFSC. Inicialmente no cargo de Técnico em Tecnologia da Informação, no câmpus de Tubarão, onde atuei do dia 06 de março de 2015 até o dia 28 de junho de 2016. A partir desta data, assumi o cargo de Analista em Tecnologia da Informação na Reitoria do IFSC.

Terminando o ensino médio em 2001, comecei realizando o primeiro curso técnico. Foi o Secretariado, pelo Colégio Estadual do Paraná, concluído em 2002. Em 2004, iniciei o curso técnico em telecomunicações com ênfase em telefonia, mas não concluí. Retornando em 2006 e 2008 e terminando a primeira fase em somente 2009, pelos conflitos com o horário de trabalho. O que me trouxe o título do curso técnico em Montagem e Manutenção de Computadores. Durante a graduação (2010 a 2016), em 2013 concluí três primeiros semestres o que permite o título de técnico em suporte a sistemas, ambos pelo IFSC. Após a conclusão da graduação, continuei os estudos realizando o curso, em nível de Especialização, em Segurança da Informação, pela Universidade Estácio de Sá, concluindo em outubro de 2017.

Resido em São José - SC, desde 2003. A partir de outubro de 2012, faço parte da instituição JCI. Nela tenho participado de treinamentos em oratória e também atuando na Junta Diretiva da instituição. Em 2014, atuei como tesoureiro e estive fora por dois anos devido ao cargo assumindo na cidade de Tubarão. E retornei em 2017, atuando como vice-presidente (VP) em 2018 e estou como atual presidente local (PL) em 2019, atuando em Florianópolis.

O gosto pela atuação com oratória veio pela necessidade de buscar melhores oportunidades de trabalho, algo que melhorou significativamente quando comecei a desenvolver de forma um pouco mais acelerada a comunicação. Me considerava uma pessoa muito tímida e muito parada. A aproximação com esses conteúdos e técnicas de comunicação, me permitiram ser mais confiante, nas atitudes e relacionamentos. E principalmente em atuações de representação e liderança.

Desde o ano de 2012, tive oportunidade dentro do IFSC, de atuar como representante dos técnicos-administrativos (TAE). Iniciando em abril de 2015 até março de 2019 no Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC). Fui escolhido para compor a chapa eleita do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), onde atuei como tesoureiro entre os anos de 2016 e 2017. Ainda em 2015, presidi a Comissão Eleitoral Local (Tubarão)

que realizou as eleições para reitores e diretores do IFSC. Em 2017, presidi o Grupo de Trabalho (GT) que definiu os rumos - manutenção do uso ou não - da ferramenta *moodle* dentro do IFSC.

A principal atividade envolvendo oralidade, foi em 2018, quando tive a oportunidade de ser o coordenador do Projeto Oratória nas Escolas, que contou com a participação de 18 escolas da rede municipal de Florianópolis. Maior evento já realizado do gênero na capital catarinense. Segue uma imagem da final do evento:

**Figura 3 – Final - Projeto Oratória nas Escolas 2018**



Projeto Oratória nas Escolas 2018 - Da esquerda para direita: Vânio César Seemann (Secretaria Municipal), Greyce Franzmann (PL 2018), Silney de Aquino (Coordenadoria da Juventude), Fábio Mello Fagundes (PN 2018), Luciano Pinheiro (Presidente da ACIF) e Vanildo Santos, (Coordenador do Projeto).



## 2 OBJETIVOS

A formação profissional precisa se articular com o mundo do trabalho. Identificando as mudanças nas necessidades das empresas, dos empreendedores e da população. Por consequência disso, desenvolvendo métodos e ferramentas para que a educação profissional possa alcançar um desenvolvimento do educando que permita aos profissionais conquistarem melhores resultados nas interações com o setor produtivo.

Como objetivo, busca-se analisar as variáveis dependentes ou não da participação no concurso. Ainda, no desenvolvimento da oratória e no sucesso profissional, pretende-se encontrar qual aspecto foi o mais determinante na formação desses profissionais entrevistados. Objetiva-se encontrar respostas, para os seguintes questionamentos: em que momento da carreira surgiu a necessidade de desenvolver a oralidade? A participação no projeto teve influência na atuação profissional?

As hipóteses focam em levantar no material, quais sejam: tabelas, enquetes, Leis, Normativas, Resoluções, entre outros elementos, que possam auxiliar a responder esses questionamentos. Procurando quantificar ou qualificar os resultados obtidos em formatos diversificados. Consideram-se as evoluções técnicas desenvolvidas ao longo dos anos.

### 2.1 A comunicação na educação profissional

Na educação profissional, não é diferente, saber se expressar, pode fazer toda a diferença entre a captação e entendimento dos conteúdos abordados pelos alunos, assim como, a forma como eles repassarão esse conteúdo.

A educação profissional está voltada para realização de atividades laborais, abrange diversas áreas e foca na preparação do indivíduo para o trabalho. Esse, que ao ser realizado demanda interações humanas. Mesmo com uso de equipamentos técnicos, é preciso usar algum tipo de comunicação para que as atividades realizadas possam fluir e ocorram transações entre os agentes envolvidos, (MONTENEGRO, 2012).

Conforme observado por Cunha (2009, p. 9)

Não adianta ser uma pessoa formada em determinada área, ter uma pós-graduação, mas ter dificuldade em comunicação. É preciso saber como proceder em uma reunião, falar com os clientes, com os superiores, saber redigir documentos, e-mails, etc. Resumindo, tudo o que fará em sua vida profissional, terá a comunicação como prioridade, por isso é imprescindível a busca pela competência linguística o quanto antes.

Na educação profissional podem ser transmitida ao aprendiz, diversas técnicas, métodos, boas práticas para a realização da atividade laboral. No entanto, para saber vender o produto que está sendo confeccionado, seja ele algo físico ou abstrato, essa qualidade deve ser adquirida pelo ser.

É importante que na realização da transferência do conhecimento, na venda do produto ou na explicação sobre a atividade realizada, possam ser usados elementos que facilitem a compreensão das informações prestadas pelos indivíduos ou organizações. Para isso o desenvolvimento de uma boa comunicação, de uma oratória eficaz, pela qual, seja permitido mostrar todo o potencial de uma ideia. E dela possa ser traduzida em uma linguagem, ao qual todos consigam entender com clareza, visando garantir o resultado esperado da transação.

## **2.2 Objetivo Geral**

Identificar, no eixo de oralidade, quais instrumentos contribuem para formação dos profissionais em nível técnico.

## **2.3 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos definidos visam explicitar o detalhamento das ações a serem realizadas, que podem trazer caminhos para que o objetivo geral concretize-se:

- Promover a competência comunicacional, especialmente a oralidade, visando implementá-la por meio de um produto educacional.
- Realizar levantamento na literatura sobre a importância da comunicação, especialmente o eixo da oralidade na formação profissional técnica;
- Constatar quais habilidades os discentes agregam com a integração de competências linguísticas orais no ensino técnico, comparando-as com a sua ausência.
- Demonstrar a evolução das formas de armazenamento que permitem comprovar que os recursos audiovisuais podem tornar-se equivalentes ao impresso.

- Propor um componente curricular que incentive o exercício da oratória como competência comunicacional na educação profissional e técnica em nível médio, associados aos seus respectivos eixos tecnológicos.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa inicialmente foi baseada em torno de um projeto de extensão que visa ensinar oratória para discentes que estão findando o ensino fundamental. Mas também mostra a força que as novas técnicas de armazenamento de dados possuem. Tornando o uso das competências linguísticas orais ainda mais significativas. Mostrando como a guarda desses dados, já se equipara ao da linguagem escrita.

O projeto trabalha com a perspectiva de alunos que estão visando ingressar no mundo do trabalho. Um dos elementos encontrados que os alunos encontram dificuldades são em suas entrevistas. Para esse momento o discente precisa de uma preparação. O projeto Oratória nas Escolas visa preparar o aluno para esses momentos permitindo que ao adquirir esse desenvolvimento o estudante possa obter uma colocação mais acelerada.

A forma para indicar esses instrumentos são: as enquetes realizadas com os participantes no momento da inscrição e também a conversa com os mesmos durante as apresentações realizadas em suas escolas. Além de outras atividades ao longo do projeto, como os ensaios e treinamentos individuais para os representantes de cada escola que participará da final.

Buscando indicar por meio de entrevistas como ocorre a inserção no mundo do trabalho, dos discentes egressos tanto dos cursos técnicos assim como do projeto de extensão. E mostrar como o desenvolvimento de competências linguísticas, podem melhorar o rendimento do profissional. Independente do formato usado para alcançá-lo.

#### **3.1 Justificativa da metodologia**

Com a premissa de partir de uma pesquisa básica, que originará um produto educacional que será proposto e poderá ser aplicado. Do ponto de vista dos objetivos trata-se de uma pesquisa de campo e descritiva, pois, foram realizados levantamentos baseados nas descrições de autores. Analisando o tema e as interações do projeto realizado. Neste sentido, estas análises procuram estabelecer caminhos em direção aos objetivos específicos que a esta pesquisa procura.

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, uma vez que, identifica os resultados conquistados pelos atores envolvidos. Segundo, (FLICK, 2009), os aspectos primordiais da pesquisa qualitativa consistem na escolha de métodos adequados e teo-

rias convenientes para o reconhecimento e análise de perspectivas diferentes, como parte do processo de produção e de conhecimento. Estes agentes são docentes, discentes, profissionais e egressos do concurso de oratória da JCI. A parte qualitativa da pesquisa também ocorre através das análises realizadas a partir do uso de técnicas para armazenamento de dados, especialmente os tipos descritos como áudio e vídeo. Logicamente a abordagem também tem estudos de casos tais como a participação dos discentes no concurso de oratória, assim como, as relações existentes entre o estudante e o profissional a que veio tornar-se.

Os dados utilizados nas análises do projeto tem origem nas enquetes, *workshops* (treinamentos presenciais nas escolas), treinamentos individuais, semi-final e finais. Além dos contatos realizados para esclarecimento de dúvidas, datas e métodos para praticar a oratória.

Quanto à natureza, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, conforme (SEVERINO, 2016) ocorre a partir de registros disponíveis em pesquisas anteriores de diversas fontes confiáveis, tais como: teses, artigos, livros, etc. E podem ser incluídas também as características normativas, pois, levantará informações nos documentos norteadores da educação básica. Focando naqueles relacionados à formação técnica, na forma de oferta subsequente, principalmente.

Os critérios para inserção dos documentos consistem em: relevância com relação ao tema proposto, autores ou autoras que discutem sobre a proposta e profissionais relatando suas opiniões ou práticas a respeito dos assuntos abordados.

Referente aos seus objetivos a referida pesquisa receberá a classificação de explicativa. Pois traz elementos qualitativos, em sua maioria, nos métodos aplicados.

### **3.2 Caracterização da pesquisa**

Uma das técnicas de pesquisa usada será a entrevista que de acordo com Severino (2016, p.133) afirma que a entrevista é uma:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que o sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam.

Foram realizadas com os docentes da área de línguas, contendo perguntas sobre a valor da competência linguística oral, sendo ensinada para discentes dos cursos técnicos. Foram realizadas entrevistas também com participantes do concurso de oratória, ministrado pela JCI. Entre outros profissionais relatando suas experiências do uso de oratória no ambiente laboral.

Do Projeto Oratória nas Escolas podem ser extraídas informações relevantes com relação à inserção do profissional no mundo do trabalho. Para isso, foram usadas:

- Entrevistas com os discentes participantes do projeto em 2018, tendo as informações colhidas através de enquetes.
- Análise de dados do crescimento do projeto e o seu regulamento.
- Com os resultados obtidos foi identificada a relação entre a participação no projeto e sucesso pessoal.
- Uso das mídias sociais, técnicas e equipamentos desenvolvidas que impulsionaram uma melhor oratória.

Da pesquisa bibliográfica foram extraídos dados relativos aos documentos normativos, Leis, Resoluções, Bases Nacionais curriculares, visando encontrar consonância entre as proposições realizadas nos objetivos e os descritos nos documentos. Comparase para identificar se houve na formação dos cursos, os elementos esperados estão sendo praticados, dentro da amostra identificada.

### **3.3 Atividades da pesquisa**

As argumentações realizadas ao longo do trabalho, seja na forma de entrevista, pesquisas bibliográficas, citações e outra formas de ancoramento, visam a se aproximar do primeiro objetivo citado.

Os comparativos entre as Bases Nacionais e as Diretrizes Curriculares confrontadas com exemplos de Projetos Pedagógicos de Cursos. Tem como meta encontrar meios de padronizar o eixo da oralidade como requisito mínimo dentro de cursos técnicos, principalmente da modalidade subsequente, que ainda não possuem. Outros documentos governamentais e boas práticas vindo de diversos autores também contribuem para enriquecimento dos argumentos.

Foram realizadas verificações nas competências necessárias para que um profissional possa obter êxito em sua profissão, bem como, se estão em conformidade com as normas mais atuais, identificando se existe falta de atualizações, baseados nos dados levantados.

Outro ponto importante sobre o eixo da oralidade, diz respeito à evolução das tecnologias de informação, especialmente as formas de armazenamento e compartilhamento de dados, à ampliação da confiabilidade, o uso dos recursos computacionais. Também se analisa o histórico de adequações da legislação brasileira e até de outros países com relação às mudanças nas formas de registro de dados, corroborando com a equiparação entre documentos digitais e impressos. Assim, contabilizam-se as possíveis ideias para soluções, após a análise dos levantamentos, reunindo os resultados em proposições que formam o produto educacional proposto.

O objetivo desta inserção de entrevistas é ouvir as opiniões qualificadas dos docentes e agentes atuantes na área, além dos seus participantes. Visando encontrar partindo da hipótese inicial concordância ou não com a linha de trabalho realizada. Assim sendo, auxiliar no desenvolvimento da pesquisa, para ela alcance cada um dos objetivos descritos.

## 4 DESENVOLVIMENTO

Um aspecto recorrentemente discutido sobre a fala e a escrita está na relação entre respeito às suas propriedades cognitivas, com a produção, conservação e apropriação dos conhecimentos. A escrita propiciou formas mais sistemáticas e permanentes de armazenamento do conhecimento. Sobretudo porque teria levado o conhecimento “para fora do seu criador”. E levado ao consumidor em diferentes tempos, na medida em que armazenou esse conhecimento em símbolos, através da escrita. (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2005). Com a evolução dos sistemas computacionais, a forma de registro do conhecimento, não necessariamente precisou continuar sendo escrita, impressa, manuscrita ou representada de forma artística, informações faladas, imagens com ou sem movimento puderam ser gravadas popularizando vídeos e áudios. Conforme pesquisa apresentada no Portal Teleco (ANATEL, 2019), no item: densidade, de acordo com o quadro 3 abaixo, existe mais de um celular por pessoa no Brasil. Isto implica em dizer que: “os indivíduos têm potencial para gravar áudio e vídeo na palma da mão, a qualquer momento”.

Quadro 3 – \*Densidade: número de celulares a cada 100 habitantes.

### Celulares em Mar/19

Milhares	Mar/18	Dez/18	Fev/19	Mar/19
Celulares	235.786	229.211	228.971	228.881
Pré-pago	61,56%	56,52%	55,74%	55,33%
Densidade*	112,98	109,24	109,00	108,89
Crescimento Mês	131	-2.617	-175	-90
	0,1%	-1,1%	-0,1%	0,0%
Crescimento Ano	-702	-7.278	-239	-330
	-0,3%	-3,1%	-0,1%	-0,1%
Crescimento em 1 ano	-7.004	-7.278	-6.684	-6.905
	-2,9%	-3,1%	-2,8%	-2,9%

Nota: celulares ativos na operadora. Densidade calculada com a projeção de população do IBGE (Rev. 2013) para o mês respectivo.

IBGE

Contando com essa possibilidade, também a linguagem passou a usar as evoluções técnicas para que ela própria pudesse ser armazenada e conseqüentemente compartilhada e perpetuada.



#### 4.1 A relação próxima entre a técnica e a linguagem: variações de interpretação

O desenvolvimento das técnicas, têm sido repassados entre as gerações através da comunicação, seja ela a escrita, falada ou outros meios de registro do conhecimento, segundo Wollinger (2016, p.33):

[...] a comunicação é imprescindível para que as técnicas sejam executadas, esta é a razão pela qual a técnica sempre implica em conhecimento transferido pela linguagem, em sentido amplo, tornando-se assim um atributo exclusivo da espécie humana. Do mesmo modo, quando assimilada uma nova técnica pela linguagem, o conhecimento ali contido pode se expandir, aprimorando uma mesma técnica ou permitindo o surgimento de outras mais.

Ou seja, a transferência do conhecimento, além de ser característico da espécie humana, também remete ao desenvolvimento da linguagem, da expressão. Uma técnica desenvolvida precisa ser publicizada, compartilhada, usada, para fazer sentido. A forma como ela é repassada pode ser fator crucial para que haja entendimento de quem a recebe, pois, quando uma mensagem é registrada, ao ser analisada pelo receptor, poderá ser interpretada de outra maneira.

A síndrome do “telefone sem fio” não é esperada pelo emissor das informações. Este emissor deseja que as informações representem com precisão a técnica de deveria ser transmitida. Em resumo é preciso usar de meios específicos para a transmissão das técnicas através da linguagem. Visando garantir que interlocutor receba-as sem ruídos e que possa compreendê-las e fazer uso adequado das mesmas. O profissional através da linguagem pode atingir a sua autoconsciência crítica conforme afirmou (PINTO, 1991, p. 99) :

O primeiro passo para a constituição da autoconsciência crítica do trabalhador, da qual decorre necessariamente a aquisição da linguagem escrita, está em fazê-lo tornar-se observador consciente de sua realidade; destacar-se dela para refletir sobre ela, deixando de ser apenas participante inconsciente dela (e por isso incapaz de discuti-la). Tecnicamente, esse resultado é alcançado mediante a apresentação ao educando adulto de imagens de seu próprio meio de vida, de seus costumes, suas crenças, práticas sociais, atitudes de seu grupo etc. Com isso, o alfabetizando se torna espectador e pode discutir sua realidade, o que significa abrir o caminho para o começo da reflexão crítica, do surgimento de sua autoconsciência. A alfabetização decorre como consequência imediata da visão da realidade, associando-se a imagem da palavra à imagem de uma situação concreta. Posteriormente, a decomposição da palavra em seus elementos fonéticos e a recomposição destes em outras palavras se faz sem nenhuma dificuldade e é um produto da criação intelectual do próprio educando (e não uma sugestão externa que lhe é imposta pelo professor).

Nessa afirmação Álvaro Vieira Pinto infere que a evolução de um profissional pode ter iniciado na linguagem escrita decompondo as palavras em elementos fonéticos.

Conforme figura 4 abaixo, uma conversa pode sobre sofrer ruídos. Inclusive alterando completamente o significado e entendimento do receptor. Desta forma, a transmissão das informações ocorrerá, mas o principal objetivo, pela qual foi realizada a conversação, acabará podendo ter um resultado totalmente diferente do previsto.

Figura 4 – De quem deve ser a fortuna?

**“Deixo meus bens à minha irmã não a meu sobrinho jamais será paga a conta do padeiro nada dou aos pobres”**



BLOG: Recanto das letras

Esta distorção pode atingir níveis elevados, ao ponto da informação passada ser até contrária a que foi inicialmente planejada. Indicando diversas formas de interpretações diferentes. Conforme texto de autor desconhecido: O Mistério da Herança:

Um homem rico estava muito mal, agonizando. Dono de uma grande fortuna, não teve tempo de fazer o seu testamento. Lembrou, nos momentos finais, que precisava fazer isso. Pediu, então, papel e caneta. Só que, com a ansiedade

em que estava para deixar tudo resolvido, acabou complicando ainda mais a situação, pois deixou um testamento sem nenhuma pontuação. Escreveu assim:

“DEIXO MEUS BENS A MINHA IRMÃ NÃO A MEU SOBRINHO JAMAIS SERÁ PAGA A CONTA DO PADEIRO NADA DOU AOS POBRES.” (DESCONHECIDO, 2019)

Este texto, por não possuir pontuação clara e explícita, deixa margem para várias interpretações. Afinal qual ou quais dos agentes citados deverão ficar com a herança? A irmã, o sobrinho, o padeiro, os pobres? Se analisarmos cada um deles, com pontuações diferentes, veremos que a mudança de tom e interpretação linguística da situação, cada um dos participantes, pode, tranquilamente, autodeclarar-se dono da grande fortuna. Conforme os exemplos a seguir:

Os herdeiros assim o pontuaram:

1) O SOBRINHO fez a seguinte pontuação:

Deixo meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho. Jamais será paga a conta do padeiro. Nada dou aos pobres.

2) A IRMÃ chegou em seguida. Pontuou assim o escrito :

Deixo meus bens à minha irmã. Não a meu sobrinho. Jamais será paga a conta do padeiro. Nada dou aos pobres.

3) O PADEIRO puxou a brasa pra sardinha dele:

Deixo meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do padeiro. Nada dou aos pobres.

4) Então, chegaram os POBRES da cidade. Espertos, fizeram esta interpretação:

Deixo meus bens à minha irmã? Não! A meu sobrinho? Jamais! Será paga a conta do padeiro? Nada! Dou aos pobres.(DESCONHECIDO, 2019)

Ao observarmos cada agente enumerado, percebemos que cada um deles de fato, poderia alegar ser dono da fortuna. Trazendo para a realidade da formação técnica, este exemplo mostra como as interpretações podem ser decisivas. Sendo assim, boa parte da “culpa” pela distorção da comunicação está no emissor da mensagem. Pois, não transmitiu clareza na mensagem. Algo fundamental para que uma comunicação seja efetiva. Conforme afirmação de (GREGORIO; ROTHERMEL, 2013, p. 10)

Sabendo que a comunicação é uma necessidade do ser humano e que é através dela que tudo acontece, podendo ser a comunicação verbal, escrita,

visual ou através de gestos e expressões, confirmamos a importância de se ter clareza ao se transmitir qualquer tipo de informação, evitando assim o retrabalho, conflitos que venham prejudicar a empresa e seus clientes internos e externos. Dentro das empresas a comunicação interna eficaz gera lucros e satisfação tanto para empresa como para o funcionário, pois é pela informação que se estabelece metas e objetivos, valores e necessidades e se transmite isso a todos, tornando um objetivo comum.

Se o emissor na comunicação é tão importante, isso significa, que a emissão da informação precisa ser tratada, traduzida, muito bem formatada. Para que, ao ser transmitida, sofra o mínimo de modificações possíveis ou nenhuma sequer, e, também para que o receptor não fique confuso ou interprete de maneira equivocada as mensagens recebidas. Para isso, elementos da comunicação precisam ser trabalhados. Independentemente de ter ou não disciplinas focadas em comunicação é certo que o profissional, já formado ou em formação, quando necessitar atuar em sua área, precisará transmitir seus conhecimentos através da linguagem. Transformando seus conhecimentos em serviços, palestras, soluções, negociações, entre outros. Todos os elementos que indicam algum tipo de comunicação, mesmo que esses não sejam exclusivamente orais. Conforme afirma (GARCIA, 2010) as pessoas mais comunicativas tendem a se sobressair em entrevistas de empregos, dinâmicas de grupos, etc. Não que não haja espaço para as pessoas tímidas, ele cita que profissionais com ampla capacidade técnica usarão mais a oratória do que seus conhecimentos técnicos, conforme atesta:

[...] um engenheiro administrando uma obra com centenas de trabalhadores, um médico administrando um hospital ou uma clínica, ou um administrador numa empresa utilizará quase 80% da oratória, da comunicação, e somente 20% de conhecimentos técnicos aprendidos em seus cursos universitários. (GARCIA, 2010)

As visões sobre a valor da linguagem podem ser complementares. Segundo a teoria dos atos de fala proposta por (AUSTIN, 1970, p.28), existem diversos três tipo de atos (níveis de fala) que agregam uma amplitude ao conceito de emissor-receptor, conforme o autor descreve a seguir:

[...] o ato locucionário (a produção de sons que pertencem a um vocabulário e a uma gramática, e aos quais são ligados um “sentido” e uma “referência”, ou seja, uma “significação”, no sentido clássico do termo); o ato ilocucionário (produzido ao dizer qualquer coisa, e que consiste da manifestação de como as palavras devem ser compreendidas naquele momento – as mesmas palavras podem ser compreendidas como um conselho, uma ordem etc.); e o ato perlocucionário (produzido pelo fato de dizer qualquer coisa, ou seja, o

ato dá lugar a efeitos – ou conseqüências para os outros ou para a própria pessoa)

Após um determinado período, um estudo de (SEARLE, 1984, p. 88-90), trouxeram elementos ainda mais aprofundados, conforme os descritos nos atos ilocucionários no exemplo a seguir:

Ato de pedir – o ato de pedir corresponde a uma ação a ser realizada no futuro pelo ouvinte. Uma primeira condição é a sinceridade do pedido: o falante quer que o ouvinte realize a ação solicitada. Outra condição é que o falante acredite que o ouvinte esteja em condição de realizar a ação solicitada e que este realmente possa fazê-lo. O pedido é uma tentativa que o falante faz de conseguir que o ouvinte realize a ação solicitada.

Ato de perguntar – há dois tipos de perguntas, as reais e as de exame. Nas perguntas reais, o falante quer saber (descobrir) a resposta; nas perguntas de exame, o falante quer saber se o ouvinte sabe. Uma primeira condição para que o ato de perguntar seja bem-sucedido (no caso da pergunta real) é que o falante seja sincero, que queira realmente obter a informação. Outra condição é que o falante não saiba a resposta. A pergunta é uma tentativa de obter a informação.

Ato de aconselhar – o ato de aconselhar corresponde a um ato futuro do ouvinte. Uma condição para que o conselho seja bem-sucedido é que o falante tenha alguma razão para acreditar que o ato beneficiará o ouvinte. Outra condição é que o falante assume que o ato sobre o qual se dá o aconselhamento é de grande interesse para o ouvinte. Ao contrário do que se poderia supor, aconselhar não é uma espécie de pedido. Aconselhar alguém não é tentar conseguir que ele faça algo de forma análoga ao pedido. Aconselhar é dizer a alguém o que é melhor para ele.

Ato de agradecer – o ato de agradecer remete a um ato passado realizado pelo ouvinte. Esse ato beneficia o falante e este sabe disso. Uma condição para que o agradecimento seja bem-sucedido é a sinceridade do falante, que este seja efetivamente grato ao ouvinte pelo ato. O agradecimento é uma expressão de gratidão ou apreciação.

Ato de avisar – o ato de avisar remete a um evento ou estado futuro. Uma condição para que o aviso seja bem-sucedido é que o ouvinte acredite que o evento ocorrerá e que não é do seu interesse. Outra condição é a sinceridade do falante, que acredita que o evento sobre o qual recai o aviso não é do interesse do ouvinte. Avisar é como aconselhar e não como pedir. Não é necessariamente uma tentativa de fazer com que alguém proceda de modo a evitar o evento ou estado, mas que esteja preparado para as conseqüências que virão.

Na comunicação oral, os recursos em relação à linguagem escrita são mais dinâmicos. Um exemplo é a oralidade usada por uma pessoa analfabeta. Esta pessoa não consegue decifrar as informações contidas de forma escrita. Mas pode dominar um vocabulário vasto de palavras, expressões faciais, tons de voz, no momento de sua fala. Enquanto a linguagem escrita fica restrita ao reconhecimento dos textos, a pontuação e

suas regras, situação que restringe ainda mais o número de pessoas que conseguirão entender seu significado.

Outro exemplo é de uma pessoa deficiente visual, apesar de não conseguir ter as informações mostradas, a parte auditiva da fala e suas variações de tom e velocidade, ampliam significativamente o entendimento do ouvinte. Enquanto a linguagem escrita somente poderá ser usada por um deficiente visual, se ele fizer uso de outros métodos como o Braille. Que é uma forma de linguagem baseada em tato e sequência de relevo. Descrita por Costa (2009):

O sistema Braille é um processo de escrita e leitura baseado em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Pode-se fazer a representação tanto de letras, como algarismos e sinais de pontuação. Ele é utilizado por pessoas cegas ou com baixa visão, e a leitura é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo.

Isso implicar em dizer que a linguagem falada pode ser mais precisa que a linguagem escrita em determinados momentos. E com a evolução das formas de armazenamento de dados e equiparações feitas entre os dados impressos e dados digitais. A forma oral da língua pode ser armazenada, seja em forma audiovisual ou somente áudio.

## **4.2 A linguagem e o sucesso profissional**

A linguagem pode ser usada em três categorias: “para o trabalho”, realização de tarefas e o aperfeiçoamento de técnicas, mas também “no trabalho”, nas comunicações interpessoais. Contudo, a linguagem ainda pode ser o próprio trabalho, segundo Duarte e Feitosa (1998). Dessa afirmação infere-se que o linguagem também representa um tipo de técnica. Tanto que existem diferentes técnicas de comunicação tanto falada quanto escrita conforme afirmou (HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2001). Como a comunicação não é regida por normas imutáveis em decorrência de sua interação com a sociedade, ela pode mudar através do tempo. Para perceber isto, basta observar os escritos antigos, ou mesmo cartas antigas e comparar com mensagens de internet enviadas. Percebendo a dinamicidade da linguagem, entendida aqui como um processo social mediado pela troca de sentido e simbologia.

Nesta pesquisa, o foco principal é a fala como instrumento de comunicação ativa, para realização de negociações entre os envolvidos. Uma boa oratória pode ser um agente

de mudança na sociedade, mudar o rumo das pessoas, agregar valor a objetos ou serviços, melhorar ou piorar a imagem de uma pessoa, ou produto. Muitas vezes o simples medo de falar pode ser determinante para que haja ou não o fechamento de um negócio.

Mas o que é uma boa oratória? Como pode ser considerada? Como ter esse conhecimento, pode ser um diferencial na carreira de um profissional? Quais competências podem ser melhor aprimoradas com a incorporação dessa habilidade? Conforme afirma (FURINI, 1992), as pessoas que aprendem a falar bem em público têm mais chances de conquistar ascensão social e profissional. Segundo ela, a oratória é uma arte, cujo conhecimento é imprescindível. Sendo assim, torna-se importante que os discentes sejam conscientes da importância de conhecerem as técnicas de falar bem, não somente na teoria, mas, principalmente, pela prática da oratória. Assim sendo, é imprescindível usar os recursos que enfatizam a oralidade e aproximá-los dos discentes da melhor forma.

### **4.3 Legislação sobre armazenamento de dados digitais**

Conforme o disposto na Lei 12.682 Brasil (2012) os documentos digitalizados se equipararam aos documentos impressos, conforme disposto no Art. 1º:

Art. 1.º A digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou equivalente e a reprodução de documentos públicos e privados serão regulados pelo disposto nesta Lei.

Parágrafo único. Entende-se por digitalização a conversão da fiel imagem de um documento para código digital.

Estas disposições já haviam sido citadas anteriormente, em uma medida provisória, a MP 2.200 (BRASIL, 2001), que foi a responsável pela criação da ICP - Brasil, instituição responsável pela guarda das chaves públicas do Brasil.

É da responsabilidade da ICP - Brasil, definir o regulamento do uso das chaves públicas. E a composição delas serão realizadas por autoridades gestoras de políticas e pela cadeia de autoridades certificadoras composta pela Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz, pelas Autoridades Certificadoras - AC e pelas Autoridades de Registro - AR.

Sobretudo para que essa equiparação pudesse ser fidedigna, foi necessária a implantação e autorização do uso da certificação digital. Algo que já existia, mas

precisou ser incorporada como forma de garantir a autenticidade e integridade dos documentos digitalizados. Esta Lei determina que, o processo de digitalização, deve ser utilizado mantendo a integridade, a autenticidade e se necessário a confidencialidade dos documentos tramitados. Também menciona a certificação digital sendo emitida pela ICP – Brasil de acordo com o disposto no seu Art. 3º:

Art. 3.º O processo de digitalização deverá ser realizado de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. Os meios de armazenamento dos documentos digitais deverão protegê-los de acesso, uso, alteração, reprodução e destruição não autorizados.

As assinaturas digitais que foram legalizadas, em 2006, pela Lei 11.419, (BRASIL, 2006) que dispõe sobre a informatização do processo judicial, que aumentaram muito o uso nos últimos anos, com estabelecimento sólido e intenso da *internet* como meio de transmissão de documentos com valor jurídico. As entidades certificadoras passaram a disponibilizar tecnologias diferentes para garantir a segurança dos documentos com o uso de *tokens*, cartões magnéticos e aplicativos. Sendo assim os procedimentos passaram a contar tanto com assinatura digital, assim como, o selo digital que visa garantir a origem e a validade dos documentos.

Conforme demonstrado na Lei 5.433 Brasil (1968), que dispõem sobre regulação da microfilmagem de documentos oficiais, infere-se a necessidade de manter de forma perpétua os dados registrados em formato digital. Indicando que esta foi a lei precursora da digitalização dos documentos. Por meio da equiparação entre microfilmagem e documentos impressos, conforme disposto na referida lei em seu Art. 1.º, principalmente:

Art 1.º É autorizada, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, êstes de órgãos federais, estaduais e municipais.

§ 1º Os microfilmes de que trata esta Lei, assim como as certidões, os traslados e as cópias fotográficas obtidas diretamente dos filmes produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dêle.

§ 2º Os documentos microfilmados poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo adequado que assegure a sua desintegração.

§ 3º A incineração dos documentos microfilmados ou sua transferência para outro local far-se-á mediante lavratura de termo, por autoridade competente, em livro próprio.



§ 4º Os filmes negativos resultantes de microfilmagem ficarão arquivados na repartição detentora do arquivo, vedada sua saída sob qualquer pretexto.

§ 5º A eliminação ou transferência para outro local dos documentos microfilmados far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio pela autoridade competente.

§ 6º Os originais dos documentos ainda em trânsito, microfilmados não poderão ser eliminados antes de seu arquivamento.

§ 7º Quando houver conveniência, ou por medida de segurança, poderão excepcionalmente ser microfilmados documentos ainda não arquivados, desde que autorizados por autoridade competente.

A regulamentação da Lei 5.433 veio através do Decreto 1.799, que solidificou o descrito na Lei. Conseguindo trazer mais confiabilidade jurídica para que os documentos digitais tivessem cada vez mais importância em relação aos documentos impressos. Ao longo deste Decreto, é possível verificar as preocupações com a qualidade da imagem criada e registros importantes tais como: data, nome do arquivo, local da realização da microfilmagem, resolução mínima, recuperação entre outros dados relevantes. (BRASIL, 1996b)

#### **4.4 A equiparação dos documentos digitais com os impressos e físicos.**

Cada vez mais, o Estado e a população brasileira reconhecem a importância e o peso que uma informação, encaminhada com vídeo e voz, tem o mesmo significado que o de um documento impresso. A legislação brasileira contém algumas leis que tratam esse tema, a exemplo da Lei 12.485 (BRASIL, CASA CIVIL, 2011) que trata mais especificamente do acesso condicionado da comunicação audiovisual, indicando a forma de como os dados devem ser tratados, armazenados, disponibilizados para a população e também como devem ser produzidos.

Outro ponto que pode trazer mais clareza para essa equiparação é uma proposta apresentada no projeto de Lei 146 de 2007, (BRASIL, 2007). Nela é afirmada que, conforme já ocorria com os documentos microfilmados, que os documentos digitalizados terão o mesmo valor jurídico, tanto na versão impressa quanto na digital. Inclusive permitindo que a versão física possa ser descartada, eliminada e destruída:

Estabelece critério sobre a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados, estes de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e de entidades integrantes da administração pública indireta das três esferas de poder político. Dispõe que após a digitalização e armazenamento em mídia óptica ou digital autenticada, os documentos em meio analógico poderão ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou por outro processo

adequado que assegure a sua desintegração, lavrando-se o respectivo termo de eliminação. Dispõe que os documentos digitalizados e armazenados em mídia ótica ou digital autenticada, bem como as suas reproduções, na forma desta lei, terão o mesmo valor jurídico do documento original para todos os fins de direito.

Apesar de não ter ainda se tornado lei, já indica que os representantes do Estado brasileiro entendem que essa demanda é relevante e merece uma regulamentação. Constata-se que há a possibilidade de futura legislação para algo que já acontece na prática. Isso porque devido à segurança, confiabilidade, praticidade e devido ao uso dos certificados e assinaturas digitais, citados anteriormente, já trazem.

#### 4.4.1 Equiparação da voz com documentos

Em um determinado momento precisei trocar a titularidade de um serviço de *internet* que estava usando. Para isso precisei ligar para um número, isto é, usar um áudio como meio para resolver o problema. A atendente me informou que precisaria das cópias (em formato digital) de RG, CPF e comprovantes de residência. Todos autenticados em cartório. Perguntei a ela se haveria outra forma de resolver. Porque esse método era muito burocrático e caro. Sabendo dessa informação ela mostrou-me que haveria uma forma de realizar a troca de titularidade, sem um documento sequer, impresso ou registrado em cartório, bastaria que o novo titular e eu estivéssemos na linha simultaneamente, confirmássemos alguns dados e a transação seria realizada, como de fato foi. E os documentos digitalizados poderiam ser encaminhados depois.

Relato esse ocorrido para mostrar a força pela qual as informações via áudio, quando gravadas e armazenadas, tem uma força jurídica muito grande. E ainda possuem elementos de praticidade, precisão e entendimento, algo que pode ser difícil de ser transmitido quando o formato é impresso. Essa conquista da população brasileira pode ser vista na conhecida como “Lei do SAC” (BRASIL, 11 de setembro de 1990) , regulamentada pelo Decreto n.º 6.523 (BRASIL, 31 de Julho de 2008) nos parágrafos 3.º e 4º:

§ 3º É obrigatória a manutenção da gravação das chamadas efetuadas para o SAC, pelo prazo mínimo de noventa dias, durante o qual o consumidor poderá requerer acesso ao seu conteúdo.

§ 4º O registro eletrônico do atendimento será mantido à disposição do consumidor e do órgão ou entidade fiscalizadora por um período mínimo de dois anos após a solução da demanda.

Conforme informa a Lei, tanto a “gravação” parte de áudio quanto o “registro eletrônico”, são suficientes para trazer garantia jurídica ao consumidor. O documento digital ainda possui um diferencial em relação ao impresso, que são os seus, hipertextos ou *links*. Essas referências podem ser para áudios, vídeos, outros documentos, sites, portais entre outros. Que permitem uma dinâmica muito mais ampla de um documento. Exemplo está descrito na figura 5:

**Figura 5 – Exemplo de Documento Digital**

[LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.](#)

[Texto compilado](#)  
[Texto original](#)  
[Vigência](#)  
[Atualizada a partir da republicação](#)  
[\(Vide Lei nº 10.150, de 2000\)](#)

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I  
Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I  
Das Atribuições

~~Art. 12. Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei.~~  
 § 1.º Esses registros são:  
 I - o registro civil de pessoas naturais;  
 II - o registro civil de pessoas jurídicas;  
 III - o registro de títulos e documentos;  
 IV - o registro de imóveis;  
 V - o registro de propriedade literária, científica e artística;  
 § 2.º O registro mercantil continua a ser regido pelos dispositivos da legislação comercial.

Art. 1º Os serviços concernentes aos Registros Públicos, estabelecidos pela legislação civil para autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido nesta Lei. [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)

§ 1º Os Registros referidos neste artigo são os seguintes: [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)

I - o registro civil de pessoas naturais; [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)  
 II - o registro civil de pessoas jurídicas; [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)  
 III - o registro de títulos e documentos; [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)  
 IV - o registro de imóveis. [\(Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975\)](#)

www.planalto.gov.br

Conforme o mostrado na figura 5, os *links* em azul, indicam uma série de outros documentos, que se escondem por meio de URL, que ao serem clicados apresentam documentos ou fragmentos dos mesmos citados. Este tipo de informação não pode ser vista nem acessada quando se tem apenas a versão impressa do documento, isto não só torna dinâmica a visualização do documento, como também proporciona um impacto ecológico significativo.

#### 4.4.2 Programas de eliminação do papel

A linguagem escrita é fundamental para sociedade. Em relação à impressão, ela já teve um papel muito decisivo ao longo da história. Todavia, desde a evolução da informática, dos bancos de dados, repositórios, entre outros, cada vez menos, somos obrigados a usar o papel para esses fins. Diversas entidades, com auxílio de ONGs que falam sobre o tema ambiental, pela preservação da natureza, pela redução do desmatamento, têm reduzido o uso do papel.

Sendo assim, o uso de outras formas de registro de informações tem ganhado força desde os documentos digitais, assim como os gravadores e armazenadores de áudio de vídeo. Um programa neste estilo, que simboliza essa ideia é o “Matrícula Papel Zero no IFSC”, dele saiu um artigo (MADRUGA; SCHNEIDER, 2018) , cujo resumo está compartilhado abaixo:

Desde 2015 o IFSC vem adotando o “papel zero” em seus processos de matrículas para cursos de formação inicial e continuada (FICs) e, desde 2016, para o ingresso em cursos de Especialização ofertados pelo Centro de Referência em Educação a Distância (CERFEAD/IFSC). Ao invés de apresentar e entregar cópias de documentos físicos, o estudante digitaliza e envia todos os documentos exigidos no edital de ingresso por meio digital em formulário on line específico. Após a conferência dos requisitos, os estudantes comparecem no campus portando os documentos originais e os servidores realizam a conferência e autenticação dos documentos digitalizados. Estima-se a redução de, aproximadamente, 25.000 folhas/ano além de eliminar a necessidade do arquivamento físico destes em todos os campi e reitoria do IFSC. O processo quando aplicado em todos os cursos da instituição eliminará o uso de, aproximadamente, 250.000 folhas/ano. Além disso, a documentação digitalizada e classificada fica disponível para consulta por todos os servidores e setores da instituição possibilitando o seu aproveitamento – e evitando retrabalho e reapresentações – em diversos processos: editais, análises, pagamentos, pesquisas, certificações etc.

Pelo descrito no resumo, apesar de não trazer menção direta para a oralidade, traz o valor agregado que tende a facilitar a vida do aluno, este projeto está apoiado no uso de um sistema de informação que armazena os dados de forma digital e simplifica para a vida discente.

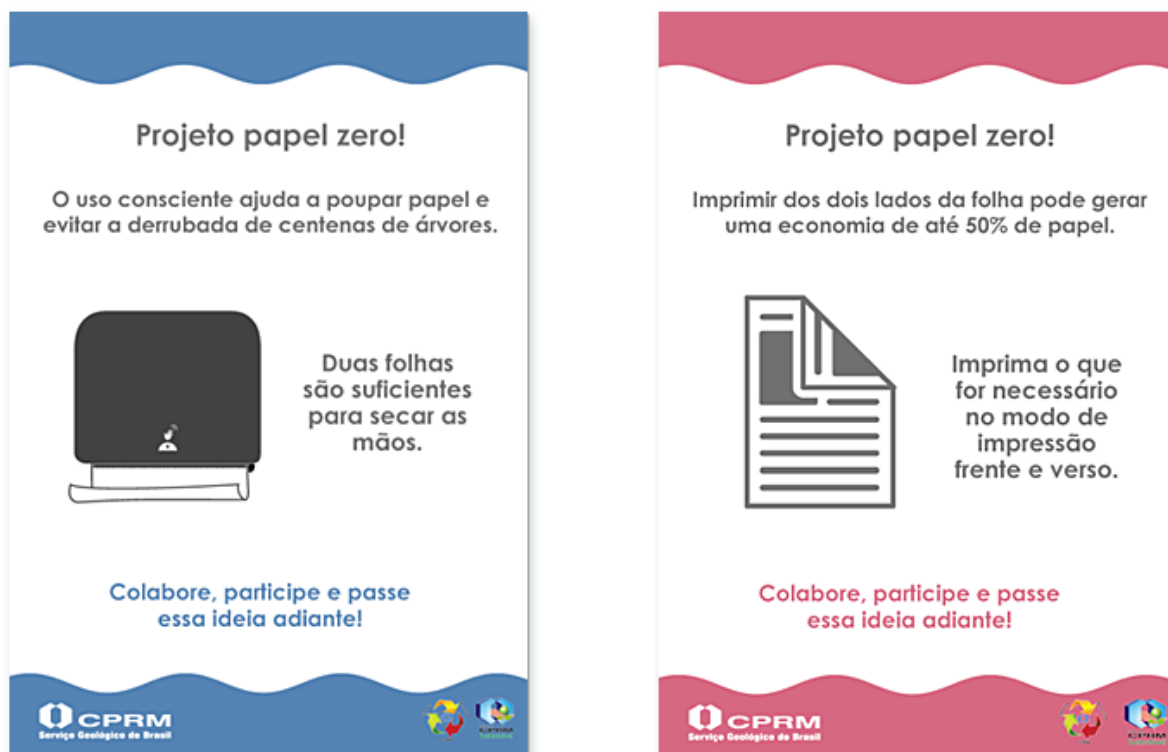
Outros programas em diversos órgãos governamentais, ONGs, e iniciativa privada, tem constantemente lançado programas que visam reduzir consideravelmente a emissão de papel. E para isso o caminho mais natural tem sido a informatização dos processos, isto é, procedimentos feitos em formato físico tem sido substituídos pelo formato eletrônico.

Podemos destacar algumas, dessas categorias de programas, além das já citadas anteriormente, os programas: “Papel Zero” do Serviço Geológico do Brasil, representada pela CPRM. E o programa “Programa Governo Sem Papel”, promovido pela Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (SEASC). Conforme figuras a seguir:

Figura 6 – Programa Papel Zero da CPRM

## Papel Zero


O projeto objetiva introduzir o consumo consciente de papel, fazendo uso em material reciclado, além de priorizar a utilização de documentos em meio digital, impressão frente e verso e ilhas de impressão.



Site: CPRM

O projeto “Governo sem papel” promovido pela SEASC. Estão sendo mostrados tanto os dados de forma digital como também na versão contendo vídeos explicativos.

**Figura 7 – Programa Governo Sem Papel**

CENTRAL DE AJUDA


---

<div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">SGP-e</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Governo sem papel</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">VÍDEOS</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Processos - SEA</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Mapa de Serviços – SEA</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Ainda tenho dúvida</div>	<h3>Governo sem papel</h3> <p>Nesta categoria você encontra várias informações do projeto Governo sem papel, que visa transformar o trâmite processual do estado unicamente em digital. Cronograma, dicas e vídeos, todos estes conteúdos foram criados para auxiliar nesta transição de forma visual e educativa.</p> <p>[NOVA] Como receber e realizar a conferência de documentos em processos digitais?</p> <p>Cronograma de Implantação</p> <p>Painel de acompanhamento</p> <p>Painel de Monitoramento do SGPe</p> <p>10 Passos para converter o processo FÍSICO para DIGITAL</p> <p>Decreto e Instrução Normativa</p> <p>Confira aqui dicas sobre a implantação do Governo sem papel</p> <p style="text-align: right;">Secretaria de Estado da Administração - SC</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Figura 8 – Programa Governo Sem Papel - Vídeos**

CENTRAL DE AJUDA


---

<div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">SGP-e</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Governo sem papel</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">VÍDEOS</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Processos - SEA</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Mapa de Serviços – SEA</div> <div style="background-color: #4F7942; color: white; padding: 5px; text-align: center; font-weight: bold;">Ainda tenho dúvida</div>	<h3>Vídeos</h3> <p>Aqui você encontra vídeos explicativos sobre funcionalidades do SGP-e. Confira!</p> <p>[NOVA] Como receber e realizar a conferência de documentos em processos digitais?</p> <p>Como realizo o cadastro de um processo digital no SGP-e?</p> <p>Ocorreram mudanças na tela de cadastro de processos/documentos? Quais foram?</p> <p>Não conheço o Módulo de Tarefas. E agora?</p> <p>Como acesso a minha Fila de trabalho?</p> <p>Como faço para receber notificações do SGP-e?</p> <p>Como utilizo o editor on-line?</p> <p>Enviei um pedido de assinatura enganado. Como faço para cancelar?</p> <p>Por que o processo/documento não aparece na minha fila de trabalho?</p> <p>Como faço para atualizar minha Fila de trabalho?</p> <p style="text-align: right;">Secretaria de Estado da Administração - SC</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Figura 9 – Programa Governo Sem Papel - Apresentação de vídeo

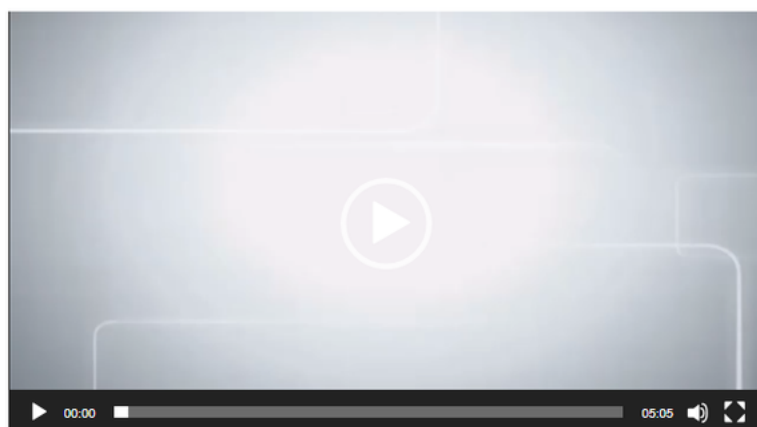
## CENTRAL DE AJUDA



## Como realizo o cadastro de um processo digital no SGP-e?

Para cadastrar um processo digital, você deverá acessar o menu 'SGP-e' e, em seguida, clicar no item 'Cadastro de processo digital'. Na tela de cadastro, preencha todos os campos obrigatórios e dê maior atenção ao campo 'Detalhamento do assunto', pois é neste campo que um processo é diferenciado de outro com mesmo assunto.

Para mais informações, assista ao vídeo abaixo.



Secretaria de Estado da Administração - SC

Conforme observado por Martins e Oliveira (2019) quando são impressas páginas oriundas dos sítios na *internet*, seja para leitura ou para arquivamento, é muito comum ocorrer o desperdício de uma ou mais folhas, normalmente no final, que consiste na maior parte do espaço em branco, com apenas poucas linhas de texto útil, imagens e textos muitas vezes são impressos sem necessidade.

Portanto, a impressão física está se tornando cada vez mais inadequada, sendo substituída pela digital e pela oral, seja somente falada ou acrescida de imagens (audiovisual).

#### 4.4.3 O uso de tutoriais em vídeo

De acordo com o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2019) a palavra tutorial pode significar: "Conjunto de instruções ou explicações relativas a um assunto específico". Essa definição pode não mostrar como este tutorial deve ser feito ou apresentado, mas normalmente os tutoriais, são meios que tendem a facilitar o usuário de um determinado serviço, sistema ou produto, etc., para que este possa conseguir atingir seu objetivo durante uma interação.

Os tutoriais em vídeo são uma forma de trazer ainda mais clareza e entendimento ao interlocutor, o receptor da mensagem dispõe da estrutura audiovisual, a oralidade em todos os formatos que o cercam. Os recursos são muitos, entre imagem, som, gestual, tom de voz, dentre outras formas de comunicação, isto permite ao usuário uma melhor compreensão sobre o que está sendo abordado.

Essa tendência de usar elementos audiovisuais tem crescido fortemente no meio jurídico, conforme a Lei 13.105 Brasil (2005), que usa deste tipo de recurso:

§ 5o A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica.

§ 6o A gravação a que se refere o § 5o também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

O uso do recurso neste formato de oralidade é mencionado novamente no Art. 155 do Código de Processo Civil de Portugal (CPC) Portugal (2013), também abrange outros países, em consonância ao descrito abaixo:

Gravação da audiência final e documentação dos demais atos presididos pelo juiz

1 - A audiência final de ações, incidentes e procedimentos cautelares é sempre gravada, devendo apenas ser assinalados na ata o início e o termo de cada depoimento, informação, esclarecimento, requerimento e respetiva resposta, despacho, decisão e alegações orais.

2 - A gravação é efetuada em sistema sonoro, sem prejuízo de outros meios audiovisuais ou de outros processos técnicos semelhantes de que o tribunal possa dispor.

3 - A gravação deve ser disponibilizada às partes, no prazo de dois dias a contar do respetivo ato.

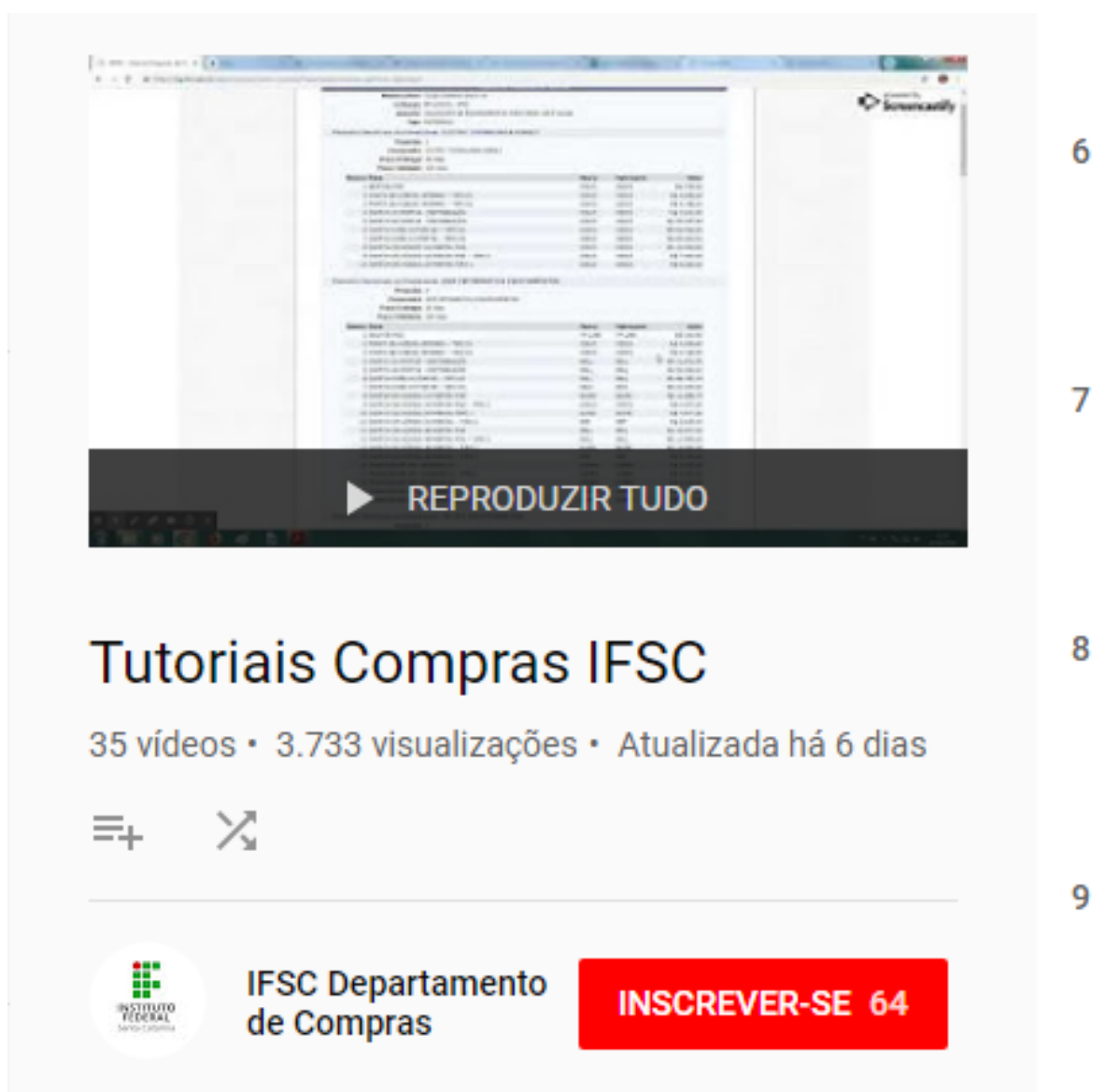
4 - A falta ou deficiência da gravação deve ser invocada, no prazo de 10 dias a contar do momento em que a gravação é disponibilizada.

O Instituto Federal de Santa Catarina, por meio da Pró-reitoria de Administração, representada pelo Departamento de contratos lançou uma série de tutoriais em vídeo. Demonstrando a força deste tipo de recurso para facilitar a comunicação com os agentes externos (fornecedores, empresas, vendedores, dentre outros). Conseguindo assim estabelecer uma melhor comunicação com os envolvidos.



Os tutoriais foram disponibilizados em um canal do *Youtube*, chamado IFSC Departamento de Compras, com isso muitas pessoas podem tirar suas dúvidas diretamente por ali. Apesar de o canal ter pouco tempo de uso. Iniciou suas publicações em 10 de abril de 2019, até momento desta pesquisa 25 de abril de 2019. Com apenas 15 dias consecutivos já possuía mais de 3.730 visualizações. Conforme figura 10:

**Figura 10 – Tutoriais IFSC - Departamento de Compras**



Canal Youtube: IFSC Departamento de Compras

A transmissão de voz e imagem devido à possibilidade de gravação e consequentemente armazenamento, permitiram que a oralidade pudesse ser usada com muito mais frequência e confiabilidade. Essas ações facilitam a observação sobre o que foi dito, que pode ser revisto e recordado, permitindo que arquivos contendo voz ou imagem pudessem ter um valor tão significativo quando o escrito. Para que isso

pudesse se tornar uma realidade, diversas tecnologias foram e estão sendo desenvolvidas, as tecnologias de informação e comunicação “tomaram conta” dos meios de comunicação.

#### 4.5 Relação entre a oralidade e as mídias digitais

A equiparação entre documentos digitais, independentes do formato, com os físicos, permitiram que algumas ferramentas criadas fossem incorporadas pelas pessoas e pudessem usá-las em suas atividades. A figura 11 abaixo demonstra algumas empresas e instituições que armazenam mídias digitais.

Figura 11 – Ferramentas Audiovisuais



Vira Lata Produções

As instituições que “produzem” e armazenam mídias digitais, tais como: Facebook, Youtube, Blogs, Twitter, Google plus, Vimeo, Pinterest e RSS, são exemplos de instituições de mídias que permitem a transmissão de dados de forma múltipla, cada uma com características específicas.

Para a educação profissional o uso de mídias sociais pode ser um grande diferencial no êxito dos indivíduos, uma vez que essas mídias permitem uma maior exposição dos serviços prestados através das redes sociais e também pela facilidade de compartilhamento dos dados por meio destas ferramentas.

Uma pesquisa foi realizada para identificar o uso de mídias sociais no IFSC, conforme informa o autor Pereira (2013, p. 102) o uso de mídias sociais ultrapassa os 80% em todos os segmentos:

O número de usuários dos sites de mídia social varia de acordo com a segmentação em torno do público-alvo. A comunidade é o público-alvo com maior participação nas mídias sociais (96,10%). Em segundo lugar, 92,74% dos alunos também dizem utilizar pelo menos uma mídia social em seu cotidiano. Por fim, os servidores do IFSC são aqueles que, conforme a pesquisa, menos utilizam mídias sociais em seu cotidiano (80,90%).

O quadro 4 abaixo, extraído do livro citado anteriormente, indica os resultados de forma detalhada corroborando com as argumentações descritas neste capítulo.

Quadro 4 – Participantes da pesquisa que se declararam usuários de mídias sociais

<b>Público</b>	<b>Usuário de mídias sociais</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Geral	Sim	1108	90,23%
	Não	120	9,77%
	Total	1228	100%
Alunos	Sim	409	92,74%
	Não	32	7,26%
	Total	441	100%
Servidores	Sim	305	80,90%
	Não	72	19,10%
	Total	377	100%
Comunidade	Sim	394	96,10%
	Não	16	3,90%
	Total	410	100%

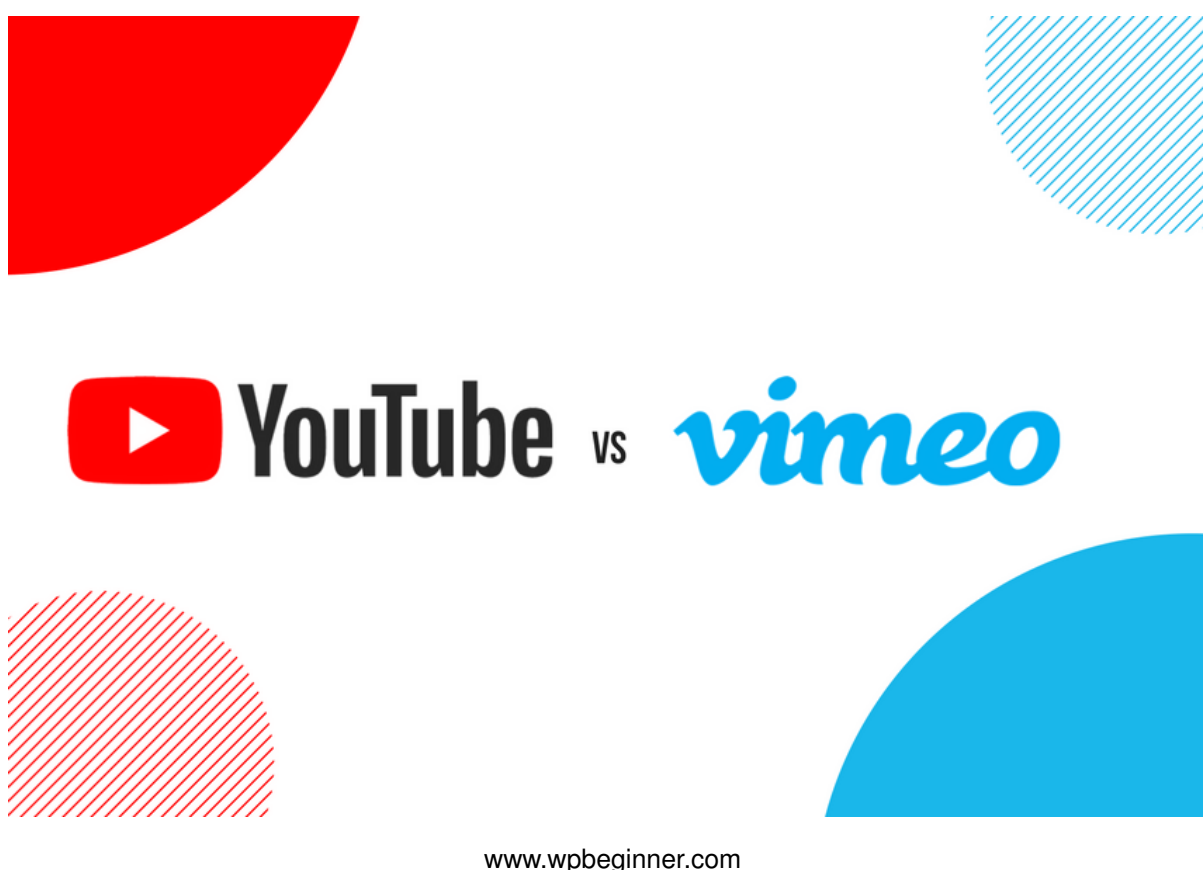
Livro - Mídias sociais como estratégia de comunicação em instituições de ensino

O conteúdo contido neste quadro valida com amplitude que as mídias sociais têm alcançado, no que se diz respeito à quantidade de pessoas.

Um exemplo de mídias voltadas para vídeos são as plataformas *Youtube* e *Vimeo*. Elas permitem, aos usuários, postagem de vídeos desde que respeitem as

regras das mesmas. Essas plataformas possuem características semelhantes e podem ser consideradas até mesmo concorrentes. Com a promessa de armazenamento que aparenta ser praticamente infinito e altamente replicado, a confiabilidade desse tipo de armazenamento amplia-se a cada dia. Conforme figura 12 abaixo há uma concorrência sadia entre esses serviços.

Figura 12 – Youtube x Vimeo



Como essas ferramentas estão bastante acessíveis, é uma preocupação observar sobre a legalidade dos conteúdos postados, sobre o áudio e o vídeo é muito importante identificar duas questões legais:

- A gravação de diálogos não autorizados.
- Os direitos autorais, patentes e propriedade intelectual, em geral.

Sendo assim a Lei 9.296 de 1996 (BRASIL, 24 de julho de 1996) e Lei 9.610 de 1998 (BRASIL, 19 de fevereiro de 1998) e suas eventuais atualizações e regulamentações precisam ser consideradas, no que se refere ao compartilhamento e armazenamento dos dados.

#### 4.5.1 Oralidade e inclusão social

A oralidade pode sustentar um caráter inclusivo, um exemplo, são as pessoas que possuem deficiências na visão: as inovações tecnológicas como o leitor de PDF em voz alta, leitor de tela e serviços como o google assistente e a Siri (Apple). São exemplos de Tecnologias Assistivas (TA) orais. Esse tipo de tecnologia foi definida pela Subsecretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) com a seguinte aceção:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (MAIOR, 2009, p.9)

Este grupo de indivíduos se sentem mais incluídos na sociedade devido a essas interações, mostrando que a junção da oralidade com as tecnologias podem ser um caminho para diminuir desigualdades e trazer mais dignidade às pessoas com deficiência. Segue na figura 13 um exemplo de TA.

Figura 13 – Assistente do Google



Outro público atingido pela dificuldade de decifrar a linguagem escrita são os analfabetos. O Ministério da Educação (MEC) Brasil, Ministério da Educação (2013), informa que cerca de 8,7% da população brasileira era analfabeta, neste período. Tenho uma tia que se enquadra nessa estatística, a fala é salvação para que ela possa realizar tarefas simples do dia a dia, desde pegar um ônibus, até ver receitas audiovisuais no *Youtube* pela internet, para ela TA's também são muito bem-vindas. O audiovisual tem sido a solução para esta parte da população, mas também pode ser usada pelos considerados "normais", essas considerações reforçam o valor do uso das tecnologias de comunicação na educação.

#### 4.6 O uso das tecnologias da informação e comunicação na educação profissional

Segundo afirmação de Marchiori (2002, p. 91):

A gestão da informação engloba a sinergia entre a tecnologia da informação, comunicação e os recursos/conteúdos informativos, visando o desenvolvimento de estratégias e a estruturação de atividades organizacionais. Portanto, a gestão da informação implica mapear as informações necessárias, fazer sua coleta, avaliar sua qualidade, proceder ao seu armazenamento e a sua distribuição e acompanhar os resultados de seu uso.

As tecnologias da informação e comunicação vieram para ficar, transformaram nosso mundo, e cada vez mais estão sendo inseridas na sociedade de diversas formas, principalmente na comunicação e no desenvolvimento de ferramentas que fizeram com que a informação chegasse mais rápida e em quantidade expressiva. Segundo (KENSKI, 2003), as novas tecnologias de informação, são midiáticas, mais do que simples suportes, interferem na forma como adquirimos conhecimento criando culturas e modelos de sociedade, uma preocupação natural oriunda desse crescimento paira sobre a confiabilidade do armazenamento desses dados.

Um exemplo de transparência na confiabilidade dos dados estão descritos pela Empresa Google (GOOGLE, 2019) em seus contratos de prestação de serviços, que normalmente são medidos pelo Acordo de Nível de Serviço (ANS) ou *Service Level Agreement* (SLA). Segundo a empresa o, acordo de disponibilidade do serviço é de 99,978%, ou seja, em um dia, ao longo de 24 horas, seria ficar menos de 2 minutos indisponíveis os serviços. Conforme descrevem em seu portal sobre confiabilidade e segurança :

### Confiabilidade

Disponibilizamos o desempenho, a escala e a confiança da tecnologia do Google para empresas, escolas e instituições governamentais. Por exemplo, oito aplicativos com mais de um bilhão de usuários usam nossa infraestrutura comprovada, que permite mais de cem bilhões de pesquisas por mês e mais de cem horas de envios de vídeos para o YouTube a cada minuto. Além disso, oferecemos o Gmail e outros serviços para centenas de milhões de usuários com 99,978% de disponibilidade e nenhuma inatividade programada“.

### Segurança

Passamos anos desenvolvendo uma das infraestruturas mais avançadas e seguras do mundo. Temos mais de 500 engenheiros que trabalham em tempo integral para proteger suas informações, incluindo alguns dos principais especialistas mundiais em segurança de computadores. A segurança é a base da nossa arquitetura e é aprimorada todos os dias. A equipe de segurança do Google publicou centenas de artigos acadêmicos sobre segurança e liderou a descoberta de novas ameaças e a implementação de proteções como a verificação em duas etapas, que aumentou a adoção da criptografia.

São notáveis dois aspectos: primeiro, que eles usam uma linguagem escrita voltada para o público, em geral, sem muitos dados técnicos. Segundo, fazem uso de diversos links e perguntas estilo FAQ<sup>1</sup> para dinamizar a disponibilidade dos dados, a ideia central da empresa é fornecer o máximo de informações ao usuário, incluindo até fotos e localização de seus *data centers*<sup>2</sup>, conforme a figura 14 a seguir.

**Figura 14 – Localização do Servidores - Google**

#### Locais dos data centers

Posuímos e operamos data centers no mundo todo para manter nossos produtos em funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana. Saiba mais sobre os locais de nossos data centers, o envolvimento da comunidade e as [oportunidades de trabalho](#) nas nossas unidades ao redor do mundo.

#### Américas

Berkeley County, Carolina do Sul  
Council Bluffs, Iowa  
Douglas County, Georgia  
Condado de Jackson, Alabama  
Lenoir, Carolina do Norte  
Mayes County, Oklahoma  
Condado de Montgomery, Tennessee  
Quilicura, Chile  
The Dalles, Oregon

#### Ásia

Changhua County, Taiwan  
Cingapura

#### Europa

Dublin, Irlanda  
Eemshaven, Holanda  
Hamina, Finlândia  
St Ghislain, Bélgica



Google

1

Perguntas frequentes

2 Centro de Processamento dos Dados

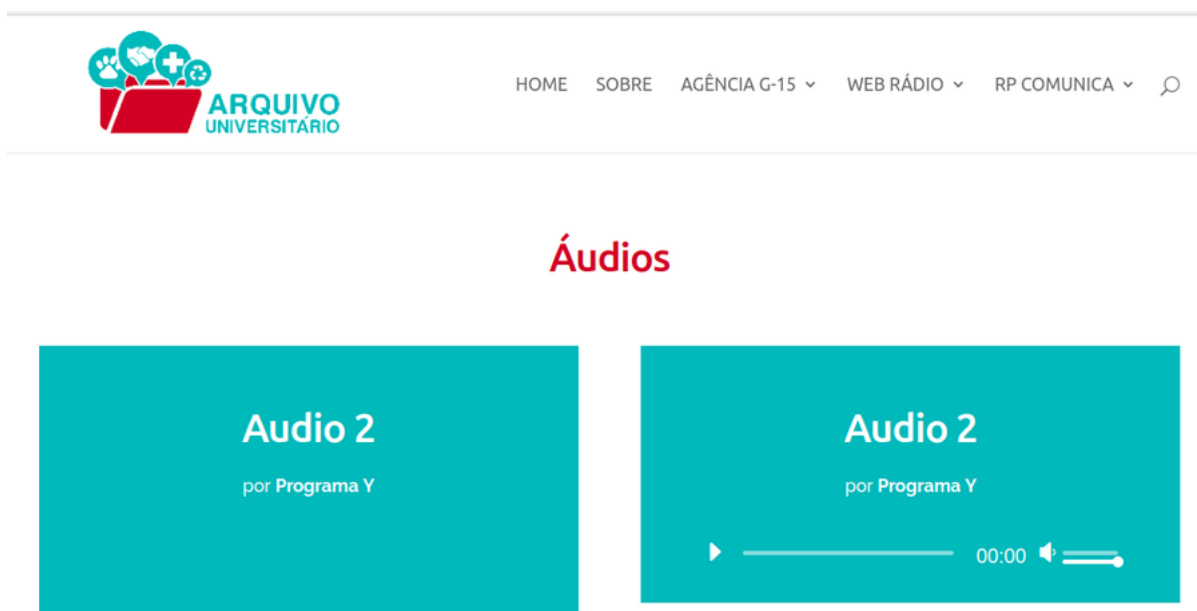
Os vídeos postados nas ferramentas podem ser públicos ou privados, dependendo da configuração do usuário, essa forma de comunicação permite que a oratória seja melhor difundida, pois o usuário pode postar atividades, trazendo publicidade para seu produto ou serviço. Ele pode usar o recurso de formação de canais, que são formas de reunir todo o conteúdo de um mesmo “postador”<sup>3</sup>.

As ferramentas permitem aos usuários, divulgarem seus trabalhos usando de todos os recursos audiovisuais disponíveis, com possibilidades de interação com grupos, comentários, entre outros.

O principal fator do uso desse tipo de repositório de vídeos está na sua capacidade de fazer cópias de segurança. Desta forma, os dados são replicados em diversos locais, diminuindo assim, significativamente a probabilidade de perda desses dados.

Outra forma de armazenamento digital é o áudio. Da mesma forma que as ferramentas audiovisuais, as ferramentas exclusivamente de som possuem esquemas de replicação de armazenamento consideradas seguras, um exemplo desse tipo de serviço, são os repositórios de áudio das universidades. A USC - Universidade do Sagrado Coração, possui um espaço para postagem de áudios.

**Figura 15 – Repositório de áudios - USC**



USC - Universidade Sagrado Coração

Uma forma inovadora de mídia digital é o “audiolivro”, desde a criação da

<sup>3</sup> pessoa que, através de um usuário, publica conteúdo em determinado site.

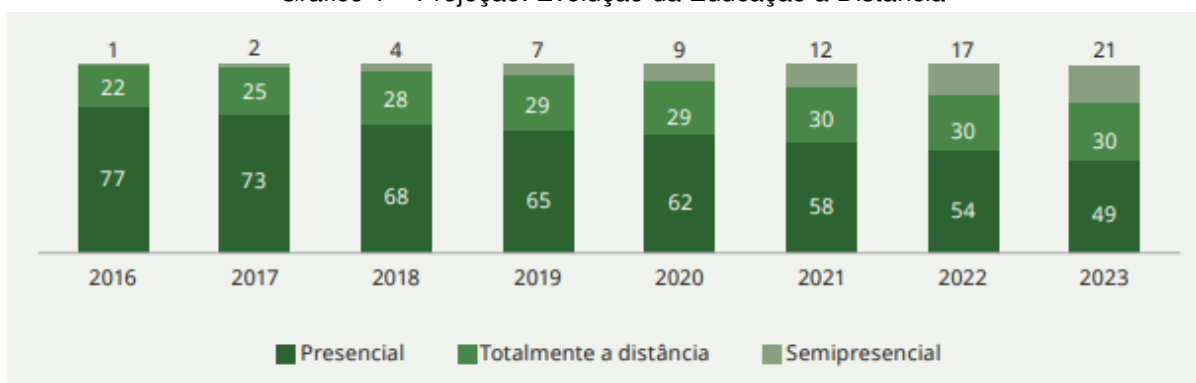


primeira tecnologia, ainda que primitiva, de gravação e reprodução sonora vir a se popularizar, já estava prevista a possibilidade desta pode ser usada em livros. Ao patentear o produto, em 1877, Thomas Edison incluiu a potencialidade disto acontecer e o mundo vir a produzir “audiolivros” para cegos, dentre outros usos para sua nova invenção, (PICCINO, 2010). Sem dúvidas, essa inovação pode ajudar a contribuir para que pessoas que possuam qualquer tipo de dificuldade na leitura possam usufruir destes recursos.

#### 4.6.1 As tecnologias da informação e comunicação na educação a distância

A educação a distância (EAD) é uma das mais elevadas consumidoras de tecnologia de informação e comunicação (TIC). O ensino a distância tem crescimento constante perante ao presencial, o gráfico mostra, em uma avaliação apresentada pela ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância) para Censo EAD.br (STAA et al., 2017), uma tendência da EAD em porcentagem (%) de matrículas realizadas pelas instituições de ensino superior (IES).

Gráfico 1 – Projeção: Evolução da Educação a Distância



ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância

Este gráfico indica a crescente evolução das matrículas feitas ao longo dos anos nas Instituições de Ensino Superior (IES), indicando que os cursos predominantemente presenciais tendem a diminuir cada vez mais, abrindo espaço para os não-presenciais.

Para que isso se consolide, o uso das tecnologias digitais se torna fundamental. Uma aula presencial permite ao professor uma interação mais aberta, interativa. Já na educação a distância, mesmo ocorrendo “ao vivo”, não tem essas mesmas características, pois, um professor que ministra uma aula para uma turma de trinta alunos, não consegue oferecer a mesma atenção para outras turmas contendo trezentos alunos,

exigindo que sua oratória seja mais precisa e objetiva para que o conteúdo possa atingir ao máximo os presentes.

A comunicação via EAD também pode ser gravada e vista pelos discentes quando tiverem essa disponibilidade. Nessa situação cabe ao docente compartilhar a informação com entendimento, clareza, usando-se dos mais variados “sensores de comunicação”, uma vez que existem pessoas diferentes nas plateias com percepções diferentes, algumas mais visuais, outras mais auditivas, outras predominantemente sinestésicas, conforme descrito por (RIBEIRO, 1997).

Quando concluí a Especialização em Segurança da Informação pela Universidade Estácio de Sá, na modalidade EAD, ela disponibilizava as aulas em três formatos:

- Digital - contendo imagens, textos e interatividade.
- Oral - eram disponibilizados os áudios de cada aula gravada.
- Audiovisual - arquivos contendo as aulas em vídeo com som.

Lembro que as aulas foram totalmente virtuais e inclusive os processos administrativos também: matrículas, envio de documentos foram realizados com o atendente pelo telefone. Outras ações como as interações no fórum de dúvidas até o pagamento das mensalidades todos foram realizados em formato digital. O único momento em que algo fora impresso aconteceu no momento da entrega do diploma, que se houvessem normas regulamentadoras, favoráveis as entidades emissoras para disponibilizarem o certificado de conclusão do curso em formato digital e com autenticação eletrônica, certamente, nem nesse momento precisaria de algo impresso.

Essa vivência, permitiu-me identificar que na educação a distância, o uso da oratória e dos meios digitais ganham notoriedade. Uma das principais ferramentas usadas é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No IFSC o modelo de AVA mais usado é o *Moodle*.

Este sistema de gerenciamento *online*, por definição *Moodle* significa:

[. . .] (Modular Object Oriented Distance LEarning) é um sistema de gerenciamento para criação de curso online. Esses sistemas são também chamados

de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) ou de Learning Management System (LMS).

O moodle é um software livre de apoio à aprendizagem, pode ser instalado em várias plataformas que consigam executar a linguagem php tais como Unix, Linux, Windows. MAC OS. Como base de dados podem ser utilizados MySQL, PostgreSQL, Oracle, Access, Interbase ou ODBC.

Seu desenvolvimento é de forma colaborativa por uma comunidade virtual, a qual reúne programadores, designers, administradores, professores e usuários do mundo inteiro e está disponível em diversos idiomas. (CLARO, 2008).

Esse sistema permite diversas interações entre discentes, docentes e outros agentes educacionais. Com a utilização de *plugins*<sup>4</sup> ou aplicativos já previamente instalados na versão, com ele é permitido trabalhar com imagens, textos, vídeos, áudios, *gifs*, *salas de conversação*, entre vários recursos interativos.

Em 2016, presidindo o “GT do moodle”, pude realizar uma pesquisa que contou com exatamente 500 participantes entre docentes, TAE’s e discentes. O resultado que mais chamou atenção é que o recurso mais usado naquele momento era o de envio de arquivos., indicando que a “digitalização do ensino” tem sido algo crescente, conforme as tabelas a seguir demonstram:

**Tabela 1 – Total de Participantes - Pesquisa GT Moodle - IFSC**

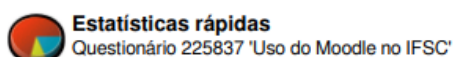


Resultados	
Questionário 225837	
Número de registros nesta consulta:	500
Total de registros no questionário:	500
Porcentagem do total:	100.00%

GT Moodle - IFSC

<sup>4</sup> Programa de computador que amplia os recursos do programa original

Tabela 2 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 8



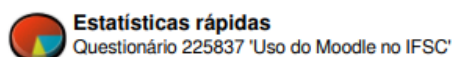
## Sumário dos campos para A8

8 – Indique as atividades que você costuma utilizar no Moodle.

Resposta	Contagem	Porcentagem
Base de Dados – permite aos participantes criar, manter e procurar registros como links da web, imagens e documentos. (1)	147	35.25%
Chat – permite que os Participantes possam conversar em tempo real. (2)	63	15.11%
Enquete – permite construir pesquisas com objetivo de coletar dados dos usuários. (3)	54	12.95%
Escolha – permite ao professor especificar uma pergunta e opções de respostas. (4)	55	13.19%
Ferramenta externa – permite ao aluno interagir em atividades de aprendizagem em outros sites. (5)	53	12.71%
Fórum – permite a realização de discussões. (6)	178	42.69%
Glossário – permite aos participantes criar um dicionário. (7)	52	12.47%
Laboratório de avaliação – permite que o arquivo enviado pelo participante seja avaliado por revisores. (8)	51	12.23%
Lição – páginas com questões que levam a outras páginas. (9)	82	19.66%
Questionário – permite criar testes com diferentes tipos de perguntas. (10)	116	27.82%
Tarefa - permite enviar um arquivo ou texto para avaliação. (11)	210	50.36%
Wiki - Permite inserção de informações que podem ser usada por todos. (12)	48	11.51%
Nenhuma das atividades, pois não utilizo o Moodle. (13)	92	22.06%
Outros	70	16.79%

GT Moodle - IFSC

Tabela 3 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 9



## Sumário dos campos para A9

9 - Indique os recursos que você costuma utilizar no Moodle.

Resposta	Contagem	Porcentagem
Arquivo – permite inserir um arquivo no Moodle (1)	248	59.47%
Livro – exposição de conteúdos em páginas com navegação, editável pelo professor e pela equipe (2)	83	19.90%
Página – editável pelo professor e pela equipe (3)	115	27.58%
Pasta – inserção de um conjunto de arquivos para os estudantes (4)	139	33.33%
Rótulo – inserir textos ou imagens entre os links na página do curso (5)	97	23.26%
URL – inserção de um link para acesso a página externa (6)	156	37.41%
Nenhum dos recursos, pois não utilizo o Moodle (7)	105	25.18%
Outros	42	10.07%

GT Moodle - IFSC

Observação: os recursos mais usados pelo moodle, resultante da pesquisa considerou que o item mais importante era como repositório de dados, pois, nela haviam tanto alunos da modalidade EAD como da modalidade presencial.

Inicialmente este GT havia sido criado com a expectativa de retirar essa ferramenta de todo o IFSC, mas conforme o resultado da pesquisa, foi identificado o valor de uma ferramenta com tantos recursos computacionais, conforme identificado na pergunta 7.

**Tabela 4 – Pesquisa GT Moodle - IFSC - Pergunta 7**



Sumário dos campos para A7

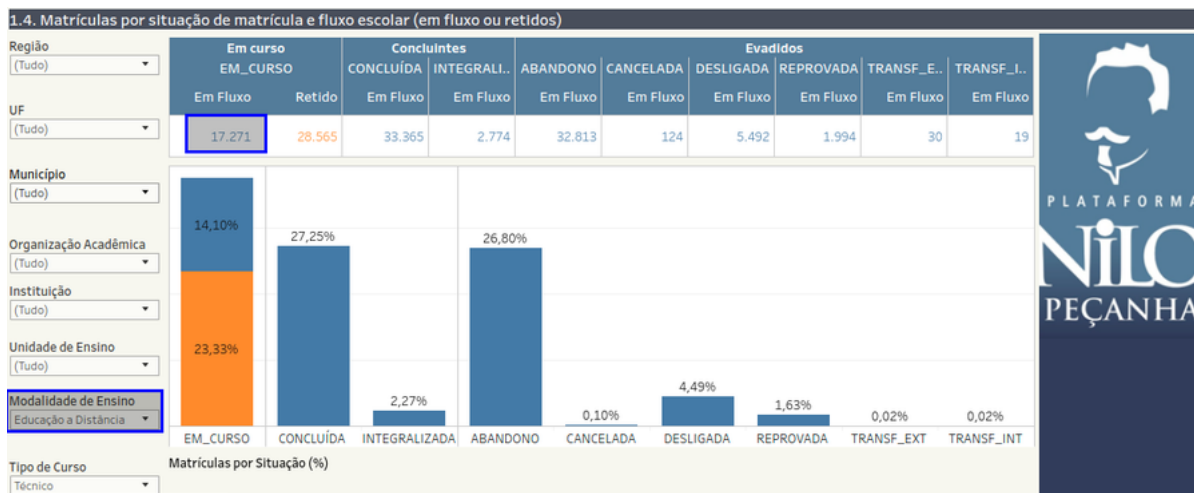
7 - Como você avalia a importância do uso do Moodle no IFSC?

Resposta	Contagem	Porcentagem
Muito importante (1)	231	55.40%
Importante (2)	121	29.02%
Pouco importante (3)	18	4.32%
Irrelevante (4)	4	0.96%
Indiferente (5)	7	1.68%
Outros	13	3.12%
Sem resposta	23	5.52%

GT moodle - IFSC

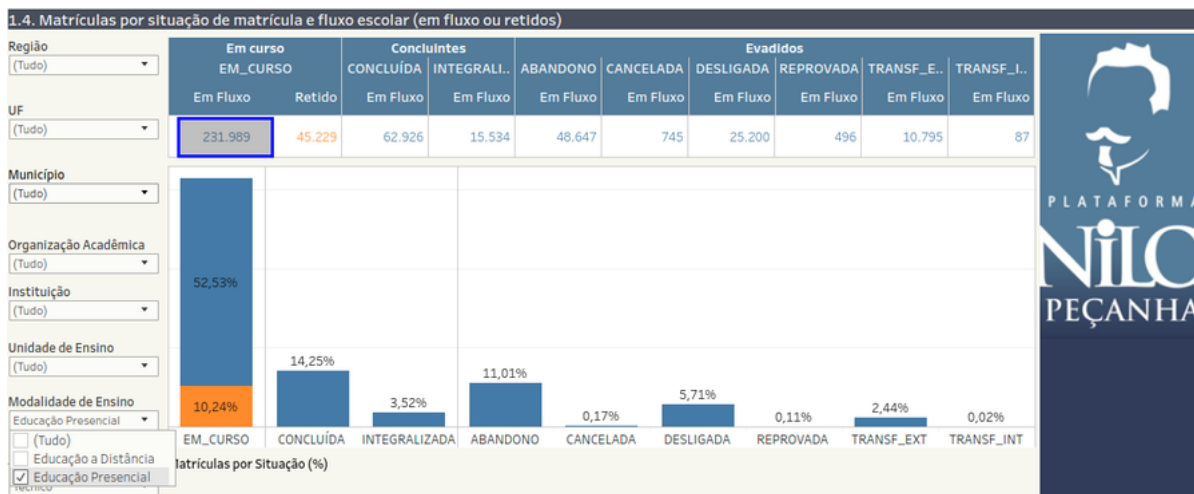
Uma ferramenta que agrega muito quando analisamos os números de matrículas, entre outras estatísticas, é a Plataforma Nilo Peçanha. Ela apresenta diversas informações sobre a educação profissional, nos Instituto Federais de Educação (IFES). Nela é possível encontrar diversos dados estatísticos sobre os cursos técnicos, dentre esses dados temos a quantidade de matrículas no total, que pode ser dividida entre cursos presenciais e a distância. Conforme gráficos subsequentes, que compararam o número de matrículas ativas, entre os anos-base de 2017 e 2018, podendo serem encontradas na plataforma (BRASIL, 2019), tanto nas modalidades presencial e EAD nos cursos técnicos:

Gráfico 2 – Curso Técnico a Distância - 2017



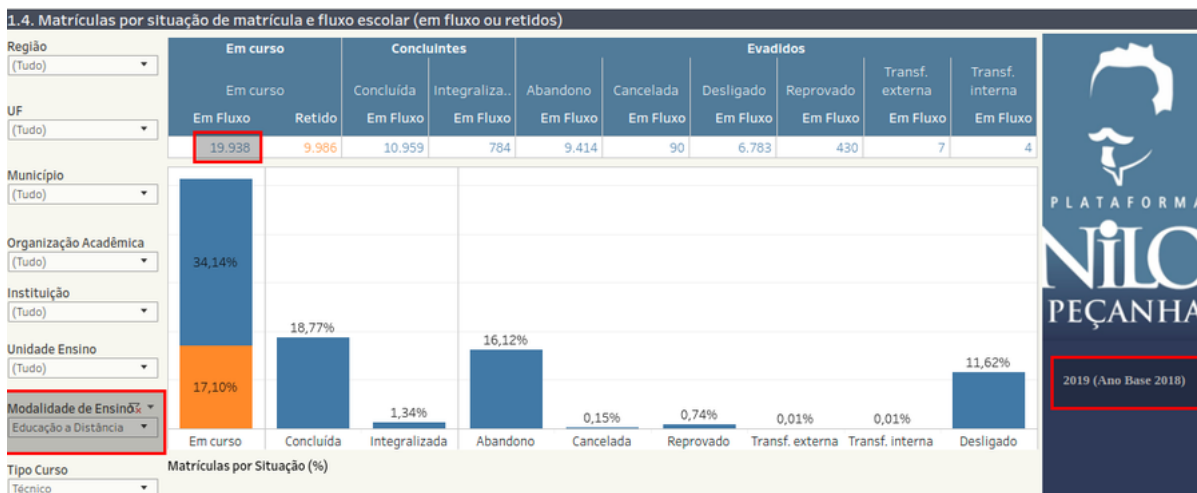
Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 3 – Curso Técnico Presencial - 2017



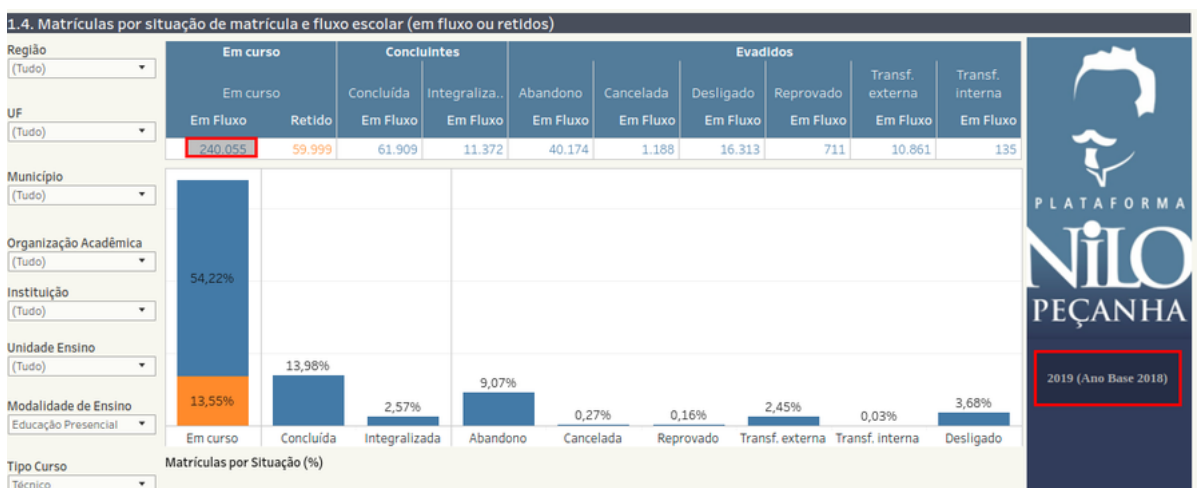
Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 4 – Curso Técnico a Distância - 2018



Plataforma Nilo Peçanha

Gráfico 5 – Curso Técnico Presencial - 2018



Plataforma Nilo Peçanha

Ao analisarmos os gráficos de 2017 e 2018, comparando o número de matrículas ativas (em fluxo), conseguimos identificar que o número de matrículas dos cursos técnicos na modalidade EAD subiram cerca de 15,44%, enquanto a taxa de crescimento, no mesmo período, nos cursos presenciais subiu próximo de 3,47%. Esse dado confirma a hipótese, pela qual, o crescimento que cursos a distância tem ocorrido. Nessa amostra que contém somente os cursos técnicos o número de matrículas (proporcionais) subiram 4,44 vezes na modalidade a distância em relação a presencial, o que mostra a preferência dos interessados por essa modalidade.

## 4.7 Entrevistas

Para que o tema da pesquisa fosse melhor explorado foram desenvolvidas algumas enquetes, pelas quais, diversos profissionais, discentes, docentes e participantes do projeto Oratória nas Escolas, puderam participar. Desta maneira, os envolvidos expressaram suas opiniões e trouxeram suas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

De acordo com a afirmação de Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista é uma atividade de investigação capaz de oferecer e produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, em relação ao que já se sabe. É uma forma de descobrir “detalhes a mais” sobre o objeto da pesquisa.

### 4.7.1 Entrevistas com os discentes participantes do Concurso Nacional Oratória nas Escolas - JCI 2018

Conforme as perguntas apresentadas aos discentes das turmas dos oitavos anos (Apêndice A), das escolas municipais de Florianópolis - SC. Os estudantes que responderam à enquete foram nove alunos, das dezoito escolas participantes inicialmente. Dentre esses nove alunos cada um representando sua escola.

É válido salientar que das dezoito (18) escolas selecionadas para participar da etapa municipal, ocorrida no município de Florianópolis, quatro (04) delas desistiram antes do início das etapas de treinamentos, por isso considero válida a participação de nove dentre catorze escolas na enquete, isto é, aproximadamente 65% dos representantes das escolas participantes.

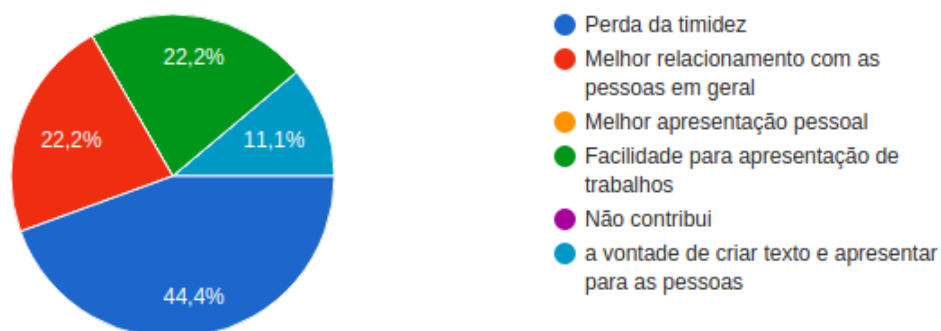
Aos alunos foram perguntados alguns dados pessoais e mais cinco perguntas sobre algumas aspirações em relação a sua participação no concurso. As respostas seguem nos gráficos subsequentes.



Gráfico 6 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 6

**No seu desenvolvimento em oratória, o que tu consideras mais importante para a tua formação estudantil?**

9 respostas

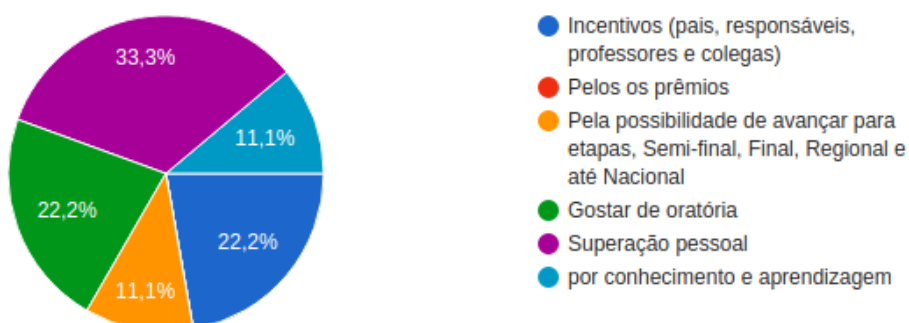


Projeto Oratória nas Escolas JCI - 2018

Gráfico 7 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 7

**Qual a principal motivação da tua participação?**

9 respostas

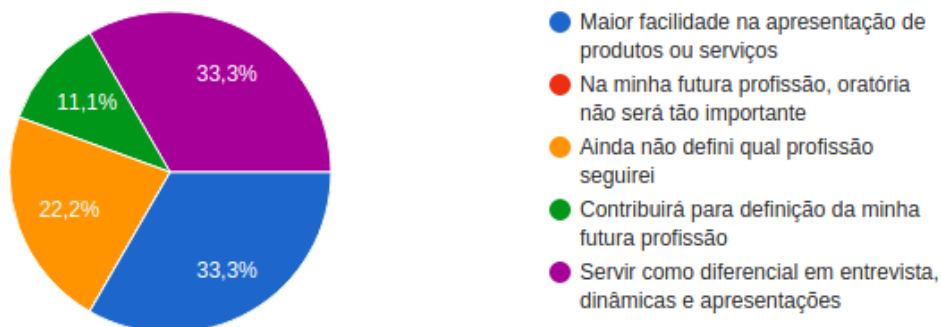


Projeto Oratória nas Escolas JCI - 2018

Gráfico 8 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 8

### O que o aprendizado em oratória pode representar na tua futura profissão?

9 respostas



Projeto Oratória nas Escolas JCI - 2018

Gráfico 9 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 9

### Os prêmios contribuem para tua participação?

9 respostas

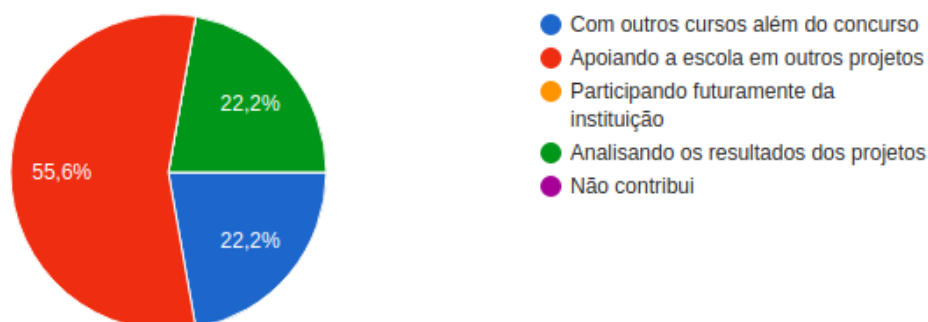


Projeto Oratória nas Escolas JCI - 2018

Gráfico 10 – Projeto Oratória nas Escolas JCI - Pergunta 10

O que a JCI em parceria com a ACIF e prefeitura e outros parceiros, através do concurso, podem contribuir com tua formação profissional?

9 respostas



Projeto Oratória nas Escolas JCI - 2018

Analisando os gráficos e o teor contido nas perguntas, conseguimos identificar que os participantes consideram que a parte mais importante de estar no concurso é para melhorar sua apresentação, ou seja, seu marketing pessoal, nos trabalhos da escola ou na criação dos textos. Enquanto a motivação para participar de um concurso é bastante variável. De acordo com 77,7% dos entrevistados entendem que em uma futura profissão a oratória terá uma contribuição relevante e sobretudo, ninguém considerou que não terá importância alguma. Sobre os prêmios (um *notebook*, um *tablet* e um curso de inglês), foram considerados incentivos a mais, ninguém estava ali participando exclusivamente pelos prêmios.

Conclui-se que a principal motivo para que eles participassem do concurso foi o aprendizado, o potencial de desenvolvimento no futuro, tanto que, quando indagados sobre o que esperavam das instituições parceiras, como elas poderiam contribuir com as suas formações profissionais, o resultado que mais surgiu foi o de continuar realizando outros cursos e projetos em sua escola (77,7%).

#### 4.7.2 Entrevista com os profissionais

O objetivo das entrevistas, com profissionais de variadas áreas, é justamente procurar elementos em que a oratória pode fazer diferença em suas atividades laborais. Conforme as perguntas encontradas no anexo A, desta vez, foram incluídas perguntas abertas, com o interesse de identificar opiniões mais qualificadas sobre o assunto.

Diferentemente do formato adotado com os participantes do concurso, as perguntas nas entrevistas com os profissionais foram usadas somente como base, suas respostas foram transmitidas oralmente ao entrevistador e gravadas, com os profissionais que assim permitiram. Participaram desta pesquisa três profissionais: uma Jornalista, uma *Personal Trainer* e um *Coach* de alimentação saudável. A proposta era de trazer opiniões de profissionais e observar como eles entendiam o valor do desenvolvimento em oratória para suas atividades laborais.

As perguntas estão no Apêndice B. Sendo que as perguntas B.2 e B.3 e B.6 não foram realizadas (somente perguntadas aos docentes).

Quando se depararam com a pergunta B.1. (Você considera que o documento impresso, tem o mesmo valor que um documento em formato de áudio ou vídeo?), as respostas variaram entre: depende a forma com é gravada e a legislação é que deve determinar.

Ao apresentar-lhes a pergunta B.4. (Existem diversas grades curriculares diferentes para cursos diferentes? No que se refere a competência linguística, considerar que deveria haver um padrão?), primeiramente precisei explicar o termo *competência linguística* e as respostas foram variadas: A *Personal Trainer* considerou que sim, deveria haver um padrão. Já a jornalista e o *coach*, discordaram indicando que possíveis contextos podem dificultar uma padronização. A jornalista salientou que dependia muito do curso e quais competências o discente precisaria ter.

Sobre a questão B.5 todos concordaram com a importância em falar ao público, mas cada indicou algumas particularidades: A jornalista indicou que existem diversos cargos relacionados à profissão, que não exigem oratória. Exemplos: editores, diagramadores, fotógrafos, entre outros. E que o jornalismo não é feito somente de apresentadores e repórteres. A *personal trainer* foi mais breve, mas enfatizou que existe a possibilidade de exercer a profissão sem falar em público, atendendo de forma mais individualizada, mas que normalmente era preciso falar em público, nas academias e empresas pelas quais ela prestava serviço. O *coach* enfatizou que sua atividade seria bem difícil de ser promovida sem falar em público, mas que a qualidade do seu produto em vendas mais individualizadas o ajudaria a sobreviver, todavia, com o falar em público “pegaria voos mais altos”.

Após análises dessa entrevista conclui que há espaço para empreender, exercer sua profissão, sem usar da oratória, mas, normalmente quem a usa atinge patamares

maiores no seu nicho de mercado.

#### 4.7.3 Entrevistas com os docentes

Foram realizadas duas entrevistas com docentes da área de linguística, uma terceira pessoa também seria entrevistada, mas acabou cancelando a entrevista.

A primeira entrevistada foi a professora Eni Maria Razan, segue uma breve apresentação extraída de seu currículo *lattes*:

Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, pela UFSC. Possui graduação em Comunicação Social - Relações Públicas (UCS - 1985), especialização em Gestão Empresarial (UNIPLAC/UNISUL - 2001) e Mestrado em Educação (UNIVALI - 2006). Atuação em veículos de comunicação, com coordenação de eventos, produção de programas televisivos e implementação da Fundação do Grupo; atuação na UNIVALI, como docente (graduação e pós-graduação), criação e coordenação de Laboratório de Eventos, orientações de iniciação científica e monografias; atuação no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis Continente (atual), como docente de eventos, Coordenação de Extensão e da Comissão de Eventos, integrante do Grupo de Pesquisa Turismo e Hospitalidade (IFSC) e SIGMO Significação da marca, informação e comunicação organizacional (UFSC) . Desenvolve pesquisas nas áreas de sustentabilidade em eventos, produção e disseminação do conhecimento, utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação.(RANZAN, 2019)

A segunda entrevistada, também de forma pessoal, lotada no Câmpus de Tubarão, professora Daniella de Cássia Yano, tendo seu currículo *lattes* apresentado a seguir:

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina, possui licenciatura em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (2003) e mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2005). É docente em regime de dedicação exclusiva no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC. Tem experiência no ensino básico, técnico e superior, com formação de professores e revisão de textos. As pesquisas que realiza inserem-se na área da Linguística Aplicada.(YANO, 2019).

Todos as perguntas do Apêndice B, foram apresentadas a elas, sendo indagadas a elas em formato aberto, para que pudessem argumentar livremente sobre as mesmas. Vamos às perguntas e às respostas:

B.1 Você considera que o documento impresso, tem o mesmo valor que um documento em formato de áudio ou vídeo?

**Eni:** “Acredito que em determinadas situações sim, dependente muito qual documento estamos falando [ . . . ].

**Daniela:** “Eu acho que legalmente, deve ter o mesmo peso, não conheço as leis assim para afirmar, mas eu, como professora acredito que sim. Hoje se você fala mal do chefe pessoalmente ou pelo whatsapp é a mesma coisa. Por isso pode ser considerado mesmo peso, sim.”

B.2 Um curso técnico que não possui em sua grade curricular ou no Projeto Pedagógico do Curso - PPC um componente curricular de oratória (ou algo semelhante) deve disponibilizá-los?

**Eni:** “Os cursos são variados. Acredito que todos devem ter, mas depende do curso, para que atividade o aluno está sendo preparado e cargas horárias devem diferentes. No curso que eu ministro hoje (Eventos) temos uma UC sobre esse tema”.

**Daniela:** “Todos deveriam ter sim, é difícil, pois, tu estás perguntando para uma professora de português que vai defender isso. [ . . . ] mesmo que não tenha na grade curricular os professores deveriam ensinar”.

B.3 O desenvolvimento da competência linguística deve estar presente na grade curricular ou no PPC do curso?

**Eni:** Desenvolver uma competência linguística o aluno pode fazer sem necessariamente ter uma unidade curricular para isso. É muito particular de cada um, alguns têm facilidade outros não. É importante que todos desenvolvam, agora ter uma unidade exclusiva para isso não consigo afirmar se seria preciso.

**Daniela:** “Eu acho que sim. [ . . . ] Exemplo o curso técnico de informática. Qual competência linguística o aluno precisa ter? Converso com os professores da área e pergunto o que o aluno precisa. [ . . . ] técnicas de oratória, escrever um relatório, eles precisam desenvolver técnicas de escrita. [ . . . ] Descobrir termos em inglês”. Ela considerou importante conversar com os professores da área do curso para conseguir esses

dados.

B.4 Existem diversas grades curriculares diferentes para cursos diferentes. No que se refere à competência linguística, consideras que deveria haver um padrão?

**Eni:** “Ter um padrão nem sempre é positivo, os cursos têm particularidades, devido ao local, cultura, formato [. . .] Existem muitos tipos de cursos técnicos. Acredito que seja possível padronizar por área mas, em geral, não.”

**Daniela:** “A questão da harmonização em determinadas áreas precisa ser feita para acabar com essas diferenças. Mas é algo muito complexo, existe muito “copia e cola”, existem “egos” [. . .]. É difícil chegar a um padrão”.

B.5 Falar em público é importante para toda pessoa obter sucesso profissional? Comente a relação com sua profissão.

**Eni:** “Sem falar em público eu não poderia exercer o que faço hoje. Agora. . . se acho que todos precisam falar em público para obter sucesso é outro “papo”. Acho que ajuda sim, mas depende muito do que a pessoa quer fazer. Pois, tem trabalhos que não exigem uma oratória mais sofisticada”.

**Daniela:** “Acho que tem gente que tem fobia, não gosta, não quer, de jeito nenhum. Público é uma expressão muito ampla, acho que tem gente que precisa e tem gente que não.”

B.6 Em sua atuação profissional, dos alunos que obtiveram mais sucesso na carreira, que características destacas?

**Eni:** Curiosidade, dedicação, vontade de aprender, perguntar na sala de aula. É muito relativo, mas alunos que são mais esforçados, os que passam em provas e continuam os estudos ou abrem negócios.

**Daniela:** “Não eram os alunos das melhores notas, mas também não eram os piores. Curiosos, interessados são questionadores, perguntavam bastantes, que iam além

daquilo que a gente perguntava, eram pró-ativos, eu acho que no seu caso na sua pesquisa, sobre a oralidade. A oralidade pode ajudar em algumas questões como na hora de perguntar. [...] Muitos que foram meus alunos no IFSC, agora são servidores aqui na UFSC“ [...].

Analisando os três segmentos pelos quais realizei as entrevistas, conclui-se que os discentes sentem que é preciso mais preparação, e, que a oratória é mais um recurso que pode ser trabalhado e auxiliá-los e se tornarem profissionais mais qualificados no futuro. Com relação aos profissionais, cada um trouxe particularidades de suas atividades e enxergam de forma positiva o uso da oratória em suas profissões, cada um e sua proporção. Já as professoras foram mais relativistas, mostrando muitos dos porquês alguns padrões não são estabelecidos, indicando que há uma grande variedade de formas de cursos, destacando que, com certas ressalvas, a oratória pode ser importante sim.

#### 4.8 Documentos norteadores da Educação Básica

Através das enquetes, entrevistas e análises de documentos, é possível encontrar características que auxiliam a descobrir o valor do uso da oratória na educação profissional. Seria fundamental que esses conhecimentos fossem obtidos, pelos discentes, durante a sua passagem pelo ensino técnico. A formação profissional técnica está baseada nas bases comuns curriculares, como a mais recente Base Nacional Comum Curricular de 2017 (BNCC).

Na última BNCC de 2017, foi reconhecida como habilidade, a arte de falar em público, conforme consta no exemplo descrito do quadro 5 abaixo (BRASIL, 2017):

Quadro 5 – Base Nacional Comum Curricular - 2017

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
EIXO ORALIDADE – Práticas de compreensão e produção de textos orais em diferentes contextos discursivos.		
Interação discursiva/intercâmbio oral no contexto escolar	Constituição da identidade psicossocial, em sala de aula, por meio da oralidade	(EF01LP01) Expressar-se, em situações de intercâmbio oral, com autoconfiança (sem medo de falar em público), para explorar e apresentar informações, esclarecer dúvidas, trocar ideias, propor, criar ou engajar-se em jogo ou brincadeira.
	Regras de convivência em sala de aula	(EF01LP02) Escutar, com atenção e compreensão, instruções orais, acordos e combinados que organizam a convivência em sala de aula.
Funcionamento do discurso oral	Características da conversação espontânea	(EF01LP03) Participar de conversação espontânea reconhecendo sua vez de falar e de escutar, respeitando os turnos de fala e utilizando fórmulas de cortesia (cumprimentos e expressões como "por favor", "obrigado(a)", "com licença" etc.), quando necessário.
	Aspectos não linguísticos (paralinguísticos) no ato da fala	(EF01LP04) Identificar aspectos não linguísticos (paralinguísticos) presentes no ato de fala (tom da voz e movimentos corporais) como parte do significado do que é dito.
Estratégias de escuta de textos orais em situações específicas de interação	Procedimentos de escuta de textos	(EF01LP05) Recuperar assuntos e informações pontuais em situações de escuta formal de textos.
Produção de textos orais em situações específicas de interação	Relato oral	(EF01LP06) Relatar experiências pessoais de seu cotidiano, em sequência cronológica e nível de informatividade adequado.

Fonte: Base Nacional Curricular 2017



Assim sendo, será descrito que deve haver uma evolução ainda mais específica e ampliada para outras disciplinas, além da língua portuguesa já citada, porém, com nomenclatura focada na área de técnica. Exemplos disso são as unidades curriculares: inglês técnico, português instrumental, comunicação e expressão. Poderiam existir nomes de UC variadas, como: comunicação e expressão técnica e competências linguísticas, indicando uma maior abrangência.

Além das BNCC, a formação de um PPC passa por diversos documentos normativos. Os principais documentos são Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a partir delas que alguns cursos norteiam as criações de seus currículos.

O principal objetivo da Resolução n.º 6/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) é determinar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Tanto em instituições públicas como nas privadas, essas diretrizes também são responsáveis pelas certificações profissionais dos cursos.

E ainda temos a Lei das Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996a, Art. 39, § 2º), que foi alterada Lei n.º 11.741/2008, que permitiu a inclusão da educação profissional em suas diretrizes. A referida Lei (BRASIL, 16 de Julho de 2008) passou a englobar:

I - formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III - Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Avaliando os documentos que norteiam a educação básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, conforme o citado a seguir, Brasil (2013, p. 93) descrevem a importância da comunicação e da expressão:

Elas visam a criação e a comunicação por meio de diferentes formas de expressão, tais como imagens, canções e música, teatro, dança e movimento, assim como a língua escrita e falada, sem esquecer da língua de sinais, que pode ser aprendida por todas as crianças e não apenas pelas crianças surdas.

Essa indagação demonstra que na criação das Diretrizes, o maior foco ficou em torno das atividades a serem realizadas, principalmente o uso de meios tecnológicos

como as mídias sociais e outros elementos, esses pontos são identificados ao longo do documento, conforme o exemplo a seguir, que é sugerido ao ensino médio no artigo 12:

- I – garantir ações que promovam:
  - a) a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes;
  - b) o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;
  - c) a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II – adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III – organizar os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação de tal forma que ao final do Ensino Médio o estudante demonstre:
  - a) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
  - b) conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (BRASIL, 2013)

#### 4.8.1 A evolução das Bases Nacionais Comuns Curriculares

Avaliando o documento que descreve as Bases Nacionais Comuns Curriculares, se identifica uma evolução no que diz respeito ao tratamento dado ao tema da comunicação oral, saindo de apenas menções na primeira versão até ser reconhecida como habilidade na última.

Durante as análises sobre as versões das BNCC, divulgadas nos anos de 2015, 2016 e 2017, realizamos um comparativo entre elas, buscando pontos relevantes que podem influenciar positivamente para a inserção curricular e específica do treinamento em oratória na educação profissional técnica, percebeu-se a ampliação crescente da importância da comunicação na educação.

#### 4.8.2 Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2015

Um dos objetivos esperados pela BNCC de 2015 que envolve diretamente as questões da linguagem e expressão, estão descritos, de forma não numerada, como parte do que é considerado direito à educação:

[...] se expressar e interagir a partir das linguagens do corpo, da fala, escrita, das artes, da matemática, das ciências humanas e da natureza, assim como informar e se informar por meio dos vários recursos de comunicação e informação. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p.8)

A partir dessa afirmação é notável que a descrição apresentada na BNCC de 2015 é “genérica”, global, não demonstra muita especificidade. Nos objetivos da

linguagem ocorre um pouco mais de aprofundamento sobre o tema, conforme os três dos objetivos que área de linguagem pretende alcançar:

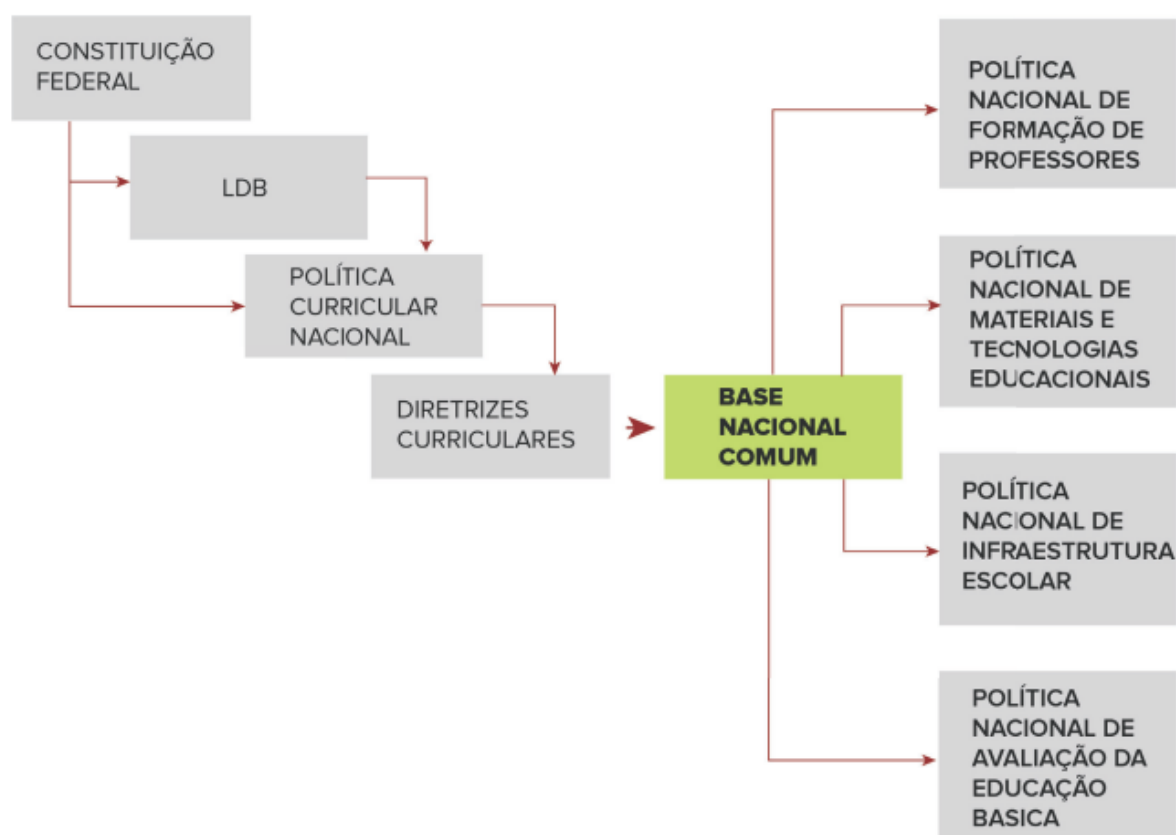
[...] interagir com práticas de linguagem em diferentes modalidades, na perspectiva de sua recepção e produção, de modo a ampliar, gradativamente, o repertório de gêneros e de recursos comunicativos e expressivos; reconhecer as condições de produção das práticas de linguagens (quem, o quê, por quem, para quê, para quem, em que suporte, modo de circulação), materializadas na oralidade, na escrita, nas linguagens artísticas e na cultura corporal do movimento; refletir sobre os usos das linguagens e os efeitos de sentido de diferentes recursos expressivos, considerando as condições de recepção e produção.“ (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p.31)

A apesar da BNCC de 2015 ser muito forte em elementos da linguagem, a parte de habilidades em oratória e falar em público diretamente é pouco clara. O verbete “oratória” nem sequer é mencionada ao longo do documento. Esse ponto foi melhor observado e aperfeiçoado nas BNCC’s subsequentes.

#### 4.8.3 Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2016

A segunda versão da BNCC em 2016, ficou bastante ampla no que diz respeito a quantidade de conteúdo, mais que dobrou o número de páginas. É nítido que era importante nessa versão “acrescentar dados faltantes”, o que acabou gerando um documento extenso, confuso em alguns momentos com informações redundantes, mesmo assim houve evoluções significativas, em geral, a principal delas foi a diversificação na sua forma de apresentação, diferentemente da concebida em 2015, onde predominantemente tínhamos textos e quadros, começaram a usar tabelas, cores, figuras e enumeração, predominantemente. Conforme a figura 16 a seguir:

Figura 16 – Integrações da BNCC de 2016



Fonte: Base Nacional Comum Curricular 2016

Essa dinâmica permitiu um melhor entendimento, fazendo as ligações entre os documentos normativos (norteadores) da educação básica no Brasil. Trazendo mais clareza para verificação do tema proposto.

Na parte que remete ao tema, houve uma breve evolução. Porque com a separação em eixos e inserção do que se esperava dos educandos, divididos perante os anos letivos, ficou mais ampliada e específica a BNCC. Os objetivos ficaram mais claros, um exemplo encontrado, é um dos seis direitos de aprendizagem focado na educação infantil que está descrito do conteúdo desta BNCC:

EXPRESSAR, como sujeito criativo e sensível, com diferentes linguagens, sensações corporais, necessidades, opiniões, sentimentos e desejos, pedidos de ajuda, narrativas, registros de conhecimentos elaborados a partir de diferentes experiências, envolvendo tanto a produção de linguagens quanto a fruição das artes em todas as suas manifestações.

O documento ainda não estabeleceu uma relação direta com o aprendizado em

oralidade, tendo mais ênfase para recursos de leitura, interpretação e produção de textos. A BNCC de 2017 corrigiu essa ausência com uma distribuição mais limpa e objetiva.

#### 4.8.4 Análise da Base Nacional Comum Curricular de 2017

O ensino de comunicação e expressão nesta BNCC foi contemplado. Com a separação das unidades curriculares em: unidades temáticas, objetivos de conhecimento e habilidades o nível de detalhamento e objetividade ampliou-se consideravelmente, visualizando o disposto ao longo da Base é possível observar que falar em público, saber se expressar, tom de voz e outros elementos estão presentes nas habilidades. O quadro 6 abaixo demonstra esse entendimento.

Quadro 6 – Eixo Oralidade - Língua Portuguesa 1.º ano

LÍNGUA PORTUGUESA - 1º ANO		
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
EIXO ORALIDADE - Práticas de compreensão e produção de textos orais em diferentes contextos discursivos.		
Interação discursiva/intercâmbio oral no contexto escolar	Constituição da identidade psicossocial, em sala de aula, por meio da oralidade	(EF01LP01) Expressar-se, em situações de intercâmbio oral, com autoconfiança (sem medo de falar em público), para explorar e apresentar informações, esclarecer dúvidas, trocar ideias, propor, criar ou engajar-se em jogo ou brincadeira.
	Regras de convivência em sala de aula	(EF01LP02) Escutar, com atenção e compreensão, instruções orais, acordos e combinados que organizam a convivência em sala de aula.
Funcionamento do discurso oral	Características da conversação espontânea	(EF01LP03) Participar de conversação espontânea reconhecendo sua vez de falar e de escutar, respeitando os turnos de fala e utilizando fórmulas de cortesia (cumprimentos e expressões como "por favor", "obrigado(a)", "com licença" etc.), quando necessário.
	Aspectos não linguísticos (paralinguísticos) no ato da fala	(EF01LP04) Identificar aspectos não linguísticos (paralinguísticos) presentes no ato de fala (tom da voz e movimentos corporais) como parte do significado do que é dito.
Estratégias de escuta de textos orais em situações específicas de interação	Procedimentos de escuta de textos	(EF01LP05) Recuperar assuntos e informações pontuais em situações de escuta formal de textos.
Produção de textos orais em situações específicas de interação	Relato oral	(EF01LP06) Relatar experiências pessoais de seu cotidiano, em sequência cronológica e nível de informatividade adequado.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular 2017

Se a BNCC de 2017 prevê que se comunicar bem deve ser uma habilidade aprendida e desde cedo, percebe-se que algum ajuste precisa ser feito no ensino técnico, para que também ocorra uma adequação a essas diretrizes.

## 5 O PRODUTO EDUCACIONAL

A proposta do produto educacional pode usar abordagens diferentes de acordo com o componente curricular envolvido. A ideia central do desenvolvimento deste produto é propor uma solução em forma de componente curricular. São diversos os formatos que esses componentes podem ser apresentados. Para que assim tenha-se um melhor entendimento de como as funcionalidades são descritas e qual a melhor forma de desenvolvê-las.

O produto educacional a ser desenvolvido é a proposta da inserção de elementos de oratória no ensino técnico, principalmente nos cursos na modalidade subsequente. Seja por meio de uma disciplina ou unidade curricular, ou ainda aulas específicas dentro da disciplina. Existindo uma carga horária proporcional ao número de horas mínimas definidas pela legislação brasileira.

Resultante dessas suposições, entendo que seja preciso inserir um componente curricular que vise estabelecer uma garantia, pela qual o discente terá em sua formação, elementos orais tão importantes para a realização de suas atividades laborais. Sendo assim, o produto deve ser um componente curricular com os seguintes formatos possíveis:

- Unidade curricular
- Oficinas de Oratória
- Tema Transversal
- Atividades de Extensão
- Projeto Integrador

Veremos cada uma das possibilidades descritas a seguir, descrevendo o formato, pela qual, elas poderão ser mostradas.

### 5.1 Formatos de componentes curriculares

Os componentes curriculares que usam da oralidade, normalmente são usados mais em atividades práticas. Segundo o que consta no parecer Brasil, Ministério da Educação (2001, p.23).

Uma concepção de prática mais como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento, que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Isto implica dizer que os componentes curriculares devem absorver não somente o conteúdo, mas também as atividades que o profissional exercerá. Portanto, é preciso que os componentes divididos estejam em consonância com essa prática. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio definem no item IX ao XI no Art.º 14 que:

IX - os componentes curriculares devem propiciar a apropriação de conceitos e categorias básicas, e não o acúmulo de informações e conhecimentos, estabelecendo um conjunto necessário de saberes integrados e significativos;

X - além de seleção criteriosa de saberes, em termos de quantidade, pertinência e relevância, deve ser equilibrada sua distribuição ao longo do curso, para evitar fragmentação e congestionamento com número excessivo de componentes em cada tempo da organização escolar;

XI - a organização curricular do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento; (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.6).

A seguir teremos exemplos de componentes curriculares possíveis de serem aplicados, segundo definição anterior.

## 5.2 Unidade Curricular







































Antes de propor uma unidade curricular que é importante identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais. De acordo com o Portal - Todos pela educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Mesmo depois que o Brasil elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes continuam valendo porque os documentos são complementares: as Diretrizes dão a estrutura; a Base o detalhamento de conteúdos e competências. (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

A proposta define que é importante, proporcionalmente, o tempo de acordo com a categoria de cada curso. Exemplo: num curso técnico em eventos, o elemento

principal da formação é fala, conforme matriz curricular do curso técnico em eventos do ano de 2017, 1.º período do IFSC Câmpus Continente:

**Tabela 5 – Matriz Curricular Curso Técnico em Eventos**

DADOS DO CURRÍCULO		
Código: 175		
Matriz Curricular: TÉCNICO EM EVENTOS [175] - Florianópolis - Presencial - N - TÉCNICO		
Período Letivo de Entrada em Vigor 2017 - 1		
Carga Horária: TotalMínima 840, Optativas Mínima 0		
Prazos em Períodos Letivo: Mínimo 2, Médio 2, Máximo 4		
Créditos por Período Letivo: Mínimo 1, Médio 20, Máximo 99		
<b>1º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
AEB017501 - ALIMENTOS E BEBIDAS I - 40h (Teórica: 40h)	Obrigatória	 
CEV017501 - COMUNICAÇÃO PARA EVENTOS - 40h (Teórica: 40h)	Obrigatória	 
CPE017501 - CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA - 60h (Teórica: 36h - Prática: 24h)	Obrigatória	 
FUH017501 - FUNDAMENTOS DE HOSPITALIDADE E TURISMO (MODALIDADE: EAD) - 40h (EAD: 40h)	Obrigatória	 
PEED017501 - PLANEJAMENTO EM EVENTOS - 60h (Teórica: 40h - Prática: 20h)	Obrigatória	 
PIN017501 - PROJETO INTEGRADOR - FUNDAMENTOS DE EVENTOS - 80h (Teórica: 64h - Prática: 16h)	Obrigatória	 
PSE017501 - PRODUTOS E SERVIÇOS PARA EVENTOS - 40h (Teórica: 30h - Prática: 10h)	Obrigatória	 
SEE017501 - SUSTENTABILIDADE EM EVENTOS - 40h (Teórica: 36h - Prática: 4h)	Obrigatória	 
<b>CH Total: 400h.</b>		
<b>2º Período</b>		
Estrutura Curricular	Natureza	
EST017502 - ESTAGIO NAO OBRIGATÓRIO - 20h (Prática: 20h)	Optativa	 
AEB017502 - ALIMENTOS E BEBIDAS II - 40h (Teórica: 20h - Prática: 20h)	Obrigatória	 
ATI017502 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES - 40h (Prática: 40h)	Obrigatória	 
EMP017502 - EMPREENDEDORISMO - 40h (Teórica: 40h)	Obrigatória	 
MFC017502 - MATEMÁTICA FINANCEIRA E CONTABILIDADE - 60h (Teórica: 60h)	Obrigatória	 
MKT017502 - MARKETING - 40h (Teórica: 40h)	Obrigatória	 
ORA017502 - ORATÓRIA - 40h (Teórica: 12h - Prática: 28h)	Obrigatória	 
PIO017502 - PROJETO INTEGRADOR - - 80h (Teórica: 80h)	Obrigatória	 
PSO017502 - PRIMEIROS SOCORROS - 20h (Teórica: 16h - Prática: 4h)	Obrigatória	 
TES017502 - TRABALHO E SOCIEDADE - 20h (Teórica: 20h)	Obrigatória	 
TEV017502 - TIPOS DE EVENTOS (EVENTOS SOCIAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TÉCNICO CIENTÍFICOS E FEIRAS) - 60h (Teórica: 40h - Prática: 20h)	Obrigatória	 
<b>CH Total: 460h.</b>		

SIGAA - IFSC - 2019

Essa matriz curricular disponibiliza em sua grade, somente quarenta horas de comunicação para eventos no primeiro semestre e outras quarenta horas no segundo semestre. Porém, disponibiliza quarenta horas de atividades complementares que podem ser usadas para o aprimoramento do desenvolvimento oral.



Neste curso fica claro que há um equilíbrio entre as unidades curriculares ministradas, mas há cursos cujo valor fornecido para a disciplinas de comunicação e oratória é zero. Sendo totalmente ignoradas, o que pode acabar formando profissionais com deficiências na comunicação. Tendo ele que buscar aprimoramento em outros cursos externos. Desta forma o curso não estaria formando “profissionais completos” e sim indivíduos com exclusiva capacidade técnica, com pouca habilidade para repassar, traduzir esses conhecimentos técnicos, podendo, inclusive, gerar dificuldades para ascensão na carreira, uma vez que é preciso que os profissionais se desenvolvam para que consigam “vender seus peixes”, transformar seu conhecimento em resultado social e financeiro para si e para seus eventuais dependentes.

### **5.3 Oficinas de oratória - Caso JCI e IGEOF**

Uma forma de transmitir os conhecimentos em oratória para o discente é por meio de oficinas. Elas podem ser aplicadas em qualquer momento do curso, porque possuem características complementares, podendo servir como horas para atividades complementares, por exemplo.

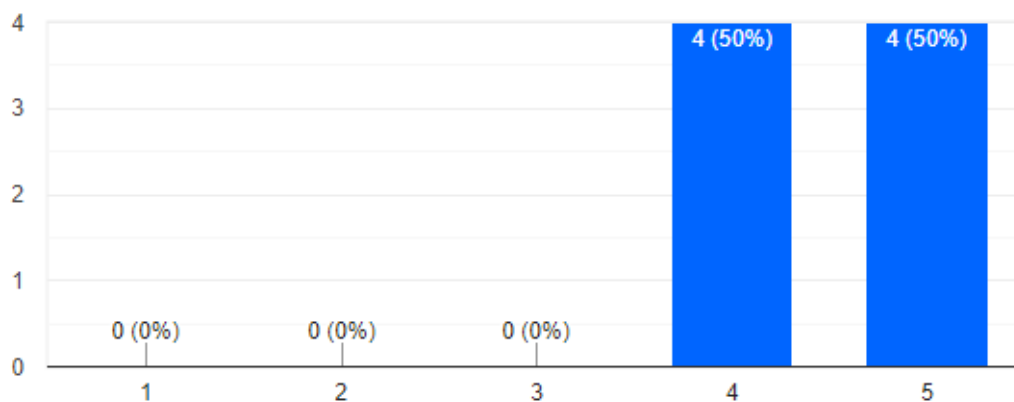
Um exemplo de oficina foi a realizada pela JCI em parceria com o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (IGEOF) que pertence à Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF).

A primeira edição em 2019, ocorreu (as duas primeiras aulas) no Auditório da Reitoria do IFSC e contou com a presença de 19 participantes. Este curso pode ser usado como complemento dos cursos técnicos. Foram realizadas pesquisas de satisfação com os participantes, para que pudéssemos identificar o valor que eles reconhecem no curso. Ao todo oito participantes responderam, o resultado do curso realizado em 3 aulas de 3 horas totalizando 9 horas, está mostrado nos gráficos de satisfação abaixo:

Gráfico 11 – Satisfação com o curso

### Você ficou satisfeito com o curso?

8 respostas

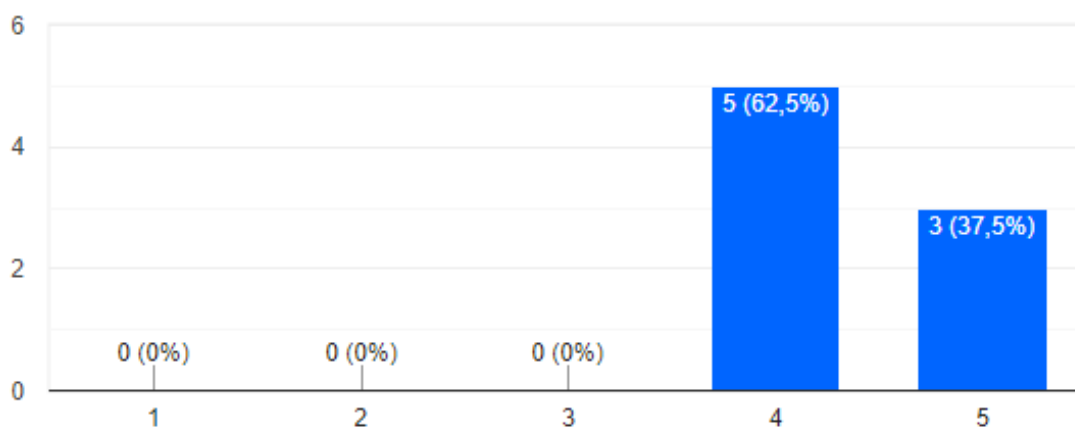


Curso de Oratória - JCI/IGEOF

Gráfico 12 – Relevância

### O evento foi relevante e útil para seu trabalho?

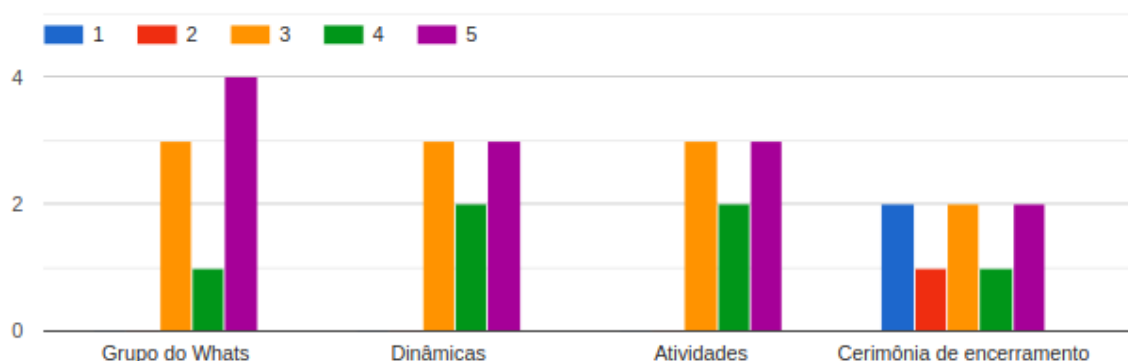
8 respostas



Curso de Oratória - JCI/IGEOF

Gráfico 13 – Dinâmica e Logística

Você ficou satisfeito com a logística: locais onde ocorreram as aulas?



Curso de Oratória - JCI/IGEOP

O curso deve possuir uma ementa, contendo quais competências linguísticas e se possível emitir um certificado. Segue abaixo a ementa, que mostra um exemplo que pode ser apresentado na contra-capa do certificado.

Figura 17 – Certificado - Curso de Oratória



Curso de Oratória JCI/IGEOP

Figura 18 – Ementa - Curso de Oratória

**Ementa do Curso**

**1ª – Dia – 3 horas das 19h às 22hs**

- Conceito de Oratória;
- Efeitos Maléficos e Benéficos da Ansiedade: Técnica de Controle da Respiração;
- Fisiologia de Vencedor: Expansão Corporal;
- Saindo da Zona de Conforto: Usando e Abusando das Oportunidades;
- Técnica de Apresentação: Presente, Passado e Futuro;
- Não É Só O QUE Você Fala, Mas Principalmente COMO Fala: Comunicação Visual, Linguagem Corporal e Tom de Voz;

**2ª – Dia – 3 horas das 19h às 22hs**

- Técnica de Oratória em Vendas: Prática Assistida;
- Etapas de um Discurso: Introdução, Abertura, Desenvolvimento e Conclusão;
- Como Fazer Bom Uso de Recursos Auxiliares: Microfone, Tribuna e Projetor;
- Como Ser um Orador de Sucesso? Estratégia e Treinamento;
- Mindset Otimista: Técnica de Direcionamento Mental de Resultado;
- Empatia à Primeira Vista: Brilho nos Olhos, Sorriso no Rosto e Coração Acelerado
- Construindo Meu Discurso: Apresentação Final

**3ª – Dia – 3 horas das 19:30 às 22:30hs**

- Apresentação final, observação e análise dos discurso e avaliação do curso.

**OBS:** As horas 3 horas de trabalho do curso são contabilizadas, contando com as horas que os alunos tiveram para preparação do discurso para a apresentação final. Totalizando: 12 horas

**Be Better.**

**JCI** Florianópolis

**IGE OF**

**PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS**

Curso de Oratória JCI/IGE OF

A ideia central dessa modalidade é permitir que o curso seja voltado para as atividades técnicas desempenhadas pelos discentes, integrando sua realidade com sua atividade linguística, permitindo ao discente se apresentar melhor nos momentos em que for necessário.

#### 5.4 Tema transversal

Os temas transversais são uma maneira muito inclusiva para se entender a dinâmica do ensino, considerando que se trata de um modo de levar o conhecimento ao discente, numa dimensão didática, a possibilidade de aprendizado através de práticas educativas, elas podem proporcionar, aos indivíduos, conhecimentos sobre a realidade e as questões da vida em suas constantes transformações. (SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 2016)

O tratamento transversal é proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, de forma obrigatória, conforme consta no item II do Artigo 10 da Resolução n.º 2, de 2012, citando outras Leis relacionadas:

II - Com tratamento transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica);

processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso);

Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental);

Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro);

Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3). (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.3)

Segundo Oliveira (2018), coube ao Ministério da Educação promover um projeto de reforma do Ensino Médio, priorizando as ações na área da educação, baseadas em políticas de desenvolvimento social. Segundo ela isso foi necessário, já que a revolução na área da tecnologia da informação gerou mudanças radicais na área do conhecimento, estimulada pela incorporação das novas tecnologias.

Assim sendo, propõe-se como tema transversal aos professores, formar alunos que sejam capazes de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, incluindo o desenvolvimento da oralidade de forma transversal. (OLIVEIRA, 2018)

## 5.5 Projeto Integrador - PI

Os projetos integradores já estão presentes e consolidados nos cursos técnicos. Que atitude pode ser mais integradora senão a própria comunicação em si? A escola precisa de uma formação mais ampla do que simplesmente obter conhecimento estritamente técnico. Segundo Gramsci (1989), a escola pode ser única focada em uma formação mais ampla, de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre o desenvolvimento das capacidades técnicas e intelectuais.

A comunicação como meio de integração é enfatizada por Mello (2010, p.32) quando expressa:

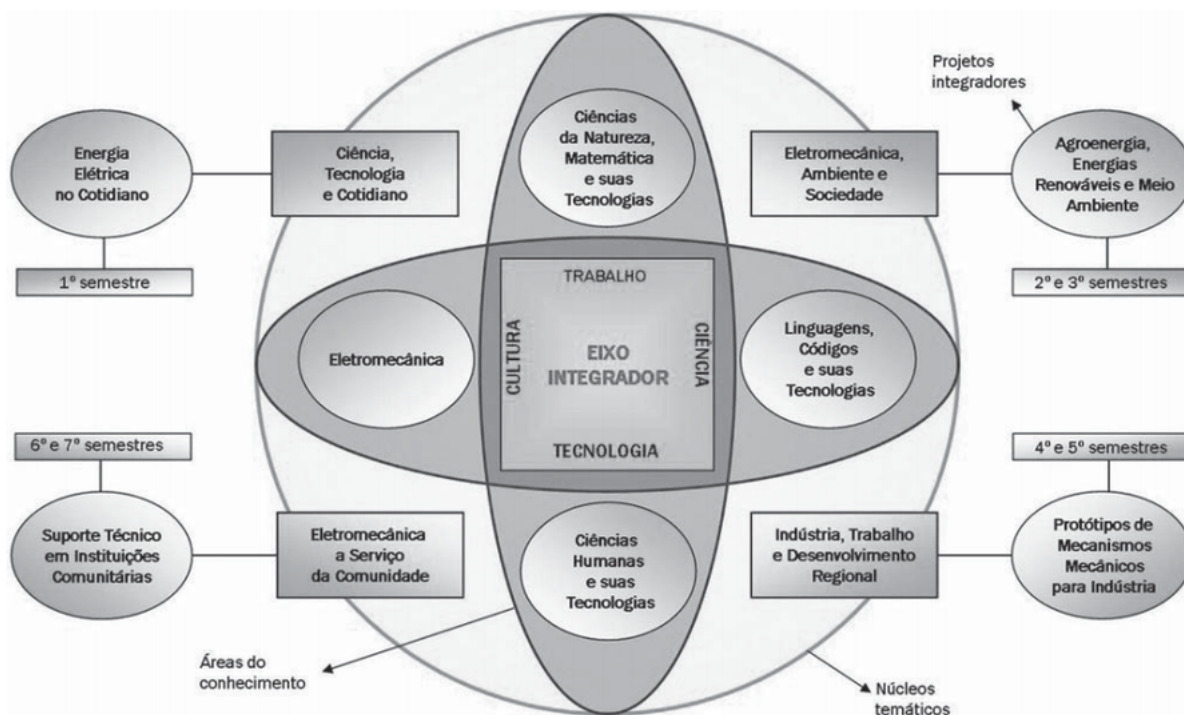
Destacamos o carácter estratégico de que se reveste a comunicação na sociedade em rede e a necessidade de integração de suas várias modalidades para assegurar a consistência e coerência da atuação da organização diante de todos os seus públicos, em todos os pontos de contato.

Dessa forma a comunicação dentro dos projetos integradores pode ser inserida, ampliada. Analisaremos os PPC's de três cursos. Neles podemos observar algumas características. O primeiro projeto pedagógico é o do Curso Técnico em Eletromecânica do Câmpus Chapecó do IFSC, na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Neste projeto, várias propostas são observadas entre elas: o histórico do tema, relações com outras áreas de estudo, visitas técnicas, avaliações coletivas, o trabalho final, entre outras ações, (SILVA; COSER, 2019).

A figura extraída deste projeto sintetiza sua proposta, pois, mostra a estrutura simplificada que se espera de um “eixo integrador”.

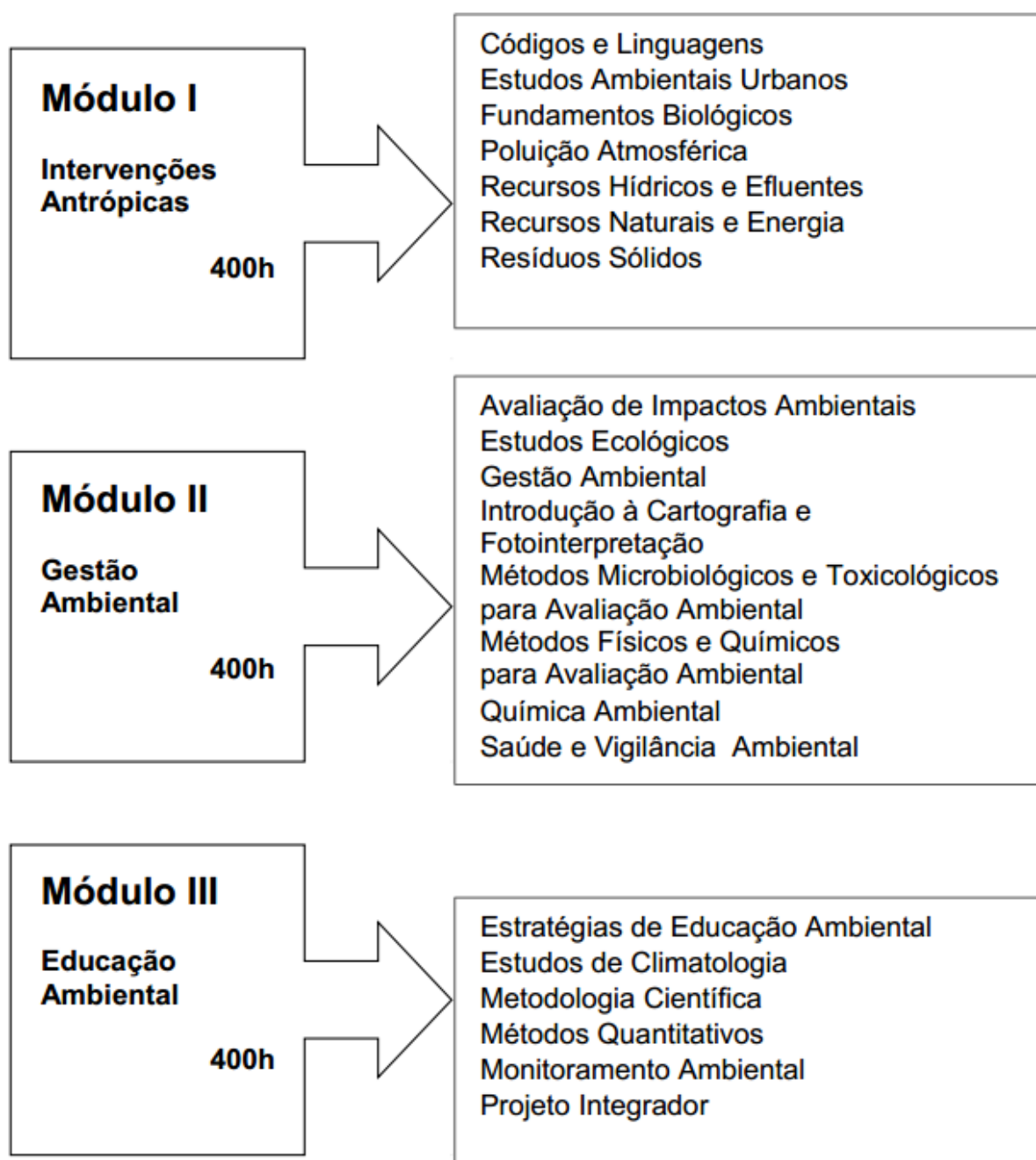
**Figura 19 – Projeto Integrador - Eletromecânica - IFSC Câmpus Chapecó**



PPC - Curso Técnico em Eletromecânica - IFSC Câmpus Chapecó

O Curso Técnico em Meio Ambiente, praticado na modalidade subsequente, apresenta o Projeto Integrador (PI) apenas no último módulo. Exigindo que o discente tenha concluído os três módulos existentes. Neste curso o PI funciona como uma “prova final” usando de formas variadas de estratégias curriculares já citadas no curso anterior, incluindo estudos de casos, seminários, simulações, entre outras, conforme mostra quadro 7.

Quadro 7 – Organização Curricular - Curso Técnico em Meio Ambiente



IFSC - Câmpus Florianópolis

Esta UC específica, PI poderia ser usada para resgatar conceitos a respeito da oralidade, o que contribuiria na apresentação final dos discentes.

Outro curso que foi analisado, trata-se do Curso Técnico em Química, na modalidade integrada. Este PPC em seu objetivo geral retrata que se espera dos estudantes formados no curso:

Formar cidadãos conscientes e capazes de desenvolver atitudes de respeito e valorização das diferenças individuais;  
Dar ao aluno condições para a aquisição das competências necessárias ao seu desenvolvimento pessoal e profissional;  
Desenvolver nos alunos competências empreendedoras. (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 7)

No curso, os objetivos a serem alcançados se referem às competências necessárias para o desenvolvimento pessoal, profissional e suas competências empreendedoras, todas elas estão em consonâncias com o desenvolvimento da comunicação, conforme afirmou MAINIERI (2005, p.3) , inclusive unindo os termos:

Podemos categorizar dois tipos de comunicador-empresendedor: o comunicador-empresendedor: comunicador que é dono de seu próprio empreendimento em comunicação (agência, assessoria, veículo de comunicação, etc); e o comunicador-intraempresendedor: comunicador que é empregado, vinculado a uma organização. Gerente ou responsável por um setor/departamento de comunicação que administra a estrutura como se fosse sua própria empresa.

A exceção neste exemplo, pelo fato do curso ser integrado, existe a UC de “Português e História da Literatura Brasileira”. Unidade pela qual os temas como comunicação e expressão podem aparecer de forma implícita, há também dois projetos integradores.

## 5.6 Atividades de extensão

Segundo a definição encontrada no I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, extensão significa:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. (NOGUEIRA, 1987, p.1)

Essas atuações externas podem ser desenvolvidas pelas “atividades de extensão”. Elas são definidas como atividades de ensino não previstas pelas ações regulares



dos cursos pelas quais a instituição de ensino atua. (SUL, 2019). Tendo como exemplos: cursos, encontros, conferências ou palestras, entre outros, destinados à comunidade externa ou interna e que satisfaçam requerimentos mínimos de duração e coerência temática. Também pode versar sobre difusão cultural sob a forma de atividades que visem à ampliação da cultura e ao aperfeiçoamento da cidadania, além de parcerias, projetos principalmente com o terceiro setor <sup>1</sup>

Dentro do IFSC existem metas que visam curricularizar a extensão. Com o objetivo de atender aos documentos nacionais que tratam das políticas para a Educação, especialmente a Meta 12 do PNE. Esta atividade está em andamento, o que significa incorporar atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação. (POSSA et al., 2016).

---

<sup>1</sup> É um termo sociológico utilizado para definir organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos e que prestam serviços de caráter público

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao observar diversos documentos, analisar informações, entrevistar profissionais, discentes e docentes consegui chegar a algumas conclusões. Dentre as diversas formas de comunicação, não existe uma que é superior, que seja melhor que a outra. Elas são complementares, sendo assim, cada meio de comunicação precisa ser trabalhado da melhor forma possível, no momento pelo qual está sendo usado pelas pessoas que as estão compartilhando informações.

### **6.1 Oralidade como ampliação interdisciplinar da comunicação**

O termo oratória, na forma usada neste trabalho, representa uma maneira de desenvolver um tipo de comunicação, que segundo as pesquisas e vivência que participei é algo considerado difícil pela maioria da população. Algumas pessoas, temem mais falar em público do que morrer, ficar doente ou ficar pobre. O aprendizado neste tema pode contribuir, como ajudou o autor, para que a oralidade seja um atrativo, uma forma de solucionar problemas.

No ensino técnico foi possível visualizar que, alguns cursos possuem em sua grade curricular, disciplinas voltadas para o ensino da oralidade, enquanto outros não disponibilizam. O que me leva a crer que seja necessário realizar alguma intervenção na formação desses projetos, para incluir essas competências na formação discente técnica nas áreas onde o tema é relevante, mas ainda não praticado.

Dois casos foram analisados indiretamente: O projeto Oratória nas Escolas da JCI e o curso de oratória em parceria a JCI e o IGEOF. O projeto trouxe “o antes”, pois ocorreu com alunos do ensino fundamental, futuros integrantes do ensino médio. Discentes que já se preparam para integrar o mundo do trabalho. O curso com o IGEOF tinha a participação de adultos, com formações e idades variadas. Exemplificando “o depois”, que ocorre quando os discentes já passaram por formações, mas precisam procurar em outros ambientes, a complementação que lhes faltava, para exercerem mais dinamicamente suas profissões.

### **6.2 As mídias digitais e a evolução das formas de armazenamento.**

Outro ponto bastante significativo, fica a cargo da evolução das formas de armazenamento. Elas permitem que registros orais, visuais ou audiovisuais possam ser guardados, com cada vez mais segurança. Diversas Leis e normas surgiram,

regulamentando e trazendo credibilidade para esse tipo de registro, essa revolução também considerou as evoluções das técnicas, que permitem ao ser humano, ter maior facilidade para realizar e salvar seus registros.

Os registros em formato digital, seja oral, visual ou textual, receberam diversas equiparações com os físicos, normalmente impressos, trazendo consigo uma melhoria na economia de recursos, reduzindo uso de papel, tinta e impressora. Esse impacto ambiental positivo também refletiu no econômico e induzindo à redução de custos.

O uso da oratória gravada permite que vídeos, aulas e tutoriais possam ser compartilhados com muito mais alunos. Esses dados podem ser vistos, revistos quando forem precisos, melhorando a dinâmica do ensino, tanto que os números comprovam a ampliação significativa dos cursos na modalidade de educação a distância.

Consegui verificar, por meio de dados estatísticos, que o mundo cada vez mais está aderindo às mídias digitais, realizando muitos procedimentos por meio eletrônico, inclusive o próprio aprendizado, com o uso da linguagem como técnica para criação e armazenamento de conhecimento, além do aumento significativo de matrículas na educação a distância, que usa meios tecnológicos.

### **6.3 A inclusão social e a opinião de discentes, docentes e profissionais**

Outro impacto que a oralidade em conjunto com a tecnologia traz é a inclusão social, pois existe uma parte da população que não consegue usar os recursos da língua escrita com facilidade, seja por deficiência física ou intelectual.

Ouvir os estudantes, docentes e profissionais permitiu que a análise fosse mais humana, identificando as aspirações que cada segmento pode desejar, essas opiniões qualificadas aprofundaram a reflexão sobre o tema. A visão que segmentos diferentes têm, sobre como o estudo das competências linguísticas colaboram para o entendimento, pudesse ser mais claro, conciso e menos tendencioso.

### **6.4 Disponibilização do Produto Educacional**

Devido a essas análises, sugeri um produto educacional, com características variadas, visando trazer essa complementação no ensino técnico, nos cursos, pelos quais, essa competência é relevante. Propondo parcerias para realização de oficinas de oratória e a reformulação de projetos integradores incluindo o ensino das competências linguísticas, essencialmente as audiovisuais. Inclusão de unidades curriculares

ênfatizando o tema. Possibilidade do uso de temas transversais, observando as recomendações do MEC. Do mesmo modo, aproveitar as atividades de extensão como fonte de desenvolvimento, acompanhamento e verificação de resultados. Para que haja métodos de avaliação sobre o impacto que a participação nessas ações, pode influenciar na formação dos estudantes.

O produto educacional proposto internamente será encaminhado em formato encartado contendo a estrutura da proposta, os formatos e as possibilidades de aplicação.

## **6.5 Concluindo**

A pesquisa realizada, para ter mais credibilidade em seus fundamentos, exige verificação, medição, acompanhamento dos resultados. Comparar antes e depois, ouvir os agentes envolvidos, buscar métodos e formas de avaliação justos e precisos, com as evoluções das diretrizes escolares, no “novo ensino médio”: expressão usada cada vez que há alterações mais bruscas nesse segmento. Considerando as evoluções técnicas, mídias sociais e sobretudo avaliar impactos positivos e negativos das mudanças nos discentes.

As mudanças só ocorrem nas nossas vidas se participamos ativamente delas. Nas entrevistas, observei que os melhores alunos são os mais interessados, os mais curiosos, os que mais querem atingir sucesso na carreira. Por mais que tenhamos a melhor estrutura possível, desejo de vencer, de criar, de evoluir precisa partir de cada um. Assim sendo, os professores inspiram, os alunos evoluem, formamos profissionais mais capazes e toda comunidade se beneficia.

## Referências

- ALVES, A. L. et al. *Projeto Pedagógico de Curso: Técnico em Telecomunicações*. [S.l.], 2012. Disponível em: <https://wiki.sj.ifsc.edu.br/wiki/images/2/20/PPC-NovoTecnicoTelecom.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2019.
- ANATEL. *Estatísticas de Celulares no Brasil*. 2019. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/ncel.asp>. Acesso em: 07 de maio de 2019.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Nova York - USA: New York Press, 1970.
- BRASIL. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. *LEI Nº 8.078*, Brasília, p. 1 – 8, 11 de setembro de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em: 07 de maio de 2019.
- BRASIL. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. *Lei Nº 11.741*, Brasília, p. 1 – 2, 16 de Julho de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 23 de fevereiro 2019.
- BRASIL. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *LEI Nº 9.610*, Brasília, p. 1 – 10, 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm). Acesso em: 07 de maio de 2019.
- BRASIL. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. *Lei 5.433*, Brasília, p. 1 – 2, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5433.htm). Acesso em: 23 de abril 2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. *Lei de Diretrizes e Bases*, p. 6 – 7, 1996a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 23 de abril 2019.
- BRASIL. Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências. *DECRETO Nº 1.799*, Brasília, p. 1 – 2, 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d1799.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1799.htm). Acesso em: 02 de abril de 2019.
- BRASIL. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. *MEDIDA PROVISÓRIA No 2.200-2*, Brasília, p. 1 – 1, 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas\\_2001/2200-2.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2001/2200-2.htm). Acesso em: 24 de abril de 2019.
- BRASIL. Código de Processo Civil. *Lei 13.105*, Brasília, p. 1 – 168, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 25 de abril de 2019.

BRASIL. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. *LEI Nº 11.419*, Brasília, p. 1 – 1, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm). Acesso em: 24 de abril de 2019.

BRASIL. Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências. *Projeto de Lei do Senado nº 146*, Brasília, p. 1 – 1, 2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/80337>. Acesso em: 23 de abril 2019.

BRASIL. Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. *Lei 12.682*, Brasília, p. 1 – 1, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm). Acesso em: 23 de abril 2019.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília - DF, p. 1 – 542, 2013.

BRASIL. Base Base Nacional Comum Curricular (BNC). *MEC*, Brasília, p. 1 – 472, 2017.

BRASIL. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Feder. *LEI Nº 9.296*, Brasília, p. 1 – 2, 24 de julho de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9296.htm). Acesso em: 07 de maio de 2019.

BRASIL. Regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC. *DECRETO Nº 6.523*, Brasília, p. 1 – 3, 31 de Julho de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6523.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6523.htm). Acesso em: 07 de maio de 2019.

BRASIL, CASA CIVIL. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. *audiovisual de acesso condicionado*, Brasília, p. 1 – 6, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12485.htm). Acesso em: 23 de abril 2019.

BRASIL, J. *Manual de Normas do Projeto Oratória nas Escolas - JCI Brasil*. Curitiba, 2018.

BRASIL, M. da E. *Plataforma Nilo Peçanha*. 2019. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PARECER. *Parecer CNE/CP 9*, Brasília, p. 1 – 70, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *RESOLUÇÃO No 2*, Brasília, p. 1 – 9, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9917-rceb002-12-1&Itemid=30192). Acesso em: 23 de abril 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Analfabetismo no país cai de 11,5% para 8,7% nos últimos oito anos. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad)*, Brasília, p. 1 – 1, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/204-noticias/>

10899842/19110-analfabetismo-no-pais-cai-de-115-para-87-nos-ultimos-oito-anos. Acesso em: 06 de maio de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Entenda quais as funções das orientações que são obrigatórias na Educação Básica. *O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM AS DIRETRIZES CURRICULARES?*, Brasília, p. 1 – 1, 2018. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares-/>. Acesso em: 29 de abril de 2019.

CHOMSKY, N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. 2. ed. [S.l.]: Coimbra, 1978.

CLARO, M. *O que é Moodle?* 2008. Disponível em: <https://www.moodlelivre.com.br/tutoriais-e-dicas/974-o-que-e-moodle>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

COSTA, R. *Como funciona o sistema Braille?* 2009. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/397/como-funciona-sistema-braille>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

CUNHA, K. M. M. B. A Comunicação no meio profissional. *Gestão e Tecnologia - Faculdade Delta*, v. 1, n. 1, p. 1 – 10, setembro 2009. ISSN 2176-2449. Disponível em: [http://www.faculadadedelta.edu.br/imagens/revista\\_gestao\\_tecnologia/educacao\\_1/a\\_comunicacao\\_no\\_meio\\_profissional.pdf](http://www.faculadadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/educacao_1/a_comunicacao_no_meio_profissional.pdf). Acesso em: 29 de abril de 2019.

DESCONHECIDO, A. *O Mistério da Herança*. 2019. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/gramatica/3300458>. Acesso em: 21 de abril de 2019.

DORE, R.; ARAÚJO, A. C. de; MENDES, J. de S. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*, Brasília, p. 1 – 468, Abril 2014. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/rimepes/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicass%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

DUARTE, F.; FEITOSA, V. *Linguagem & Trabalho*. [S.l.]: Lucerna, 1998.

EXAME, R. *Falar em público: medo atinge mais pessoas do que se pensa*. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/falar-em-publico-medo-atinge-mais-pessoas-do-que-se-pensa-shtml/>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário do Aurélio*. 2019. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/tutorial>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed., 2009. ISBN 978-85-363-1711-3.

FLORIANÓPOLIS, C. *Curso Técnico em Química*. 2016. Disponível em: [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/FPOLIS\\_TECNICO\\_INTEGRADO\\_Q%C3%8DMICA\\_PPC\\_1116.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/FPOLIS_TECNICO_INTEGRADO_Q%C3%8DMICA_PPC_1116.pdf). Acesso em: 13 de maio de 2019.

FURINI, I. F. *Práticas de Oratória*. São Paulo: Ibrasa, 1992.

- GARCIA, A. *Por que as pessoas comunicativas levam vantagens em relação às tímidas?* 2010. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/por-que-as-pessoas-comunicativas-levam-vantagens-em-relacao-as-timidadas>. Acesso em: 09 de maio de 2019.
- GEIS, P. P. *Atividade física e saúde na Terceira Idade*. 5. ed. Porto Alegre - RS: ARTMED, 2003.
- GOOGLE. *Ajuda do Google Cloud*. 2019. Disponível em: [https://support.google.com/googlecloud/answer/6056693?hl=pt-BR&ref\\_topic=6055719](https://support.google.com/googlecloud/answer/6056693?hl=pt-BR&ref_topic=6055719). Acesso em: 06 de maio de 2019.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 7. ed. [S.l.]: Civilização Brasileira, 1989.
- GREGORIO, C. N.; ROTHERMEL, L. A. Comunicação Interna: Fatores que Promovem a Efetividade do Trabalho. *Revista Nativa - Revista de Ciências Sociais do Norte do Mato Grosso*, v. 1, n. 1, p. 01 – 13, 01 2013. Acesso em: 16/04/2019.
- HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KAHNEY, L. *A cabeça de Steve Jobs*. 2. ed. [S.l.]: Agir, 2008. ISBN 978-85-220-0977-0.
- KENSKI, V. M. *Tecnologias E Ensino Presencial E a Distância*. [S.l.]: Papyrus, 2003.
- KENSKI, V. M. *Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação*. 8ª edição. ed. São Paulo: Papyrus, 2012. ISSN 12-10451. ISBN 978-85-308-0828-0.
- MACHADO, R. *A oratória não é um dom*. 2019. Disponível em: <http://www.falebemempublico.com.br/?pg=loaditem&item=191>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.
- MADRUGA, E. de A.; SCHNEIDER, M. C. K. Matrícula “Papel Zero” no IFSC: sustentabilidade e desburocratização. In: RESUMOS, 2018, Rio de Janeiro. *REDITEC*. Rio de Janeiro, 2018. p. 1 – 1. Disponível em: [http://submissao.2018.reditec.org.br/ckeditor\\_assets/attachments/53/matricula\\_papel\\_zero.pdf](http://submissao.2018.reditec.org.br/ckeditor_assets/attachments/53/matricula_papel_zero.pdf). Acesso em: 23 de abril 2019.
- MAINIERI, T. de O. Perfil do Comunicador Empreendedor. In: ANAIS DO CELACOM, 2005, São Bernardo do Campo. *CELACOM 2005 - IX Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.
- MAIOR, I. M. M. de L. (coord.). *Tecnologia Assistiva*. Brasília: Comitê de Ajudas Técnicas, 2009. 140 p. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2019.
- MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. *Caderno de Pesquisas em Administração*, v. 9, n. 1, p. 91 – 101, Janeiro 2002.



- MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. *Fala e escrita*. 1. ed. Autêntica, 2005. v. 1. 210 p. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/29.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- MARTINS, F. J. V.; OLIVEIRA, M. A. F. (Re)significando o uso do papel no material impresso. *Repositório UFSM*, v. 1, n. 1, p. 1 – 18, Abril 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2740/Martins\\_Fatima\\_Jussara\\_Villagran.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/2740/Martins_Fatima_Jussara_Villagran.pdf?sequence=1). Acesso em: 24 de abril de 2019.
- MELLO, S. F. M. *Comunicação e organizações na sociedade em rede*. 2010. 271 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) — Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-17082011-110313/publico/SELMAFERRAZMOTTAMELLO.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2019.
- MICHAELIS. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 2018. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>. Acesso em: 2018-01-26T00:00:00+00:00.
- MOLINA, M. A. G. *Comunicação e Expressão*. Guarulhos - SP, 2019. Disponível em: <http://www.cliografia.com/wp-content/uploads/2015/02/apostila-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-express%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2019.
- MONTENEGRO, M. E. Resenha de GONZÁLEZ REY, F.L. (2011). El pensamiento de Vigotsky: contradicciones, desdoblamientos y desarrollo. *Psicología Escolar e Educacional*, scielo, v. 16, p. 161 – 162, 06 2012. ISSN 1413-8557. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S1413-85572012000100017>.
- NOGUEIRA, M. das D. P. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento: I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. [S.l.], 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2019.
- OLIVEIRA, A. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. 2018. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/pcn/pcn-parametros-curriculares-nacionais-do-ensino-medio>. Acesso em: 13 de maio de 2019.
- PEREIRA, D. A. *Mídias sociais como estratégia de comunicação em instituições de ensino:: o caso do Instituto Federal de Santa Catarina*. Florianópolis - SC: Publicação do IFSC, 2013. 184 p. ISBN 978-85-64426-42-9. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/midias+sociais.pdf/d6abd801-e6d6-a559-4292-8e7e2bca515b>. Acesso em: 10 de maio de 2019.
- PICCINO, E. *Um breve histórico dos suportes sonoros analógicos*. 1. ed. [S.l.]: Sonora, 2010. v. 2.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional: a consciência crítica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. v. 2.
- PINTO, A. V. *Sete Lições sobre a educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1991.

- PORTUGAL. Código de Processo Civil Português. *Lei nº41/2013*, Lisboa - PT, p. 1 – 1083, 2013. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=1959A0155&nid=1959&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=1959A0155&nid=1959&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo). Acesso em: 25 de abril de 2019.
- POSSA, A. D. et al. *Curricularização da Extensão*. 2016. Disponível em: <https://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br>. Acesso em: 07 de maio de 2019.
- RANZAN, E. M. *Currículo Lattes*. 2019. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4739840A6>. Acesso em: 07 de maio de 2019.
- RIBEIRO, L. *Comunicação Global: A Mágica da Influência*. 19. ed. [S.l.]: Objetiva, 1997. 253 p. ISBN 978-8585363642.
- RIBEIRO, L. *O Poder da Comunicação*. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=sSZ\\_hEdN9nE](https://www.youtube.com/watch?v=sSZ_hEdN9nE). Acesso em: 03/06/2018.
- RODRIGUES, L. *O que é oratória?* 2019. Disponível em: [LeonardoRodriguesLeiamaisem:https://www.voitto.com.br/blog/artigo/o-que-e-oratoria](https://www.voitto.com.br/blog/artigo/o-que-e-oratoria). Acesso em: 30 de maio de 2019.
- ROSA, M. V. de Figueiredo Pereira do C.; ARNOLDI, M. A. G. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 112 p.
- SABERES PARA UMA CIDADANIA PLANETÁRIA, 1., 2016, Fortaleza - CE. *A Transversalidade no Ensino Superior como via de Reforma para uma Educação Ética e Humanitária*. Fortaleza - CE: Universidade Estadual do Ceará, 2016. ISBN 978-85-7826-504-5. Disponível em: [http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos\\_completos/247-38409-30032016-213523.pdf](http://uece.br/eventos/spcp/anais/trabalhos_completos/247-38409-30032016-213523.pdf). Acesso em: 04 de maio de 2019.
- SEARLE, J. R. *A classification of illocutionary acts*. 5. ed. Londres - ENG: Cambridge University Press, 1984.
- SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. In: SEVERINO, A. J. (Ed.). 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. ISBN 978-85-249-2448-4.
- SILVA, A. E. B. de C. et al. Problemas na comunicação: uma possível causa de erros de medicação. *Acta Paulista de Enfermagem*, scielo, v. 20, p. 272 – 276, 09 2007. ISSN 0103-2100. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0103-21002007000300005>.
- SILVA, A. L. da; COSER, J. *A experiência do Projeto Integrador I no curso de PROEJA em Eletromecânica do IF-SC Campus Chapecó*. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/932/614>. Acesso em: 07 de maio de 2019.
- SILVA, A. R. C. da; LIBERATO, F. ENSINO E ORALIDADE: ENCONTROS E DESENCONTROS NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA. In: DIGITAL, 2015, Campina Grande - PB. *II CONEDU - Congresso Nacional de Educação*. Campina Grande - PB, 2015. p. 1 – 8. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_MD1\\_SA15\\_ID769\\_03092015151108.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA15_ID769_03092015151108.pdf). Acesso em: 15 de junho de 2019.

STAA, B. V. et al. *Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil*. [S.l.], 2017. Disponível em: [http://abed.org.br/arquivos/CENSO\\_EAD\\_BR\\_2018\\_digital\\_completo.pdf](http://abed.org.br/arquivos/CENSO_EAD_BR_2018_digital_completo.pdf). Acesso em: 25 de abril de 2019.

SUL, U. F. do Rio Grande do. *DEFINIÇÃO*. 2019. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/ext/extensao.html>. Acesso em: 02 de maio de 2019.

VERONEZ, M. Relações e reflexões entre a competência linguística de Noam Chomsky e a competência discursiva de Dominique Maingueneau. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia - MG, v. 10, n. 3, p. 1133 – 1145, 03 2016. ISSN 1980-5799.

WOLLINGER, P. R. *Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica*. 2016. 195 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação Doutorado em Educação) — Universidade de Brasília.

YANO, D. de C. *Currículo Lattes*. 2019. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776506U9>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

## **APÊNDICE A – Participantes do Concurso Oratória nas Escolas**

Tema: o que é ter sucesso na vida?

Participantes: alunos dos OITAVOS ANOS, das escolas municipais de Florianópolis selecionadas.

**A.1 Qual seu nome completo?**

**A.2 Qual sua data de nascimento?**

**A.3 Qual seu e-mail?**

**A.4 Qual seu telefone para contato?**

**A.5 Qual a escola que estudas?**

1. E.B.M. Acácio Garibalsi São Thiago
2. E.B.M. Albertina Madalena Dias
3. E.B.M. Almirante Carvalhal
4. E.B.M. Anísio Teixeira
5. E.B.M. Batista Pereira
6. E.B.M. Brigadeiro Eduardo Gomes
7. E.B.M. Intendente Aricomedes da Silva
8. E.B.M. João Alfredo Rohr
9. E.B.M. José Amaro Cordeiro
10. E.B.M. Luis Cândido da Silva
11. E.B.M. Maria Conceição Nunes
12. E.B.M. Osmar Cunha
13. E.B.M. Paulo Fontes
14. E.B.M. Vitor Miguel de Souza

**A.6 Qual seu professor responsável?**

**A.7 Qual a sua idade?**

**A.8 No seu desenvolvimento em oratória, o que tu consideras mais importante para a tua formação estudantil? Escolha uma das opções abaixo.**

Perda da timidez  
Melhor relacionamento com as pessoas em geral  
Melhor apresentação pessoal  
Facilidade para apresentação de trabalhos  
Não contribui  
Outro:

**A.9 Qual a principal motivação da tua participação?**

Escolha uma das opções abaixo.  
Incentivos (pais, responsáveis, professores e colegas)  
Pelos os prêmios  
Pela possibilidade de avançar para etapas, Semi-final, Final, Regional e até Nacional  
Gostar de oratória  
Superação pessoal  
Outro:

**A.10 O que o aprendizado em oratória pode representar na tua futura profissão?**

Maior facilidade na apresentação de produtos ou serviços  
Na minha futura profissão, oratória não será tão importante  
Ainda não defini qual profissão seguirei  
Contribuirá para definição da minha futura profissão  
Servir como diferencial em entrevista, dinâmicas e apresentações  
Outro:

**A.11 Os prêmios contribuem para tua participação?**

Não, meu foco é o aprendizado  
Não contribuem  
Sim, mas não são meu foco principal  
Estou competindo por causa dos prêmios

É um incentivo a mais

Outro:

**A.12 O que a JCI em parceria com a ACIF, prefeitura e outros parceiros, através do concurso, podem contribuir com tua formação profissional?**

Com outros cursos além do concurso

Apoiando a escola em outros projetos

Participando futuramente da instituição

Analisando os resultados dos projetos

Não contribui

Outro:

## **APÊNDICE B – Entrevista com os profissionais e docentes.**

### **B.1 Você considera que o documento impresso, tem o mesmo valor que um documento em formato de áudio ou vídeo?**

Sim, devido às tecnologias de armazenamento.

Não

A legislação é que deve determinar se sim ou não

Depende da forma como é gravada.

### **B.2 Um curso técnico que não possui em sua grade curricular/ppc um componente curricular de oratória (e proximidades) deve disponibilizá-los?**

Não necessariamente, depende do curso.

Sim, deveria

Não deveria

Depende da abrangência do curso.

Outro:

### **B.3 A desenvolvimento da competência linguística deve estar presente na grade curricular ppc/do curso?**

Sim

Não

Outro:

- B.4 Existem diversas grades curriculares diferentes para cursos diferentes? No que se refere a competência linguística, considerar que deveria haver um padrão?**
- B.5 Falar em público é importante para todas as pessoas para obter o sucesso de todo profissional? Comente a relação com sua profissão.**
- B.6 Em sua atuação profissional, dos alunos que obtiveram mais sucesso na carreira, que características destacas?**



## **ANEXO A – REGULAMENTO CONCURSO ORATÓRIA NAS ESCOLAS**

Tema 2018: “Hanseníase: A informação é o caminho para a cura”

### **A.1 DOS OBJETIVOS**

Artigo 1.º - O presente regulamento tem como principais objetivos:

- I. Valorizar a oratória, como forma de crescimento individual, aprimoramento e treinamento.
- II. Reafirmar anualmente a importância do tema adotado pela “JCI Brasil” estimulando os jovens a formar uma consciência crítica sobre o tema.
- III. Comprovar que a geração de oportunidades práticas, caracteriza-se como forma indiscutível de preparar e treinar novas lideranças.
- IV. Manter vivo o gosto pela arte milenar da oratória.
- V. Ensejar intercâmbio entre comunidades, juniores e Organizações Locais de todo o território nacional.

### **A.2 DA PARTICIPAÇÃO**

Artigo 2.º - O concurso de oratória será disputado em 04 (quatro) distintas etapas que são:

Etapa na Escola, Etapa Municipal, Etapa Regional e Etapa Nacional, e dele poderão participar todos os alunos regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino Público ou Privado Municipal. Para efeito de Concurso Regional e Nacional admitiremos alunos que estiverem cursando devidamente durante a realização do concurso o 8.º e 9.º anos ou da 7ª e 8ª série, do Ensino Fundamental, que demonstrem interesse de participar em todas as etapas exigidas pelo concurso.

Parágrafo primeiro: É vedada a participação de membros juniores e aspirantes da JCI.

Parágrafo segundo: As Organizações Locais têm autonomia para definir seu tema local do Concurso de Oratória nas Escolas, porém para participação nos Concursos das Etapas Regionais e Etapa Nacional o tema do concurso será o já proposto pela JCI Brasil.

Parágrafo terceiro: Possíveis benefícios advindos do Projeto Pense Hanseníase

Agora só poderão ser destinados para as Organizações Locais que adotarem o tema proposto pela JCI Brasil nas 2 primeiras Etapas que são: Escola e Municipal.

### **A.3 DAS ETAPAS**

Artigo 3o - O Concurso Nacional de Oratória será disputado em 04 (quatro) etapas, a saber:

a) Etapa Escola: se desenvolverá internamente em cada estabelecimento de ensino, sob a responsabilidade das escolas participantes, que indicará o seu representante à etapa seguinte.

b) Etapa Municipal: terá a participação dos representantes de cada escola participante do programa e será organizada pela Organização Local. Realizado antes dos Encontros Regionais.

Parágrafo Único: O formulário de inscrição do candidato deverá obrigatoriamente ser acompanhado pelo Termo de Autorização de Uso de Imagem.

c) Etapa Regional: terá a participação dos campeões das Etapas Municipais e nesta etapa será coordenado pelo Vice-presidente Nacional, sob a coordenação da Diretora Nacional. Os Encontros Regionais ocorrem de julho a agosto de 2018, conforme Calendário de Atividades da JCI Brasil. As Organizações Locais deverão efetuar a inscrição doconcorrente através do preenchimento do Formulário de Inscrição online, enviando Termo de Autorização de uso da Imagem e Foto do participante, até 15 (quinze) dias de antecedência da data do Encontro Regional que participará.

Parágrafo Primeiro: Poderá sob autorização expressa da JCI Brasil, competir o campeão local do ano anterior, caso o programa local seja encerrado posteriormente a realização do encontro regional.

Parágrafo Segundo: Para efetuar a inscrição do candidato a Organização Local deverá estar em dia com a tesouraria e secretaria da JCI Brasil, bem como preencher o formulário de inscrição online, pelo Presidente Local ou com o e-mail disponibilizado pela JCI Brasil para cada Organização Local, junto na inscrição deverá ser anexado o Termo de Autorização de Uso da Imagem e foto do participante.

Parágrafo Terceiro: na Etapa Regional apenas o campeão irá para a Etapa Nacional.

d) Etapa Nacional: se desenvolverá com os campeões das Etapas Regionais, sendo coordenado pela Diretora Nacional. Ocorrerá durante a Convenção Nacional da JCI Brasil. As Organizações Locais vencedoras das Etapas Regionais terão sua inscrição para a Etapa Nacional automaticamente.

Parágrafo único: Em caso dos classificados da etapa regional (primeiro e/ou segundo colocado) não poderem participar, comunicar a JCI Brasil 30 dias antes do evento, será solicitado ao participante subsequente a colocação na etapa regional a participação nesta etapa.

#### **A.4 DA ORGANIZAÇÃO**

Artigo 4o - A organização do concurso será distribuída de acordo com a etapa a ser realizada, a saber:

I. Primeira e segunda etapas - Escola e Municipal: Coordenada pelo Presidente da OL ou diretor designado pelo mesmo.

II. Terceira etapa - Encontro Regional: Coordenada pelos Vice-presidentes Nacionais em suas respectivas regiões, e supervisionada pela Diretora Nacional. O VPN deve garantir que o formato e regras deste Manual sejam seguidos, com o objetivo de preparar as equipes para a Etapa Nacional.

III. Quarta etapa - Nacional: Coordenado pela Diretora Nacional de Concursos.

Recomenda-se montar uma equipe com: 01 cronometrista, 01 no Protocolo, 01 auxiliar da mesa de jurados e 01 auxiliar de logística (som, vídeos, sorteios de temas, portas, climatização). O ideal é ter antecipadamente uma lista de possíveis substitutos para o caso de ausências, contendo nome, Organização Local e telefone.

#### **A.5 DO FORMATO DO CONCURSO**

Artigo 5º - O coordenador da etapa deve informar as regras e escolher por sorteio a ordem de apresentação dos concorrentes. Recomenda-se realizar esta reunião no período anterior ao concurso (Ex.: concurso à tarde, faz reunião de manhã ou no dia anterior). Havendo apenas 01 (um) jurado ou representante de Capítulo no horário estipulado, este já tem poder de realizar, em conjunto com o coordenador, o sorteio e definição das regras, cabendo as demais equipes seguirem o que foi determinado.

Parágrafo Único – É responsabilidade do coordenador da Etapa definir e informar com antecedência de 01 (um) dia antes do concurso, o local e horário para realizar a reunião onde serão definidas as regras e sorteio da ordem de apresentação dos concorrentes.

Artigo 6º - Após serem apresentados ao público, durante o protocolo, os concorrentes deverão ficar em salas separadas e incomunicáveis. Depois da sua apresentação o candidato poderá assistir os demais, devendo ficar em local determinado pela coordenação e desde que não atrapalhe a apresentação, fator este que poderá acarretar sua desclassificação.

Parágrafo Único – Recomenda-se efetuar a entrega dos certificados de participação durante o cerimonial do concurso.

## **A.6 DO JULGAMENTO**

Artigo 7º - Em todas as etapas do concurso os concorrentes deverão ser avaliados pela apresentação do DISCURSO PREPARADO.

Artigo 8º - O DISCURSO PREPARADO terá como tema, em todas as etapas do concurso, o mesmo indicado nacionalmente pela JCI Brasil, ficando a sua forma de apresentação a critério do orador.

Parágrafo primeiro: Em todas as etapas, a forma de apresentação fica a critério do candidato, sendo permitido utilizar-se apenas de anotações para guiar seu discurso, sendo que outros materiais de apoio como músicas, multimídia, pagers, celulares, imagens e afins são proibidos em ambas as fases.

Parágrafo segundo: A apresentação pode ser feita atrás de um púlpito com microfone fixo ou sem o púlpito com microfone nas mãos, segundo a vontade do candidato.

Artigo 9.º - O tempo concedido para apresentação do discurso preparado será de 03(três) a 05 (cinco) minutos.

Artigo 10.º - Os jurados deverão seguir os critérios do Formulário de Avaliação, marcando se o orador atendeu ou não o quesito, não serão atribuídas notas. O Formulário de Avaliação será único, e apresentará todos os concorrentes, e no final cada Jurado

irá escolher entre os concorrentes 3 (três) oradores que se destacaram, e marcar na ficha de avaliação.

Artigo 11.º - Os critérios de avaliação a serem observados na apresentação do discurso preparado serão os listados abaixo, sendo que as questões que estão no formulário de avaliação devem servir como base para a avaliação dos jurados, tais como os itens: Voz, Mensagem e Apresentação.

#### VOZ (Emoção)

1. PRONÚNCIA: Palavras ditas com clareza e em volume adequado.
2. MODULAÇÃO: Entonação e ritmo das palavras são naturais, convincentes.
3. COERÊNCIA: Emoção ou entusiasmo da voz são coerente com o texto.
4. SEGURANÇA: Orador demonstra firmeza na fala, domínio do que diz.
5. MOTIVAÇÃO: A voz do orador motiva e convence quem ouve.

#### MENSAGEM (Conteúdo)

1. TEMA: O conteúdo falado é fiel ao tema proposto.
2. ARGUMENTO: O orador usa adequadamente referências bibliográficas.
3. ESTRUTURA: O discurso tem introdução, desenvolvimento e finalização.
4. IDÉIA: A mensagem está de forma clara e de fácil compreensão.
5. CONCLUSÃO: Conteúdo é relevante, de expressão.

#### APRESENTAÇÃO (Linguagem corporal)

1. O orador tem uma boa postura.
2. Os gestos do orador são coerente e naturais.
3. Faz contato visual com a plateia.
4. Tem mudanças na sua expressividade facial.
5. Posiciona-se bem no palco com coerência e firmeza.

#### NOTA DO JURADO

De acordo com o contexto geral o jurado irá atribuir uma nota ao orador a qual será somada a pontuação final.

#### TEMPO:

O tempo concedido para apresentação do discurso preparado será de 03(três) a 05(cinco) minutos. Anotar no Formulário o Tempo do Orador após apresentação. Será descontado 1(um) ponto a cada grupo de cinco segundos, falados além ou aquém do tempo estipulado, sendo que a perda limitar-se-á a 15(quinze) pontos conforme escala na tabela abaixo.

Quadro 8 – Tempo máximo permitido

Tempo falado a mais ou a menos				
00:00	0		00:40	-8
00:05	-1		00:45	-9
00:10	-2		00:50	-10
00:15	-3		00:55	-11
00:20	-4		01:00	-12
00:25	-5		01:05	-13
00:30	-6		01:10	-14
00:35	-7		01:15	-15

Regulamento Oratória na Escolas JCI - Brasil 2018

Artigo 12.º - A ordem de classificação dos concorrentes será determinada pelos jurados, nas avaliações realizadas durante a apresentação dos discursos dos oradores.

Parágrafo Único: Em caso de empate os jurados farão uma votação entre os empatados escolhendo para qual candidato darão o ponto de desempate.

Artigo 13.º - O cronometrista fará um sinal de alerta ao orador, sempre quando faltar 02 (dois) minutos e 01 (um) minuto para o encerramento do tempo estipulado.

## **A.7 DA COMISSÃO JULGADORA**

Artigo 14.º - A comissão julgadora do Concurso de Oratória será formada por 01 (um) cronometrista que irá controlar o tempo e um grupo ímpar de 05 (cinco) ou 07 (sete) jurados, convidados pela Organização, sendo adotado como critérios básicos para efetivação do convite, o conhecimento sobre o assunto. A Comissão Julgadora deve nomear um porta-voz ou presidente entre os seus membros.

Parágrafo Primeiro: Os jurados deverão OBRIGATORIAMENTE receber treinamento prévio sobre o Formulário de Avaliação explicando cada item a ser avaliado.

Na Etapa Local: a mesa julgadora deverá ser composta de 05 (cinco) ou 07 (sete) jurados, sendo: 01 (um) instrutor de oratória (que seja ou não da JCI), 01 (um) profissional de fonoaudiologia, 01 (um) professor de português ou com formação em letras que não seja das escolas concorrentes, 01 (um) profissional de comunicação (jornalista, radialista, apresentador TV), 01 (um) parceiro do programa, 01 (um) passado coordenador do concurso de oratória local ou 01 (um) passado presidente local cabe salientar que das sugestões acima devem ser escolhidos no mínimo 05 jurados.

Na Etapa Regional e Nacional: a mesa julgadora deverá ser composta de 05 (cinco) ou 07 (sete) jurados, sendo: 01 (um) instrutor de oratória (que seja ou não da JCI), 01 (um) profissional de fonoaudiologia, 01 (um) professor de português ou letras que não seja das escolas concorrentes, 01 (um) passado campeão regional ou nacional de oratória de preferência fora da região concorrente, 01 (um) parceiro do Encontro Regional ou da Convenção Nacional, 01 (um) passado presidente nacional, 01 (um) profissional comunicação (jornalista, radialista, apresentador TV), sendo que das sugestões acima deverão ser escolhidos no mínimo 05 jurados.

Parágrafo Segundo: Os profissionais indicados para serem jurados é um de cada categoria, ou seja a mesa será composta de cinco ou sete jurados de diferentes especialidades, escolhidos dentro das indicadas anteriormente.

Artigo 15.º - Para auxiliar o trabalho da comissão julgadora, será nomeado um cronometrista, que informará o tempo, utilizado por cada candidato, para análise do item “tempo”, dos requisitos a que se refere o artigo 9.º, utilizando-se de planilha específica.

Artigo 16.º - O formulário de avaliação deverá ser assinado pelo jurado no final de todas as apresentações, e poderão ser conferidas por um representante de cada participante.

Parágrafo único: após o Concurso os formulários serão destruídos e não serão divulgados.

Artigo 17.º - Em havendo margem de dúvida na interpretação do atual regulamento, o mesmo será julgado da seguinte forma:

- a) Concurso Local: Coordenador Local e Presidente Local.
- b) Concurso Regional: Vice-presidente Nacional e Diretora Nacional.
- c) Concurso Nacional: Diretora Nacional e Conselho Diretor da JCI Brasil.

## **A.8 DA PREMIAÇÃO**

Artigo 18º - Etapa Escola: o vencedor do concurso na escola receberá premiação ou certificação a critério da escola.

Artigo 19º - Etapa Municipal: o vencedor do concurso municipal receberá troféu e/ou premiação a critério da Organização Local. Recomenda-se premiar os três primeiros colocados e entregar Certificados a todos.

Artigo 20º - Etapa Regional: o vencedor do Concurso Regional receberá Troféu e/ou premiação a critério da organização do Encontro Regional. Recomenda-se premiar os três primeiros colocados e entregar Certificados a todos.

Artigo 21º - Etapa Nacional: serão entregues Certificados a todos os participantes, já o vencedor do Concurso Nacional receberá troféu e/ou premiação a critério da JCI Brasil. Serão premiados os três primeiros colocados.

## **A.9 VIGÊNCIA**

Artigo 22º - O presente regulamento entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2018 e



terá sua vigência por tempo indeterminado, sendo sua atualização de responsabilidade da JCI Brasil.